

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

VINÍCIUS DO CARMO OLIVEIRA

LUTA POR RECONHECIMENTO E REPRESENTAÇÃO:
um estudo sobre experiências de comunicação digital de grupos marginalizados

Belo Horizonte

2024

Vinícius do Carmo Oliveira

LUTA POR RECONHECIMENTO E REPRESENTAÇÃO:

um estudo sobre experiências de comunicação digital de grupos marginalizados

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para à obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Área de Concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea.

Linha de Pesquisa: Processos Comunicativos e Práticas Sociais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Regiane Lucas de Oliveira Garcêz

Belo Horizonte

2024

301.16	Carmo, Vinícius do.
C287l	Luta por reconhecimento e representação [manuscrito] : um estudo sobre experiências de comunicação digital de grupos marginalizados / Vinícius do Carmo Oliveira. - 2024.
2024	154 f. Orientadora: Regiane Lucas de Oliveira Garcêz.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia.
	1. Comunicação – Teses. 2. Interseccionalidade (Sociologia) - Teses. 3. Marginalizados – Teses. 4. Instagram (Redes sociais online) - Teses. I. Garcêz, Regiane Lucas de Oliveira. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

"Luta por reconhecimento e representação: um estudo sobre experiências de comunicação digital de grupos marginalizados."

VINÍCIUS DO CARMO OLIVEIRA

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia vinte e três de setembro de dois mil e vinte e quatro, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Profª Regiane Lucas de Oliveira Garcêz - Orientadora
DCS/FAFICH/UFMG

Profª Alice Oliveira de Andrade
UFRN

Prof. Pablo Moreno Fernandes Viana
PUCMG

Belo Horizonte, 23 de setembro de 2024.

Alice Oliveira de Andrade

Documento assinado digitalmente
gov.br
ALICE OLIVEIRA DE ANDRADE
Data: 06/10/2024 22:51:28-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>



Documento assinado eletronicamente por Regiane Lucas de Oliveira Garcêz, Professora do Magistério Superior, em 23/09/2024, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Pablo Moreno Fernandes Viana, Usuário Externo, em 25/09/2024, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 3516410 e o código CRC CSC9F326.

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa é um marco muito importante para mim. O Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG é um lugar no qual eu desejei estar, que, na concretização do desejo, apesar de todas as suas imperfeições, tenho orgulho em dizer que faz parte da minha história e que fiz a escolha certa ao estar aqui.

Em um contexto em que os horizontes não são animadores para as Universidades Públicas, para pesquisa e para a produção de conhecimento, e em que passei por tantas mudanças, é preciso agradecer a quem tem estado comigo.

À minha família, meus pais Reginaldo e Cleuzenir, por todo carinho e amor.

À minha irmã Bruna, por todo afago e alegria; ao meu irmão Vitor, que viveu esse processo intensamente, obrigado por todo apoio e pelas risadas.

À minha orientadora, Regiane Garcêz, a quem aprendi a admirar como pesquisadora no contato com suas produções, como professora ao dividir a sala de aula e como amiga em sua conduta fora do ambiente profissional. Obrigado por todo incentivo, cobrança, ajuda, provocações e por acreditar em mim.

A todos os amigos e amigas que dividem a vida comigo, nas felicidades e dores, tornando-a inteira. Especialmente a Matheus Gonçalves, que incentivou minha mudança e que agora vive cobrando minha presença no Rio. Às incríveis Nathália Camille e Nina Rocha, que me aturaram e foram importante suporte nesse período.

Meus companheiros e companheiras de curso e todas as pessoas queridas que conheci graças à UFMG: Matheus, Luiza, Sthefanie, Nívia, Thayná, Luana e Steffane, que ajudaram a construir minha vivência na universidade e também fora dela.

Aos professores e professoras que contribuíram com minha jornada: Laura, Paula, Simone, Ângela e Rousiley. A Pablo Moreno Fernandes, Vanessa Veiga Oliveira, Pâmela Guimarães-Silva, pelas contribuições na banca de qualificação, e a Alice Andrade por ter aceitado participar desse momento de contribuição para minha pesquisa.

À cidade de Belo Horizonte, com suas contradições, por ter me recebido com muita alegria, comida boa e Xequê-Mate.

Ao Clube de Regatas Vasco da Gama, por ser a caneta que escreve a história.

Aos funcionários da UFMG.

À equipe da *Fanpagekarma* pela disponibilização da ferramenta.

À CAPES, pelo apoio financeiro no meu primeiro ano de pesquisa

A todos e todas que vieram antes de mim e pavimentaram o caminho para que estivesse aqui.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo examinar a partir de uma análise das representações, como as experiências de comunicação digital especializadas do Voz das Comunidades e da Alma Preta Jornalismo atuam em lutas por reconhecimento. Para entendermos o contexto das lutas sociais e demandas por reconhecimento, recorreremos à Teoria do Reconhecimento (Taylor, 1994; Honneth, 2009), pondo-a em contato com o paradigma interseccional (Crenshaw, 2002; Collins, 2000; 2021; Carrera, 2021), como forma de ampliar perspectivas para pensar as questões do reconhecimento, que possam contemplar as dinâmicas sociais contemporâneas. Para desenvolver nossa investigação, voltamo-nos para os conflitos por reconhecimento no campo simbólico, orientados pelo conceito de representação desenvolvido por Stuart Hall (2016) dentro dos Estudos Culturais e os debates sobre as diversas formas de desigualdades presentes na nossa sociedade em torno da questão racial. Dessa forma, por meio da análise da materialidade audiovisual (Coutinho; Mata, 2018), examinamos as representações construídas em 60 *Reels* de dois produtores de conteúdo especializado selecionados, Voz das Comunidades e Alma Preta Jornalismo. Organizamos os dados a partir de quatro eixos iniciais de sistematização do material: informações básicas; construção do conteúdo; questões de reconhecimento; e questões de representação. Em seguida, desenvolvemos nossa análise em três eixos de discussão: linguagem e lutas em discurso; natureza interseccional dos conflitos sociais e ideários de reconhecimento; representação e reconhecimento. Os resultados apontam que as representações ajudam a identificar a natureza das lutas sociais atravessadas por opressões cruzadas e, por meio da interseccionalidade representacional (Carrera, 2021). Também foi identificado que, por meio do simbólico, as representações mobilizam ideários fora da estrutura de reconhecimento de Honneth, que atuam na construção de uma comunidade de reconhecimento para grupos marginalizados. Representações positivas e o confronto de representações estereotipadas são formas de fuga de imagens de controle (Collins, 2000) e representações negativas. A valorização e afirmação das identidades são maneiras de reivindicações de reconhecimento e estabelecimento social de grupos marginalizados.

Palavras-chave: luta por reconhecimento; representação; interseccionalidade; reels; Instagram

ABSTRACT

The aim of this paper is to examine how digital communication experiences act in the struggle for recognition of marginalized groups. In order to understand the context of social struggles and demands for recognition, we turned to the theory of recognition (Taylor, 1994; Honneth, 2009), bringing it into contact with the intersectional paradigm (Crenshaw, 2002; Collins, 2000; 2021; Carrera, 2021), as a way of broadening perspectives for thinking about issues of recognition that can take into account contemporary social dynamics. To develop our investigation, we turned to the conflicts for recognition in the symbolic field, guided by the concept of representation developed by Stuart Hall (2016) within Cultural Studies and the debates on the various forms of inequalities present in our society around the racial issue. In this way, through the analysis of audiovisual materiality (Coutinho; Mata, 2018), we examined the representations constructed in the Reels of two selected specialized content producers, Voz das Comunidades and Alma Preta Jornalismo. We organized the data based on four axes of observation: basic information; content construction; issues of recognition; and representation and three axes of discussion: language and struggles in discourse; intersectional nature of social conflicts and ideals of recognition; representation and recognition. The results show that representations help to identify the nature of social struggles crossed by intersecting oppressions and, through representational intersectionality (Carrera, 2021). It was also identified that through the symbolic, representations mobilize ideologies outside of Honneth's recognition framework, which act to build a community of recognition for marginalized groups. Positive representations and the confrontation of stereotypical representations are ways of escaping controlling images (Collins, 2000) and negative representations. Valuing and affirming identities are ways of claiming recognition and social establishment of marginalized groups.

Keywords: struggle for recognition; representation; intersectionality; reels; Instagram

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Print crianças fugindo do "Diabão"	68
Figura 2 - Print "Diabão"	68
Figura 3 - Print Reels Djamila Ribeiro no Podpah	69
Figura 4 - Roleta interseccional como proposta metodológica para estudos em Comunicação	71
Figura 5 - Print repost de vídeo de influenciadora	75
Figura 6 - Print corte de entrevista	75
Figura 7 - Print Reels com logo do Voz das Comunidades	76
Figura 8 – Print manifestação de rua na altura da Rocinha	78
Figura 9 - Print vídeo de denúncias de Simone Nascimento	79
Figura 10 – Print de vídeo recontando a história da realeza europeia	80
Figura 11 - Print de Reels sobre Juliano Moreira	81
Figura 12 - Print de vídeo Xuxa e Rene participam do Pintando 7 no CPX do Alemão	81
Figura 13 - Print de Reels acompanhando a chuva em Manguinhos	82
Figura 14 - Print de vídeo de ação policial	82
Figura 15 - Print Reels sobre a língua hadza	83
Figura 16 - Print Reels encenação de Páscoa	83
Figura 17 - Print Reels Cláudia Abreu em projeto do Voz das Comunidades	84
Figura 18 - Print vídeo de Nego Bispo	86
Figura 19 - Print de tela com postagem do Voz das Comunidades	87
Figura 20 - Print de vídeo de abuso de força policial	88
Figura 21 - Print de Reels de “Arroboboi Dangbé”	89
Figura 22 - Eixos de opressão/poder totais	91
Figura 23 - Eixos de opressão/pode Voz das Comunidades	92
Figura 24 - Eixos de opressão/poder Alma Preta	93
Figura 25- Print fala de Cintia Maria em Reels	95
Figura 26 - Print Iemanjá em Reels	95
Figura 27 – Print Reels de festa de Iemanjá	96
Figura 28 - Print Reels Rio 459 anos	97
Figura 29 -Print Movimento Black em Reels	102
Figura 30 - Print jovem somali em Reels	102
Figura 31 - Print representação candomblé em Reels	103

Figura 32 - Influenciadora Areta	104
Figura 33 - Print Reels de Giovanna Heliodor	105
Figura 34 - Print Reels de operação policial.....	106
Figura 35 – Print Reels de operação policial.....	107
Figura 36- Print Reels operação policial	108
Figura 37 - Print Reels Henrique da 04	109
Figura 38 - Print Reels Henrique da 04	109
Figura 39 - Print Baile na Apoteose	111
Figura 40 - Print Reels sobre identidade	112
Figura 41 - Print Reels de provérbio Yorubá	113
Figura 42- Print Reels Bantu Knots.....	115
Figura 43 - Print Reels Henrique da 04	116
Figura 44 - Print do Reels Dica Preta	118
Figura 45 - Print Reels sobre enchentes em Acarí.....	119
Figura 46 - Print Reels O Avesso da Pele	120
Figura 47 - Print Reels sobre identidade	122
Figura 48 - Print Entrevista com bell hooks.....	123
Figura 49 - Print Reels Oruam no Alemão	124
Figura 50 – Print Reels “Quantos dias quantas noites”	125
Figura 51 - Print Reels “Quantos dias quantas noites”	126
Figura 52 – Print “Quantos dias quantas noites”	127
Figura 53 – Print Crianças brincando	128
Figura 54 - Print Criança sorrindo	128
Figura 55 - Print Reels sobre Eloína dos Leopardos	130
Figura 56 - Print Giovanna Heliodoro	131
Figura 57 - Print cobertura de enchente em Acarí.....	132
Figura 58 - Print cobertura festa de Iemanjá	132
Figura 59 - Print Corte de Chavoso da USP em podcast.....	134
Figura 60 - Print Representação positiva em Reels	135
Figura 61 – Print Reels de mobilização social	136
Figura 62 - Print Reels de tiroteio	136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Origem do vídeo (%).....	74
Tabela 3 - Reposts (%)	74
Tabela 4 - Tipo de vídeo (%).....	76
Tabela 5 - Paisagem sonora (%).....	77
Tabela 6 - Tipo de postagem (%)	79
Tabela 7- Outro presumido (%).....	87
Tabela 8 - Relação com demandas por reconhecimento (%)	88
Tabela 9 - Centralidade das demandas (%)	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Engajamento.....	67
----------------------------	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. TEORIA DO RECONHECIMENTO: CONTEXTUALIZAÇÃO, DIÁLOGOS E NOVAS POSSIBILIDADES ...	17
1.1 O RECONHECIMENTO EM TAYLOR E HONNETH	18
1.1.2 Linguagem e semântica coletiva: motores propulsores para as lutas sociais.....	24
1.2 A CENTRALIDADE DA INTERSUBJETIVIDADE NA LUTA POR RECONHECIMENTO: CONTRIBUIÇÕES DO FEMINISMO NEGRO	28
1.3 DÉFICIT INTERSECCIONAL.....	35
2 REPRESENTAÇÃO E RECONHECIMENTO	42
2.1 REPRESENTAÇÃO, ESTEREÓTIPO E A INVENÇÃO DO “OUTRO”	43
2.2 ESTUDOS SOBRE REPRESENTAÇÃO, RAÇA E INTERSECCIONALIDADE	46
2.3 IMAGENS DE CONTROLE	51
2.3 A POSSIBILIDADE DE NOVAS REPRESENTAÇÕES POR MEIO DAS LUTAS POR RECONHECIMENTO	57
2.4 MÍDIAS E O LUGAR DE DISPUTA.....	58
3 METODOLOGIA.....	61
3.1 MODOS DE VER	61
3.2 EXPERIÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO ESCOLHIDAS.....	62
3.2.1 Alma Preta Jornalismo.....	63
3.2.2 Voz das Comunidades	64
3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA	66
3.4 <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE.....	67
3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	69
4 ANÁLISE: RESULTADOS.....	73
4.1 RESULTADOS RELACIONADOS AO CONTEÚDO DAS POSTAGENS	73
4.2 QUESTÕES DE RECONHECIMENTO.....	85
4.3 ASPECTOS GERAIS DO CAMPO REPRESENTAÇÃO	90
5 ANÁLISE: DISCUSSÃO	99
5.1 NATUREZA DAS LUTAS E IDEÁRIOS DE RECONHECIMENTO.....	99
5.2 LINGUAGEM E LUTAS EM DISCURSO	114
5.3 ARTICULAÇÃO ENTRE REPRESENTAÇÃO E LUTA POR RECONHECIMENTO	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	143
APÊNDICE 1 – LIVRO DE CÓDIGOS	149

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa começou a nascer quando eu ainda era estudante de Relações Internacionais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Como integrante do Laboratório de Mídias e Relações Internacionais, sentia crescer meu interesse pelos aspectos comunicacionais que envolviam as mídias e os temas que analisávamos.

Em um encontro com pesquisadores do Media Discourse Centre da De Montfort University, de Leicester, ao ouvir sobre suas pesquisas, temas e métodos de investigação, percebi que meu horizonte de pesquisa seguia em outra direção e que eu queria olhar para os fenômenos sociais que captavam minha atenção e despertavam meus questionamentos sob uma perspectiva comunicacional.

As leituras indicadas pela minha coordenadora e orientadora da época, Mônica Leite Lessa, e minha busca por jovens pesquisadores da Comunicação, aos quais eu sempre perguntava o que estavam lendo, como construíam suas pesquisas e o porquê das referências usadas em suas produções, foram construindo em mim uma percepção mais consistente sobre o campo.

Se a direção a ser tomada estava dada, as inquietações que, mais tarde, dariam forma à investigação deste trabalho começaram em minha casa. Observar como meu irmão e meus primos mais novos construíam seus processos de subjetivação na relação com o consumo de conteúdos nas redes sociais trouxe uma reflexão também sobre como esse processo ocorreu comigo e com meus pais.

Em um segundo momento, ainda na época em que se pensava a dinâmica das plataformas sociais pela ideia de bolhas, era importante para mim entender como se formavam essas cadeias de reprodução de conteúdo na minha realidade, como pessoa negra e pobre, transitando pelas periferias do Rio de Janeiro, entre a Baixada Fluminense, a Zona Norte e o Morro do Pavão no PPG.¹

As representações se mostraram um possível caminho para responder às perguntas que surgiam ao explorar o tema. Assim, as ideias começaram a ganhar concretude, e os Estudos Culturais se destacaram como sustentação teórica para minha produção. Com as ideias um pouco mais estruturadas, tornou-se necessário pensar em qual programa desenvolver meu

¹ Conjunto de Favelas Cantagalo-Pavão-Pavãozinho situado na Zona Sul do município do Rio de Janeiro.

projeto. Não tive dúvidas de que deveria tentar ingressar no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais.

Com os ajustes do projeto, a aprovação na seleção de mestrado e meu ingresso no curso, surgiram não apenas os desafios de mudança de cidade e de área de pesquisa, mas também os desafios próprios do trabalho com a pesquisa acadêmica. Novos interesses, abordagens e necessidades emergiram, sendo o mais provocador deles a incorporação da Teoria do Reconhecimento como uma das principais bases da pesquisa, que deu a forma final à análise desenvolvida.

A partir do panorama pessoal que guiou meus passos até este momento da investigação, penso ser pertinente avançarmos para um panorama conjuntural, que situa a pesquisa e as teorias acionadas no momento histórico, introduz os apontamentos que serão encontrados ao longo do texto e o desenho da pesquisa.

A Teoria do Reconhecimento aflora como um arcabouço conceitual que auxilia a compreender as complexidades das lutas sociais em diferentes dimensões, sobretudo diante das transformações sociais e da emergência de novas mobilizações a partir da década de 1960. No contexto da sociedade pós-industrial e do multiculturalismo, a busca pelo reconhecimento se torna tema de destaque, desafiando as concepções do pensamento tradicional sobre os conflitos sociais.

No avançar desse cenário, a cultura midiática iniciada no pós-Guerra Fria e o assíduo avanço das tecnologias de comunicação têm modificado não somente a forma como as notícias são transmitidas, mas também criado novos padrões de consumo e produção de informação que afetam a sociedade em todas as suas esferas. O veloz surgimento de mídias, plataformas, canais de comunicação e o maior volume de circulação de conteúdo abrem novas possibilidades políticas e de construção dos sujeitos.

Devido à dinamização dos fluxos informacionais por todo o globo no contexto atual, experiências de comunicação digital com seu caráter mais difuso e acessível tornam-se elementos de destaque no que se refere à inserção dos cidadãos comuns no debate público e no modo como se interage com o conteúdo produzido, concebendo, dessa relação, novos modos de construção social.

O Brasil apresenta um cenário de concentração midiática e de reprodução de um sistema de marginalização de corpos e espaços pela mídia de referência (Amaral, 2019). Diante disso, a popularização da internet comercial nos anos 2000; o acesso de camadas sociais mais pobres ao consumo de aparelhos eletrônicos, como smartphones e computadores; e a difusão de plataformas de compartilhamento de vídeos e das redes sociais abrem horizontes para

articulação, autorrepresentação e visibilidade (Nascimento; Rosa, 2012), de modo a permitir que “grupos marginalizados possam construir uma narrativa mais equilibrada e positiva de si e do local onde vivem” (Amaral, 2019, p. 84).

Na contemporaneidade, a dimensão política tomada pelas mediações e a centralidade dessas experiências em nosso cotidiano, onde todas as áreas da vida têm sido penetradas por elas, nos fazem pensar como, e se, grupos sociais estão presentes nessas plataformas e como agem nesses espaços no empenho do desenvolvimento de reconhecimento, de uma identidade coletiva e da mobilização de interesses comuns em um novo ecossistema midiático.

Conforme Borges (2019), o século XXI está sendo marcado por embates na ordem do imaginário, por um embate de imagens e signos. Considerando as atuais configurações do mundo, os regimes representacionais e as novas ordens de representação estão no cerne da política contemporânea e, como parte delas, nas lutas por reconhecimento.

Com o propósito de colaborar para a compreensão da temática, a presente pesquisa tem como pergunta central: a partir de uma análise das representações, como as experiências de comunicação digital especializadas do Voz das Comunidades e da Alma Preta Jornalismo atuam em lutas por reconhecimento?

Como objetivo geral, examinamos a atuação das experiências de comunicação digital especializadas do Voz das Comunidades e da Alma Preta Jornalismo em lutas por reconhecimento, a partir das representações. Nossos objetivos específicos envolvem a) ampliar a discussão sobre reconhecimento por meio das teorias do Feminismo Negro; b) analisar qualitativamente as representações construídas nos *Reels* nas páginas do Instagram desses produtores de conteúdo; e c) examinar como essas representações se inserem em um contexto de conflito e demanda por reconhecimento.

Após a análise de diversas mídias alternativas e independentes com temáticas especializadas, a escolha das iniciativas selecionadas se deu por apresentarem algumas características similares. Todas têm um tempo de atuação superior a quatro anos; dentro de seus contextos, apresentam alguma ligação com a luta antirracista e periférica, entendendo-se aqui periférica não como um conceito estritamente geográfico, mas econômico-social; produzem conteúdo em mais de um formato de mídia; assumem caráter político na produção de conteúdo; e têm grande visibilidade no espaço midiático e social.

Dentre os portais, plataformas e redes sociais em que o Voz das Comunidades e a Alma Preta Jornalismo estão presentes, o Instagram é a plataforma com maior número de seguidores de ambas, sendo por essa razão escolhido para a análise. Dentro da rede social, a unidade de análise consiste nas postagens de *Reels*, por sua capacidade de abarcar e fornecer uma variedade

de elementos audiovisuais que constituem as representações, além de caracterizarem o processo de verticalização de vídeos em plataformas sociais.

A justificativa da relevância deste projeto pode ser desenvolvida em três aspectos: ampliação de perspectivas nas discussões sobre as questões de reconhecimento no debate contemporâneo; contribuições para o estudo das representações a partir de uma abordagem interseccional; e discussões sobre a luta por reconhecimento em um cenário dominado pelas redes e plataformas sociais.

No primeiro aspecto, reconhecemos a importância da Teoria do Reconhecimento na filosofia política e nas ciências sociais, porém, também percebemos suas limitações. A nossa contribuição está em buscar através do diálogo com outras matrizes de pensamento, expandir perspectivas para pensar as questões do reconhecimento que possam contemplar as dinâmicas sociais contemporâneas e históricas de grupos sociais excluídos da estrutura de reconhecimento. Examinamos as contribuições de Charles Taylor (1994) e Axel Honneth (2009), colocando-as em contato com o amplo trabalho de intelectuais do Feminismo Negro e do paradigma interseccional, principalmente Patricia Hill Collins, que ao abordarem a luta de minorias sociais, especialmente de mulheres negras, exploram processos de constituição de identidades coletivas e lutas sociais intersubjetivos além das experiências normativas.

No segundo aspecto, contribuimos com a articulação entre os conflitos por reconhecimento no campo simbólico, os debates sobre as diversas formas de desigualdades presentes na nossa sociedade e a relação com o estudo das representações. Stuart Hall (1980; 2016) defende que as análises sociais sobre desigualdades sejam feitas por uma complexa perspectiva para entender classe, cor e raça como categorias profundamente conectadas de dominação/opressão, em vez de privilegiar apenas um aspecto nas análises.

Mesmo com a atenção dada à interação de opressões no pioneiro trabalho de Stuart Hall nos Estudos Culturais, sobre as complexas ligações entre classe, raça, nação e etnia, Collins (2015) aponta que gênero inicialmente não era um tema central nos Estudos Culturais, sendo muitas vezes negligenciado nas pesquisas. O trabalho de feministas negras, como bell hooks em sua análise sobre representação de gênero na mídia (2019), ou Collins, com as imagens de controle (2000) de mulheres negras, não só articulam esse marcador social de gênero junto a outros no centro do debate, mas convidam a necessidade de se pensar as representações e mover todo o campo de estudos para uma direção interseccional.

Corrêa (2020) aborda que no comprometimento dos Estudos Culturais na busca pela compreensão e o combate das desigualdades, frequentemente os pesquisadores consideram os diferentes eixos de dominação/opressão nas sociedades, investigados nos aspectos das

identidades e representações, mas geralmente de forma separada ou não interseccional. Reforçar os pontos de contato entre o estudo das representações e o pensamento interseccional, produzindo elaborações a partir desse paradigma, contribui para os estudos comunicacionais complexificando as representações e como ferramenta analítica.

No terceiro ponto, entendemos que dentro de um quadro de globalização neoliberal, as experiências nos espaços digitais não devem ser compreendidas como somente práticas distintas de mídias, mas como meios que oferecem questionamentos a ordem. De acordo com Suzina (2018, p. 176, tradução nossa): “Muitos acadêmicos em todo mundo estão se esforçando para compreender melhor as novas tendências das tecnologias de informação e comunicação, principalmente àquelas relacionadas à cultura digital e sua aplicação nos processos de mudança social”.

Para pessoas negras e de periferia urbana, essas experiências comunicacionais oriundas da cultura digital significam muito mais do que a disputa pela informação. Há uma relação direta com a possibilidade de construção de novas perspectivas sociais, por isso, essas ferramentas apresentam-se como importantes instrumentos na luta por reconhecimento na sociedade e na ocupação do espaço democrático, além de possibilidades de respostas aos anseios históricos desse público.

Nelas são possíveis as oportunidades de que narrativas marginalizadas tomem o lugar de protagonismo e o deslocamento de representações estigmatizadas modifiquem a realidade política através da construção de outras representações e práticas sociais.

Considerando o contexto de desigualdades sociais e tecnológicas, onde diminui a força de atuação do Estado e onde plataformas de mídias sociais ocupam papéis que antes eram preenchidos por agentes públicos (Albuquerque, 2019), pensar as experiências de comunicação nesses espaços a partir de grupos marginalizados é também fazer um exercício sobre o não reconhecimento e sobre a possibilidade de construção de autorrealização desses sujeitos.

Cresce o número de sujeitos coletivos que reivindicam e praticam um direito social insurgente, ou seja, o exercício da cidadania comunicativa. Essa justa insurgência, emerge de sujeitos com um capital social proveniente de lutas comunitárias para a conquista dos direitos básicos. Muitos desses cidadãos são pobres economicamente, mas não politicamente, por isso, não se reconhecem na representação que a mídia hegemônica faz de sua comunidade, incluindo o fenômeno da militarização das favelas e a criminalização da pobreza. Assim, buscam empoderar-se comunicacionalmente, para, politicamente, assumirem o papel e um espaço que possibilita a autorrepresentação da comunidade (Nascimento; Rosa, 2012, p. 1)

Desse modo, a construção de experiências de comunicação a partir de grupos marginalizados pode refletir as dinâmicas contemporâneas e desempenhar um papel fundamental na formação de identidades. Dentro desses espaços em que se travam disputas

simbólicas que se conectam com a construção dos *selves* (Mead, 1934) e de identidades coletivas, as representações têm papel de elemento de insurgência daqueles e daquelas que têm seu reconhecimento como sujeitos negado ou subtraído.

Sendo assim, no primeiro capítulo deste trabalho, contextualizamos a teoria do reconhecimento, apresentamos caminhos teóricos em diálogo com as feministas negras, ampliando possibilidades para pensar as questões de reconhecimento nas lutas sociais, além de identificarmos um déficit interseccional na teoria social de Honneth. No segundo capítulo, investimos nas discussões sobre representação, na relação de suas dinâmicas de poder com as lutas sociais, em particular com as questões raciais, e na discussão sobre novas possibilidades de representações por meio de lutas por reconhecimento. Na parte seguinte, abordamos as escolhas metodológicas e o recorte do material. Dividimos a última parte em dois capítulos; no quarto, é realizada a apresentação e análise dos resultados, e no capítulo final, seguimos com a análise para uma discussão dos dados diante dos aspectos teóricos.

1. TEORIA DO RECONHECIMENTO: CONTEXTUALIZAÇÃO, DIÁLOGOS E NOVAS POSSIBILIDADES

A teoria do reconhecimento tem sido uma das elaborações mais importantes para a compreensão da questão do reconhecimento em suas diversas dimensões, especialmente em sua relação direta com as lutas sociais. As valiosas formulações a partir dessa teoria oferecem contribuições para interpretações sobre os conflitos sociais e suas complexidades abordando suas esferas legais, materiais e simbólicas (Mendonça, 2009).

Em um cenário marcado pelos novos padrões da sociedade pós-industrial, testemunhou-se a emergência de novas mobilizações sociais a partir da década de 1960. A acentuação do processo de globalização e interdependência complexa, o fim da Guerra-Fria e os efeitos dessa fase do capitalismo trouxeram novos temas, reivindicações e reações para além da centralidade capital-trabalho do marxismo ortodoxo. Essa conjuntura levou ao centro do debate o fenômeno do multiculturalismo experimentado nos países do norte global, acompanhado por ele a demanda por reconhecimento.

Trabalhos produzidos por Charles Taylor [1990]/ (1994), Axel Honneth [1992]/(2009) e os debates do autor com Nancy Fraser (1995) e Markell (2000; 2006) não só ilustram a riqueza e a complexidade das discussões na teoria política contemporânea sobre o reconhecimento, mas também evidenciam a necessidade de um arcabouço conceitual dinâmico para compreender as tensões sociais. No Brasil, temos diversas aplicações e leituras do conceito, podendo destacar os trabalhos de autores como Garcêz (2008; 2015), Mendonça (2007; 2009), Jessé de Souza (2006; 2003) e Oliveira (2017) que enriquecem ainda mais o debate ao contextualizar o reconhecimento em um ambiente social único e complexo como o nosso.

Do mesmo modo que admitimos a importância da Teoria do Reconhecimento e suas contribuições em meio às suas diversas apropriações e os férteis debates oriundos delas, reconhecemos também que há sólidas críticas e lacunas identificadas na teoria. Neste trabalho, não temos por objetivo descortinar todo debate em torno da noção de reconhecimento, nem realizarmos uma recuperação de suas principais críticas, o que já foi feito por diversos autores². Em particular, críticas acerca das lacunas sobre as questões raciais foram desenvolvidas por Rogers (2009) e Deize Paiva (2021). A principal delas diz respeito à impossibilidade das lutas

² Esse debate pode ser encontrado em: Mendonça, (2007), Fraser (2000), Maia e Garcêz (2018).

por reconhecimento nos moldes honnethianos, visto que pessoas negras sequer são consideradas humanas e dignas de serem levadas em conta nas suas lutas.

Neste capítulo, ressaltamos as contribuições da teoria do reconhecimento para pensarmos as lutas sociais, assim como buscamos refletir sobre suas limitações, realizando diálogos com outras teorias e escolas de pensamento para abrir novas possibilidades dentro dos atuais desafios e da conjuntura presente, explorando outras perspectivas.

Em um primeiro momento, abordamos a noção de reconhecimento em Charles Taylor e Axel Honneth, destacando algumas das bases conceituais desses autores que podem contribuir para os objetivos deste trabalho. Na seção seguinte, articulamos a Teoria do Reconhecimento com as discussões do Feminismo Negro, evidenciando a centralidade das relações e da intersubjetividade nas lutas contra opressões sociais e na formação das identidades. O terceiro passo foi discutir o aspecto interseccional das lutas por reconhecimento.

Refletimos sobre o conceito de reconhecimento a partir de uma perspectiva que contemple de forma mais ampla as complexidades e particularidades dos grupos marginalizados, levando em consideração a realidade do sul global e do Brasil. Esta abordagem, ao mesmo tempo que reconhece a conjuntura histórica em que está inserida, busca utilizar concepções não colonizadas por esse cenário, visando uma reconstrução normativa mais justa e, sobretudo, um horizonte emancipatório.

Ao fazê-lo, buscamos não apenas enriquecer o debate teórico, mas também contribuir para uma compreensão mais ampla e sensível das questões de reconhecimento, transcendendo barreiras conceituais para enfrentar os desafios e configurações atuais da sociedade. Isso é feito, em especial, por meio de horizontes teóricos que consideram a complexa realidade brasileira e suas múltiplas fontes de desigualdade.

1.1 O RECONHECIMENTO EM TAYLOR E HONNETH

Conforme a acentuação do processo de globalização, houve uma problematização sobre a concepção das identidades nacionais como sólidas, fixas e centradas em localizações sociais, refletindo em novos debates sobre a percepção da diferença, a construção dos indivíduos na sociedade e em formas renovadas da participação da sociedade civil no ordenamento social. Na passagem entre as décadas de 1980 para 1990, as teorias do reconhecimento foram desenvolvidas como ferramenta heurística para compreensão dessas transformações em suas variadas dimensões.

Os processos de aculturação e assimilação cultural ocorridos nos países do norte global, atrelados a marcadores sociais integrados como classe, gênero, raça, língua e território, se veem alterados pelos fluxos da segunda metade do século XX e seus resultados, como os processos de integração regional, as reivindicações institucionais de grupos excluídos, a consolidação de bairros e zonas de imigrantes na configuração das cidades centrais do capitalismo, a ocupação de espaços sociais pela geração de filhos e filhas de imigrantes nascidas nos países ricos, entre outros eventos que intensificam as políticas adotadas para lidar com a diversidade em sociedades multiculturais, como os Estados Unidos, Grã-Bretanha, Canadá e França.

Taylor (1994) e Honneth (2009) procuraram, por meio do pragmatismo social, tratar questões como a busca pela autorrealização dos indivíduos, dando ênfase à concepção dialógica desse processo, como formas para entendimento das sociedades multiculturais, assim como os seus desdobramentos principalmente nas lutas sociais. A palestra de Charles Taylor na inauguração do *Princeton University's Center for Human Values*, intitulada “A política do reconhecimento” pode ser tomada como um dos marcos para as discussões mencionadas.

Taylor (1994), ao abordar as políticas de reconhecimento e as demandas de minorias sociais e grupos subalternos na política contemporânea, chama atenção para a ligação que é feita entre o reconhecimento e a formação das identidades, sendo o reconhecimento inerente à dignidade humana e o não reconhecimento uma forma de opressão.

O autor recorre à filosofia política para apontar como no pensamento moderno a preocupação com identidade e reconhecimento se tornariam inevitáveis (Taylor, 1994). A substituição da ideia de honra por dignidade, declinando hierarquias coletivas pré-determinadas (Mendonça, 2009) e aproximando esse entendimento com a percepção que os seres humanos são dotados de um senso moral trouxe como pano de fundo a ideia de uma dignidade universal.

Nessa relação, Taylor (1994) aponta que foi em Hegel que o tema do reconhecimento recebeu seu tratamento inicial mais influente. No pensamento do autor alemão, o reconhecimento combina políticas (de dignidade) universais e políticas da diferença. “Por meio de lutas simbólicas, os sujeitos negociam identidades e buscam reconhecimento nos domínios íntimo e social” (Mendonça, 2009, p. 62).

Desse modo, é rejeitada a ideia do reconhecimento como uma cortesia ou algo dado. O reconhecimento seria uma categoria importante e presente na gramática dos conflitos, estando em sua ligação com o conceito de identidade conectado à ação política. O não reconhecimento ou um reconhecimento distorcido pode levar grupos, ou indivíduos, a terem danos reais, construindo impressões falsas e inferiorizantes (Taylor, 1994).

É reforçada assim a concepção dialógica na formação das identidades e subjetividades e, conseqüentemente, para mobilização do discurso político. Mesmo no domínio íntimo só há a possibilidade de ser em sociedade com o outro, as identidades e subjetividades podem ser formadas no curso e contato com os “outros significativos”. Numa perspectiva social a inteligibilidade é construída no contato com o outro e no compartilhamento de significados em comum.

Para pensar o reconhecimento nas esferas públicas de interação social, Taylor concentra-se nas reflexões sobre as políticas universais e políticas da diferença, na luta simultânea que as pessoas exercem por dignidade, para terem sua “autenticidade” reconhecida (Mendonça, 2009). Na política de universalismo a ênfase está na igualdade de todos os cidadãos e na equalização de direitos e prerrogativas (Taylor, 1994). O principal a ser evitado por essa perspectiva é que haja cidadãos de primeira classe e cidadãos de segunda classe. É explorada então a potencialidade embutida na ideia de dignidade (Paiva, A. 2018).

A igualdade está posta no sentido de paridade entre grupos sociais distintos, sendo rejeitada qualquer ideia de homogeneidade e também a ideia de reconhecimento rousseauiana de uma completa reciprocidade. Nesse sentido, pensar o reconhecimento seria não somente a construção das políticas universais, mas pensar, através das identidades únicas, aos ideais de autenticidade³:

É a radicalidade da questão da diversidade, não mais vista como condescendência de um estrato superior, mas sim do reconhecimento do outro nas suas características diferenciadas. Assim sendo, a chave analítica de Taylor – autenticidade, a necessidade de reconhecimento do igual valor e respeito à diferença (Paiva, A. 2018, p. 267).

Nessa mescla entre políticas de garantias universais e das políticas da diferença, assim como na relação entre as esferas íntimas e públicas, estão envoltas as demandas sobre reconhecimento. Em linhas gerais, as políticas universais de dignidade são baseadas na ideia de que todos os seres humanos são igualmente dignos de respeito, focando em formas de não discriminação cegas em relação às diferenças e no que há de comum a todos. Já as políticas da diferença, as particularidades, devem ser fomentadas, redefinindo noção de não-discriminação,

³ Os recortes aqui usados de identidades únicas e autenticidade são do texto de 1994 de Taylor, explicadas como parte da virada subjetiva da cultura da modernidade, em que uma nova forma de interioridade nos possibilita pensarmos em nós mesmos como seres com profundidades interiores. Essa ideia é alcançar a vida plena, cada um deve buscar a autorrealização à sua forma. Essa ideia é passível de crítica, pois ao pressupor que exista uma maneira certa de ser humano à minha maneira, uma verdadeira autenticidade do meu eu, presume-se uma ideia essencialista e de fixação de identidade trabalhada por Taylor em conjunto ao conceito de originalidade de Heidegger, em que cada um de nós tem um jeito de ser humano, havendo um único modo correto de ser para alcançar a plenitude.

pensando nas discriminações positivas como forma de aproximação de igualdade (Taylor, 1994).

Apesar das vastas similaridades e convergências, baseadas no igual respeito entre os indivíduos, essas políticas entram em conflito nas apreensões sobre justiça. Nessa direção, é Axel Honneth que procede na discussão para pensar a teoria do reconhecimento por meio da ideia de uma gramática moral dos conflitos que impulsiona as lutas sociais entendidas por ele como estruturantes das relações morais da sociedade (Honneth, 2009)

Assim como Taylor, Honneth (2009) ampara suas proposições no pensamento hegeliano, buscando atualizar a noção de reconhecimento proposta por Hegel na primeira fase dos seus escritos. Honneth exerce esse movimento em constante diálogo com sua escola de pensamento, situando a Luta por Reconhecimento dentro da tradição da Teoria Crítica, oxigenando-a para as discussões do final do século XX, sem se dispensar do compromisso crítico e da prática emancipatória que caracterizam a abordagem teórica.

Como apontado e desenvolvido mais adiante, a conceituação trazida por Honneth progride em duas frentes concomitantemente, uma apropriando-se de premissas hegelianas para questionar algumas das bases do realismo político que moldam o pensamento político moderno, e outra que pensa novas possibilidades na Teoria Crítica, ancoradas no processo de construção social da identidade (Nobre, 2009, p. 11). Para ambas, ele se apoia nos preceitos de subjetividade de Mead (1934) e na sua psicologia social.

Honneth traz, a partir de Hegel, a leitura do reconhecimento intersubjetivo como elemento fundamental para que os sujeitos alcancem a autorrealização e como outra posição ao modelo utilitarista do conflito. Hegel, influenciado pela tradição aristotélica e platônica, traz nova perspectiva além da hobbesiana para pensar as lutas sociais que direcionam a organização da sociedade, que é aproveitada e trabalhada por Honneth.

Hegel defende naquela época a convicção de que resulta de uma luta dos desejos pelo reconhecimento recíproco de sua identidade uma pressão intrassocial para o estabelecimento prático e político de instituições garantidoras de liberdade; trata-se da pretensão dos indivíduos ao reconhecimento intersubjetivo de sua identidade, inerente à vida social desde o começo na qualidade de uma tensão moral que volta a impelir para além da respectiva medida institucionalizada de progresso social e, desse modo, conduz pouco a pouco a um estado de liberdade comunicativamente vivida, pelo caminho negativo de um conflito a se repetir de maneira gradativa. (Honneth, 2009, p. 31)

Hegel segue um caminho de reinterpretação de um modelo de luta originária de todos contra todos, premissa das concepções de pacto social de Thomas Hobbes e Maquiavel, e exercício de justificação racional dos primeiros Estados Modernos e da sociedade civil. Sem desprezar a doutrina Hobbesiana, em que os sujeitos se encontram em situação de ameaçadora

concorrência, e que os conflitos são próprios da formação social, Hegel tece sua crítica teórica sobre a origem desses conflitos.

Se em Hobbes e Maquiavel a lógica dos conflitos está na busca por autoconservação e aumento de poder, na interpretação de Honneth, Hegel indica que se deve apreender a lógica dos conflitos de maneira diferente dos enfoques tradicionais:

Se, em contraposição à tradição predominante, deve ser mostrado que os sujeitos, mesmo sob condições sociais de concorrência hostil, alcançam uma solução jurídica ao conflito, então a atenção teórica deve ser deslocada para aquelas relações sociais intersubjetivas através das quais um consenso normativo mínimo é previamente garantido desde o começo; pois apenas nessas relações pré-contratuais de reconhecimento recíproco, ainda subjacentes às relações de concorrência social, pode estar ancorado o potencial moral, que depois se efetiva de forma positiva na disposição individual de limitar reciprocamente a própria esfera de liberdade. (Honneth, 2009, p. 85)

As relações sociais se moldam além da coerção e da moral individual, abrindo a possibilidade de pensarmos na intersubjetividade e no reconhecimento. Esse reconhecimento também é o possibilitador da vida social. A relevância da intersubjetividade na vida pública precede os conflitos e o pacto social, “o humano pressupõe uma espécie de afirmação mútua elementar” (Honneth, 2009, p. 86). A realização da e na vida pública como possibilidade inicia-se no reconhecimento.

Como afirma Garcêz (2008, p. 53), “Hegel acredita que nem as leis do estado, nem as convicções morais dos sujeitos isolados são capazes de fornecer uma base sólida para o exercício de uma liberdade ampliada.” Essa possibilidade de autonomia se dá primeiramente a partir dos vínculos éticos, que, para Honneth, precedem a força como ação reguladora do convívio social e estão na base da socialização humana.

Honneth recorre a alguns preceitos do pensamento de Mead para realizar uma atualização de Hegel, sendo as principais contribuições: a crítica às teorias sociais atomísticas, o aprofundamento no olhar intersubjetivista e a consideração da importância das normas morais nas relações humanas (Mendonça, 2009). Fundamentado nesses pressupostos, Honneth sistematiza as linhas argumentativas de Hegel sofisticando as estruturas das relações sociais em três âmbitos, íntimo, jurídico e social, assim como as relações de desrespeito nessas esferas.

Em *Luta por Reconhecimento* (2009), Honneth elabora tais formulações orientado pela postura crítica da Escola de Frankfurt. Vinculado a essa tradição, ele afirma a centralidade do conflito na formação dos sujeitos e da sociedade, e o ideal normativo de uma luta por reconhecimento (Garcêz, 2008). Para ele, os conflitos são originados das experiências de desrespeito que, por sua vez, motivam ações que buscam o reconhecimento mútuo.

Ao realizar esse movimento o autor acredita ter superado o déficit sociológico encontrado na Teoria Crítica, pois mesmo após Habermas ampliar o paradigma explicativo da Teoria Crítica, formulando uma teoria de racionalidade dupla⁴ Honneth aponta que Habermas não tomou em conta a ação social como necessário mediador entre o “sistema” e “mundo da vida”, vigorando uma concepção de sociedade em dois pólos (Nobre, 2009).

Os autores convergem na percepção da necessidade de criação de uma Teoria Crítica construída com marcadores universalistas e bases intersubjetivas, prévia ao conflito. Entretanto, Honneth entende que Habermas deixou a realidade social do conflito em segundo plano (Nobre, 2009). Honneth, ao contrário de seu mentor, parte do pensamento que a base da interação é o conflito, nele se carrega uma potencialidade para se desenvolverem até alcançar a validade universal, por meio das formas comunicativas da vida cotidiana (Garcêz, 2008).

Neste trabalho acionamos a Teoria do Reconhecimento para pensarmos o reconhecimento na esfera pública e na construção de identidades coletivas, trazendo a intersubjetividade como fator fundamental para nossa análise. A adoção de outras lógicas, além da autoconservação e aumento de poder como justificativa para as lutas sociais, nos abre caminho para inserirmos as políticas de representação nessas lutas.

Seguindo os autores, especialmente Honneth, defende-se que os problemas sociais não têm sua natureza apenas na organização produtiva e que as lutas sociais têm como motor não apenas as ordens da disputa pelo poder, sendo esses processos um fim em si mesmos. Sem descartarmos o peso das questões materiais e redistributivas, que ganham inclusive novos contornos ao aparecem interligadas com outras naturezas de opressão, nós utilizamos da Teoria do Reconhecimento para pensarmos as dinâmicas na comunicação digital por meio das representações, trazendo aspectos simbólicos, morais e culturais para a linha de frente da nossa análise.

Honneth aponta que uma das dimensões do reconhecimento está no direito, sendo o reconhecimento alcançado no âmbito jurídico e voltado para as instituições da sociedade moderna. Entretanto, entendemos que as promessas de constituição de sujeitos e de integração social por essas instituições não podem ser realizadas. Concordamos que a origem dos conflitos está no modo como a sociedade se organiza, mas que os indicadores de saídas dos problemas não estão.

⁴ Racionalidade instrumental e Racionalidade comunicativa (Habermas, 1998).

Desse modo, nos munimos de um diálogo com outras matrizes de pensamentos para ampliarmos as discussões sobre o reconhecimento, como é trabalhado ao decorrer do texto. Sendo assim, não partimos necessariamente do desrespeito e das privações/déficits para apreendermos as questões de reconhecimento, mas utilizamos a reivindicação de estabelecimento institucional, cultural e de um ponto de vista autodefinido da subjetividade e da identidade coletiva.

Essa perspectiva não elimina as esferas das estruturas sociais identificadas por Honneth, mas faz com que não as tratemos como absolutas e questionemos o entendimento de concepções de elementos que as formam. Trazendo-as para o universo do nosso objeto no campo simbólico, tratamos o “amor”, o “direito” e a “estima social” como esferas basilares de reconhecimento na sociedade ocidental capitalista, mas admitimos que no processo histórico, elas coexistem com ideários empregados para enfrentar ameaças existenciais.⁵ como nas “lógicas próprias de religiões”, a “territorialidade” e a “ancestralidade”, entre outros, que não se encaixam de forma precisa na estrutura de Honneth

Esse compartilhamento entre campos do pensamento distintos, expande nosso pensamento sobre as lutas sociais e as possibilidades de emancipação. Alguns fios condutores desse pensamento são explorados ao longo do texto. Para percorrermos o caminho até a atuação da representação nas lutas por reconhecimentos, iniciamos nosso caminho pelo papel da linguagem, assunto da próxima seção.

1.1.2 Linguagem e semântica coletiva: motores propulsores para as lutas sociais

Quando Habermas (1988) move a teoria social de um paradigma centrado no produtivismo para uma compreensão social com o paradigma comunicativo, a linguagem consequentemente ganha os holofotes na gramática das lutas sociais. Diferentemente da esfera da produção, a razão que guia o “mundo da vida” é o entendimento mútuo, formado intersubjetivamente na esfera pública.

Honneth (2009) parte da percepção de Habermas localizando nesse processo intersubjetivo social demandas por reconhecimento que, para o autor, é o local onde estão os

⁵ Por exemplo, quando temos um vídeo de uma reivindicação de solução das autoridades para um problema, está mobilizando uma questão de reconhecimento pela esfera do direito, que está localizado como parte de um processo histórico. Quando temos um vídeo de uma pessoa afirmando o intelectual Nego Bispo como ancestral, está mobilizando o ideário de reconhecimento na ancestralidade, que é muito além dos modos de reconhecimento da estima social e também está localizado em um processo histórico, mesmo que pelas tensões do apagamento e a tentativa de subjugação. Estão no campo simbólico, mas não abstrato.

conflitos que formam o tecido da sociedade. Ao afirmarmos a intersubjetividade da luta por reconhecimento, sendo ela fundamentalmente relacional e contínua, não há como negligenciar o papel da linguagem como base de estruturação das identidades e também das lutas coletivas. É por meio da linguagem que se dá a construção de sentidos compartilhados que possibilitam a coordenação de ações coletivas.

Em Mead (1934), Honneth (2009) reafirma esse caráter na formação das identidades, tomando lugar por meio da linguagem e da existência de um parceiro de interação, como pode ser visto no conceito de gesto significativo:

O gesto significativo seria para Mead o liame entre o sujeito e o seu defrontante, pois possui a propriedade de influir sobre o agente no mesmo momento e da mesma maneira que no seu parceiro de interação. Por ser ouvido ao mesmo tempo em que é expresso, é capaz de desencadear uma afetação mútua tanto no parceiro de interação quanto em si, despertando uma autoconsciência de si que leva a uma construção de uma imagem de si e, em última análise, uma consciência da própria identidade. (Garcêz, 2015 p. 55).

Garcêz (2015), ao realizar uma revisão do conceito de linguagem do ponto de vista da conformação dos sujeitos políticos, identifica três funções da linguagem nas lutas sociais que abordaremos em nosso trabalho: a) o lugar da linguagem como criativa e transformadora dos padrões sociais; b) como condutora dos processos de visibilidade na busca pela justiça e c) como meio de integração na comunidade política.

A possibilidade criativa da linguagem carrega em si um potencial reflexivo. Em Taylor, a premissa da linguagem como atividade dialógica confere a ela o lugar da criação, tornando os sujeitos capazes de promover distinções e fazer avaliações daquilo o que é bom ou ruim para as suas vidas (Garcêz, 2015).

A função criativa da linguagem é inerente à própria formação do *self* e ao conhecimento social (Honneth, 2003). “A partir de uma relação conflitiva entre o *eu* criativo e o *me*, que incorpora as regras sociais, surge uma tensão entre a vontade coletiva internalizada e as pretensões de individuação impulsionadas pelo *eu*” (Garcêz, 2015, p. 63).

Dessa forma, como expõe Garcêz (2015, p. 65) “uma representação legítima e democrática deve ser aquela capaz de reflexivamente envolver representantes e representados em trocas discursivas por meio da linguagem, favorecendo a criatividade para a ruptura de determinados padrões.” As possibilidades por meio da linguagem permitem aos sujeitos avaliarem o que é legítimo, além de possibilitar questionar valores. A consciência desses valores é por vezes tomada no ato de expressão configurada pela linguagem (Garcêz, 2015).

Para grupos marginalizados, o ambiente digital tornou-se espaço potencializador das possibilidades criativas advindas da linguagem. Mesmo com as limitações e os direcionamentos

impostos pelas plataformas digitais, como o Instagram, há o uso de uma diversidade de recursos criativos para denunciar opressões e mobilizar ações por esses grupos nesse ambiente.

No caso das representações, elemento central do nosso trabalho, o potencial criativo da linguagem reverbera nas relações sociais e também está presente no atrito interno entre o *eu* e o *me*. Através das experiências digitais são questionadas representações negativas cristalizadas na cultura popular, novas referências são postas, abrindo novas possibilidades dos indivíduos se constituírem como sujeitos e como grupo, de novas ações coletivas.

A segunda função da linguagem destacada por Garcêz está na relação entre a linguagem e o lugar da visibilidade nas lutas sociais. É por meio da linguagem que demandas públicas podem ser materializadas e se tornarem visíveis em diversas formas, porém, para além disso, há também os elementos morais e as questões simbólicas que ela aciona para alçar temas na arena pública (Garcêz, 2015).

Por meio de Taylor (1995) e Markell (2003), Garcêz (2015) traz a ideia de desvelamento⁶ numa relação de lutas sociais e justiça. Ao alcançarem a esfera pública e darem visibilidade a questões de opressões e desigualdades sociais, ao saírem do desconhecido, as lutas sociais tornam-se existentes na realidade que elas passam a ser. Entretanto, é no pensamento de Hannah Arendt que a autora acrescenta a linguagem como forma de desvelamento.

O desvelamento no pensamento de Arendt (2000) é resultante da ligação entre ação e discurso. É por meio da linguagem⁷, que se revela o sujeito do agir. A linguagem é ontológica, condição da existência. Por meio do discurso público é que os sujeitos se tornam visíveis aos outros e se fazem presentes no mundo (Garcêz, 2015). O espaço entre a palavra e ação é onde se dá o aparecimento do ser (Arendt, 2000).

Nesse espaço do domínio público, em que estão ligadas palavra e ação, em que a vida em toda sua pluralidade tem potencial de realizar-se, há uma concepção dialógica de formação do mundo. Perante essa perspectiva, a visibilidade trazida pela linguagem não é somente uma ferramenta reveladora de opressões, mas um instrumento de identificação entre sujeitos que

⁶ Concepção heidggeriana de tornar presente, dar existência. Cf: Garcêz, 2015.

⁷ Arendt (2000) trabalha com a ideia de linguagem em um sentido ligado a voz e a palavra. Garcêz em seu texto não trabalha com essa ideia restrita, inclusive, ao trazer essa ideia para seu trabalho que lida com o universo das pessoas surdas, que se comunicam pela língua de sinais, a apropriação se torna também uma interessante provocação. Cf: Garcêz, 2015

sofrem violências existenciais, possibilitando aproximação que transcenda da experiência individual para coletiva:

[...] entre as finalidades impessoais de um movimento social e as experiências privadas que seus membros têm de lesão, deve haver uma ponte semântica que pelo menos seja tão resistente que permita uma constituição de uma identidade coletiva. (Honneth, 2009, p. 258).

Dar visibilidade e compartilhar experiências faz com que experiências pessoais, especialmente de desrespeito, possam ser interpretadas como experiências de um grupo inteiro, podendo influir como motivadoras da ação coletiva, na exigência por relações ampliadas de reconhecimento (Honneth, 2009). Essa ponte semântica é essencial para o surgimento de formas coletivas de resistência ao encontrar para os sentimentos de injustiça uma linguagem comum.

As plataformas sociais podem ser compreendidas como novos espaços do aparecimento dos sujeitos, constituídos pelo discurso e ação, contribuindo para os sujeitos realizarem-se como tal. Porém, no compartilhamento de experiências comuns, articulados pela linguagem em quadros de interpretações intersubjetivas (Honneth, 2009), esse processo de realização individual encontra condições para identificação de identidades coletivas.

A terceira função importante da linguagem para as lutas sociais se encontra na ideia de integração na comunidade política. Um pensamento defendido nessa direção é a de que a integração é possível por meio da existência de um vocabulário comum que transpõe questões de um grupo para a dimensão pública (Garcêz, 2015). Nesse sentido, Honneth apresenta a concepção de semântica coletiva, um meio através da linguagem, no qual, os sujeitos podem se reconhecer e autoidentificar seus posicionamentos. Para além, “Honneth propõe uma integração social formada por uma ampliação das relações de reconhecimento que se instaura por meio de um vocabulário comum que guiaria as relações éticas” (Garcêz, 2015, p. 67).

Assim como é apontada por Honneth em um momento primeiro, a ideia de transpor experiências privadas para questões coletivas por meio de uma ponte semântica, a semântica coletiva também é posta pelo autor como meio capaz de revelar o caráter intersubjetivo que conecta lutas sociais. Se a ponte semântica é ferramenta para que os sujeitos criem identificação entre suas experiências, a semântica coletiva forma um quadro interpretativo compartilhado dessas experiências, na compreensão delas relacionadas às identidades coletivas.

Os grupos de comunicação autoidentificados com grupos sociais e produtores de conteúdo noticioso especializado desenvolvem em seu interior uma semântica coletiva em favor de uma luta por reconhecimento. Isso acontece ao descreverem fatos marginalizantes e nomeá-los, interpretar e compreenderem experiências de desrespeito coletivas, e ao desenvolverem

possíveis soluções para problemas comuns, conectando experiências de injustiça, possibilidades de dissidência e novas perspectivas sociais.

Apesar das potencialidades dos espaços digitais e da linguagem como ferramenta e estratégia de resistência para grupos marginalizados, os espaços digitais são ambientes de desafio. O contexto da busca por reconhecimento neles é de conflito. As três funções da linguagem podem não se concretizar nesse ambiente, assim como podem ser mobilizadas ou tomadas por grupos opressores. Semânticas coletivas também podem ser formadas para construir representações de minorias e grupos sociais como inimigos em comum, para direcionar discursos de ódio e para negar a existência de grupos e indivíduos. Em nosso trabalho entendemos a linguagem como mobilizadora de luta, mas a ressaltamos como elemento em disputa.

1.2 A CENTRALIDADE DA INTERSUBJETIVIDADE NA LUTA POR RECONHECIMENTO: CONTRIBUIÇÕES DO FEMINISMO NEGRO

Ao passo que a Teoria Crítica avança com novas formulações para resolver problemas e paradoxos deixados pelas gerações anteriores, caem-se em novas aporias. Mesmo seguindo com a inegavelmente rica investigação das formas sociais, da razão humana e da intersubjetividade perante o domínio do capital, seus paradigmas explicativos voltaram-se muito para dentro de si, e os tratamentos para os diagnósticos de problemas sociais encontrados circulam dentro de um sistema que estará sempre a produzir patologias sociais.

O distanciamento crítico de alguns preceitos marxistas se fez necessário para a produção de novas formulações sobre as dinâmicas sociais do século XX, mas, nesse movimento, um horizonte de rompimento com os sistemas que sustentam as opressões aparenta ter ficado em segundo plano. As questões de reconhecimento, dentro dessa perspectiva, parecem ser debatidas sob o prisma de ajustes normativos para sua realização, o que resulta em não abarcar as diversas e complexas realidades existentes, nem ser suficiente para um horizonte de emancipação.

Mesmo com a aproximação do multiculturalismo pluralista de Charles Taylor, estamos presos à discussão de problemas de políticas de reconhecimento, que são resultados do processo iniciado pela modernidade como instituição, pelas próprias concepções desse processo. Hoje, Teorias Decoloniais e Pós-coloniais, as epistemologias do Bem Viver, a Teoria Crítica da Raça e o Feminismo Negro lidam com a teoria social de maneira mais interessante e respondem

melhor aos problemas contemporâneos ao carregarem formulações que trazem aspectos e contornos além das epistemologias e ontologias que circulam nas estruturas da modernidade.

Nesse sentido, nos fez pertinente dialogar com outras matrizes teóricas para darmos um frescor e ousadia necessárias às discussões, sem abrimos mão das possibilitadas trazidas pela Teoria do Reconhecimento e reafirmar preceitos importantes, como a intersubjetividade na formação das identidades e no bojo dos conflitos sociais.

Perspectivas teóricas que trazem gênero, raça, etnicidade, religião, deficiência e outros marcadores sociais como categorias políticas, em suas naturezas, lidam com as questões de reconhecimento. Taylor e Honneth optam pelo desenvolvimento da discussão por outro prisma, não se envolvendo diretamente com essas perspectivas específicas. Apesar de não realizar aproximações ou apropriações dessas abordagens, Honneth considera outras direções teóricas que se deparam com alguns propósitos da teoria do reconhecimento:

Embora os trabalhos feministas sobre a filosofia política tomem hoje frequentemente um caminho que se cruza com os propósitos de uma teoria do reconhecimento, tive de renunciar um envolvimento com essa discussão; isso não só teria extrapolado o quadro argumentativo proposto por mim, mas também excedido consideravelmente o estado atual de meus conhecimentos (Honneth, 2009, p. 25).

Dentre as direções possíveis para pensar o processo de reconhecimento, valer-nos-emos das contribuições do Feminismo Negro⁸ e seu cerne interseccional para alargar a base teórica de Honneth e Taylor. Em particular focamos nos processos de subjetivação e a intersubjetividade em relação com as questões de reconhecimento, considerando-a como um processo de luta contínua.

A escolha da matriz teórica se faz conveniente pelos seguintes motivos: a) a familiaridade que temos com o campo teórico, o que nos fez identificar complementariedades à Teoria do Reconhecimento, b) o enfoque nos processos intersubjetivos dos conflitos sociais, seja na capacidade de “refletir um ponto de vista especial em relação ao ‘self’” (Collins, 2016, p. 99) e/ou na definição de uma identidade coletiva (Collins, 2016) e c) a inserção no fazer político, considerando o histórico do campo que entrelaça a teoria e ação e nos traz de exemplo as dimensões intersubjetivas no ativismo social, um ponto em que Honneth e Taylor não estão inseridos e não têm proximidade.

Sistematizamos as principais articulações do pensamento feminista negro à Teoria do Reconhecimento em dois aspectos: a *práxis* e intersubjetividade. Primeiro, apontamos o caráter

⁸ Neste trabalho não compreendemos o Feminismo Negro como uma subcategoria do Feminismo. Compreendemos o Feminismo Negro como uma teoria social crítica, que desafia a produção acadêmica hegemônica, que se apresenta a partir de teorias universalizantes sobre as experiências de gênero (Collins, 2000).

situado do Feminismo Negro na *práxis*. O pensamento feminista negro, apesar de ter se desenvolvido teoricamente a partir dos anos de 1970 nos EUA, trata da invisibilização e do não reconhecimento de mulheres negras, não somente nos EUA, mas na África, Caribe e América do Sul, Europa e em diversos lugares onde há vivência de mulheres negras, assim como também trata de questões muito mais longínquas do que a década de 1970 e o período do movimento pelos direitos civis no país norte-americano. Como exemplificam Collins (2000) e Collins e Bilge (2021), as políticas do Feminismo Negro como construção social encontram registros do século XIX.

Como uma teoria social produzida por um grupo historicamente marginalizado, o seu pensamento é projetado para se opor à opressão (Collins, 2000, Carneiro, 2003).

Teorias sociais que emergem de/ ou em nome de mulher negra dos Estados Unidos da América e de outros grupos historicamente oprimidos visam maneiras de escapar, sobreviver e/se opor à injustiça social e econômica prevalentes. Não só a forma assumida por esse pensamento diverge da teoria acadêmica padrão – pode assumir a forma de poesia, música, ensaios e coisas do gênero – mas o propósito do pensamento coletivo das mulheres negras é nitidamente diferente (Collins, 2000, p. 9, tradução nossa).

Essa diferença vem de uma condição construída/imposta de *outsider* (Lorde, 2019; Collins, 2016). O Feminismo Negro produz diferente, porque seu olhar crítico (hooks, 2019) parte de um lugar diferente, tornando-se não somente condição, mas ferramenta.

É aprendendo com o Feminismo Negro e aprendendo com o status de *outsider*, ou quando me aproprio da Teoria do Reconhecimento dentro do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, um *outsider within*, que eu escrevo, conservando a tensão criativa do lugar da marginalidade.

Nesse sentido, uma variedade de indivíduos pode aprender com a experiência das mulheres negras como *outsiders within*: homens negros, a classe trabalhadora, as mulheres brancas, outras pessoas de cor⁹, minorias religiosas e sexuais e todos os indivíduos que, mesmo vindo de um estrato social que os proveu com benefícios de *insiderism*, nunca se sentiram confortáveis com as suposições deste último consideradas certas (Collins, 2016, p. 122.).

Trazer o pensamento feminista negro em diálogo conceitual levanta questões do quão abrangente são interpretações sociológicas de conceitos-chaves, podendo revelar aspectos obscurecidos de abordagens dominantes. Esse movimento é essencial para o desenvolvimento das próprias disciplinas acadêmicas. Desse modo que carregamos recursos para pensarmos implicações interacionais no processo de reconhecimento.

⁹ Não há uma tradução precisa para o termo “*people of color*”, encontrado no original, para o português. A tradutora escolheu realizar uma tradução literal do termo, mas acreditamos que dado o contexto o melhor termo seria outras minorias étnicas.

Por lidar com a negação das mulheres negras como sujeitos e de suas identidades, o Feminismo Negro tem como um de seus pontos mais importantes o processo de subjetivação dessas mulheres. Se olharmos sem os devidos cuidados, podemos inferir dentro do pensamento feminista negro esse processo de tornar-se sujeito como algo estritamente de si para si. Entretanto, a política do pensamento feminista negro reside na constituição das mulheres negras como sujeitas individualmente e como coletividade (Collins, 2000).

A segunda articulação entre Teoria do Reconhecimento e Feminismo Negro está na dimensão relacional e intersubjetiva proposta por ambos. Assumir que os processos que constituem o reconhecimento se tratam de uma luta coletiva é assumir que eles são construídos na relação com o outro (Mendonça, 2009). Há uma congruência nos movimentos teóricos tanto da Teoria do Reconhecimento quanto do Feminismo Negro em compreender que os objetivos e as próprias identidades não estão postos de antemão ou dados, mas se constroem na ação conjunta, sendo a ideia chave do reconhecimento a relação e a intersubjetividade, e não a autodeterminação e soberania (Mendonça, 2009).

A intersubjetividade ocupa não somente um importante papel na discussão sobre reconhecimento, mas funciona como um alicerce nos pensamentos tanto de Taylor, quanto de Honneth, em suas formulações teóricas. O reconhecimento é tido como uma necessidade vital para os sujeitos, sendo ele possível apenas através das relações intersubjetivas (Taylor, 1994).

Embasados nos escritos de Jena, de Hegel, e no interacionismo simbólico no Mead (1934) os autores assinalam a gramática moral que rege os conflitos sociais, e as próprias construções de identidades geradas desse processo e a possibilidade de autorrealização através dele (Mendonça, 2009). A concepção de subjetivação por meio do aspecto relacional é primordial para os autores. Para Honneth, é no reconhecimento intersubjetivo que os sujeitos podem alcançar a plena realização de suas capacidades e uma autorrelação íntegra, sendo as identidades construídas relacionalmente (Garcêz, 2015).

Na teoria, a consciência do significado intersubjetivo das próprias ações é alcançada por meio de um compartilhamento de sentidos, intercambiados por meio da linguagem (Garcêz, 2008). Desse modo, o processo de subjetivação é embasado nos preceitos de Mead, daquilo denominado por ele como *self*. Como já abordado, é por meio do diálogo entre o *eu*, sujeito agente, que precede a consciência, e o *me*, que convoca regras sociais internalizadas nas interações sociais e representa a imagem cognitiva que o outro tem de mim, que se forma o *self*, sendo um espelho na estrutura social de um encaixe entre consciência, ação e reação (Honneth, 2009).

Todavia, a Teoria do Reconhecimento não leva em consideração que grupos e pessoas oprimidas podem realizar uma ocultação consciente do *self* por razões de autoproteção. Por vezes, se conformando abertamente aos papéis sociais impostos socialmente a eles, mas opondo-se a esses papéis em outras esferas onde possam construir outros quadros de referências ideológicas (Collins, 2015). “Por trás da máscara de conformidade comportamental imposta às mulheres afro-americanas, existem há muito tempo atos de resistência organizados e anônimos” (Collins, 2000, p. 97, tradução nossa)

Lorde (2019) também descreve um pouco de como podem aparecer esses movimentos de autoproteção em relação ao *self* na prática: “Para alguns de nós...para sobreviver, sempre tivemos de estar vigilantes, de nos familiarizar com as linguagens e os modos do opressor, até mesmo adotando-os em certos momentos como ilusão de proteção (2019, local. 129).¹⁰”

Essa relação nos evidencia um ponto chave no pensamento feminista negro, que é a importância da cultura das mulheres negras. Na cultura das mulheres negras podem ser buscados símbolos e valores de autodefinição e autoavaliação, além da expressão concreta de oposição aos papéis sociais que as oprimem e suprimem seu processo de subjetivação (Collins, 2015),

As atividades das mulheres negras nas famílias, Igrejas, instituições da comunidade e expressão criativa podem representar mais do que um esforço em mitigar pressões advindas da opressão. De preferência, o quadro de referência ideológico das mulheres negras, que essas mulheres adquirem pela irmandade, maternidade e expressão criativa, pode servir ainda ao propósito adicional de moldar uma consciência de mulheres negras quanto aos mecanismos da opressão (Collins, 2015, p. 113)

A dimensão interpessoal no pensamento feminista negro compreende a noção de irmandade/comunidade, como uma das dimensões da cultura das mulheres negras. Lorde (2019) aborda uma ideia de autorrealização no reconhecimento recíproco: “Como *outsiders*, precisamos umas das outras, precisamos nos amparar e estabelecer conexões para satisfazer todas as necessidades que temos por vivermos à margem. No entanto, para nos unirmos, devemos reconhecer umas às outras” (Lorde, 2019, local. 78).

Além disso, o reconhecimento intersubjetivo no pensamento feminista negro acontece em bases diferentes do proposto por Honneth, muito pelo problema discutido por Deize Paiva (2021): a concepção da categoria humano. Honneth escreve da categoria universal a partir das especificidades das sociedades da Europa. Bromell (2019) expõe que anterior à uma

¹⁰ Mead aborda sobre o sujeito assumir as referências axiológicas de seu parceiro de interação, aplicando-as na relação prática consigo mesmo, porém, com a perspectiva da ideia do outro generalizado. Cf, Honneth, 2009.

reivindicação por reconhecimento normativo, há a reivindicação de pertencimento à categoria de ser humano pelas pessoas negras.

Desse modo, como aponta Paiva, “ainda que as lutas das pessoas negras para serem reconhecidas existam, elas não encontrariam interlocução justamente porque negros sequer são considerados humanos” (2021, p. 37). Essa questão está abarcada na leitura que faz Rogers (2019) à Teoria do Reconhecimento e que podemos relacionar ao Feminismo Negro.

Rogers (2009) aborda um paradoxo na teoria honnethiana em que os esforços intersubjetivos na construção do reconhecimento estão concentrados em direção daqueles e daquelas que são promotores e mantenedores da estrutura de exclusão e não reconhecimento desses grupos excluídos. Através do pensamento feminista negro e suas exposições em torno da experiência das mulheres negras, podemos pensar diferentes sentidos de autorrealização, autorrespeito e autoestima que não sejam condicionados a pessoas externas ao grupo compreendê-las como dignas de respeito e valor.

Entendemos que a relação entre desrespeito e luta social, que confere à dinâmica reconhecimento intersubjetivo e conflito, não é desprezada no pensamento das intelectuais negras. Isso se explica, pois, a dialética entre opressão e ativismo configura a política do pensamento feminista negro, entretanto, ela não carrega como essência a afetação ou a reciprocidade daqueles e daquelas que estão em posição de poder como fundamentação de demandas. A base da luta social e o senso de reconhecimento do Feminismo Negro caminha em perspectivas que não estejam indexadas à fonte de opressão.

“As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande” (Lorde apud Collins, 2000, p. 117, tradução nossa). Collins usa dessa passagem de Lorde para explorar como, por meio das lutas por perspectivas feministas autodefinidas que rejeitam as imagens do “mestre”, as mulheres afro-americanas mudam a si próprias. Esse movimento dá o poder de provocar mudanças sociais.

No pensamento feminista negro a intersubjetividade remete-se à compreensão e apreensão da experiência e da subjetividade das mulheres negras como sendo moldadas por interações sociais, culturais e políticas, ressaltando que esse entendimento destaca a importância das relações e interações entre as mulheres negras na formação de suas identidades e perspectivas, no desenvolvimento de um ponto de vista autodefinido (Collins 2000; hooks, 2019).

É possível perceber isso ao olharmos para as principais expoentes da corrente de pensamento. Autoras como Patricia Hill Collins, Angela Davis, bell hooks, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, Luiza Barros entre outros grandes nomes, além do fato de

serem mulheres negras e de capacidade intelectual privilegiada, estão inseridas em movimentos sociais e culturais. Historicamente, participam de grupos de ativismo de mulheres negras, ao mesmo passo em que se constroem como sujeitas e negociam identidades coletivas. Por meio das ferramentas semânticas, no compartilhamento de signos e significados, há a construção dos sistemas de entendimentos comuns em torno das questões que interpelam o grupo, assim como sendo negociadas as identidades coletivas no interior desse grupo.

Esse ativismo também toma o espaço digital. Com a web 2.0, a popularização da internet comercial nos anos 2000 e o maior acesso das camadas mais baixas da sociedade brasileira a *gadgets* (Nascimento; Rosa, 2012), foi possível a consolidação de redes entre organizações e ativistas feministas (Lima, 2023). O mundo virtual como prolongamento do mundo físico leva também as relações intersubjetivas para as interfaces e práticas digitais (Lima, 2023).

As novas tecnologias e suas ferramentas de comunicação e interação oferecem ao Feminismo Negro novas possibilidades estratégicas de ampliação, construção, ou reinvenção de identidades. As mulheres negras feministas, dessa forma, parecem se apoiar nas redes sociais como um espaço de compartilhamento e troca (Lima, 2023), em movimentos síncronos e assíncronos fundamentados pela linguagem.

Em síntese, ao terem na intersubjetividade como elemento crucial na formação das identidades e na luta por reconhecimento, Taylor e Honneth afirmam essa dinâmica como permanente e relacional, assim como, no Feminismo Negro, a subjetivação é apreendida a um processo coletivo, indo além da autodeterminação estrita, e a identidade subjetiva apresentando importante papel na mobilização coletiva.

O Feminismo Negro mobilizado para pensar as questões de reconhecimento é capaz de refletir um ponto de vista especial em relação ao *self*, comunidade/família e à sociedade (Collins, 2015). Podemos por ele ampliar lógicas de entendimento das relações de poder e dominação subjetivas/intersubjetivas, assim como possibilidades e projetos de emancipação.

Ao incorporamos as perspectivas do Feminismo Negro, nos atentamos a considerar quem são os detentores do poder na construção do reconhecimento. Pelo prisma do Feminismo Negro, temos sugeridas nesse processo que é intersubjetivo, diferentes formas de autorrealização, autorrespeito e autoestima que não dependem da validação externa ao grupo. As experiências compartilhadas e a construção por meio de uma linguagem comum da compreensão de uma identidade coletiva heterogênea são a fundamentação do reconhecimento como construção política.

Aproximando do nosso objeto, as discussões que aparecem nesta seção nos ajudam a pensar para além da construção dos sujeitos, refletindo também as imagens do *self* e da comunidade, e as relações de poder envolvidas em suas definições. Reforçamos o reconhecimento como uma luta coletiva, buscando apreender através dos conteúdos de redes sociais os modos como essa luta pode ser construída em diversas frentes.

Podemos também identificar no curso da formação da identidade e as etapas de comunitarização elementos que não são contemplados na teoria de Honneth, nem nos escritos de Taylor, mas que aparecem em relação a grupos historicamente marginalizados, fora da lente universalista da Europa Ocidental, não sendo diferente no contexto de mídias digitais. Essas lacunas teóricas sugerem que os processos de reconhecimento e a construção identitária envolvem dinâmicas complexas que vão além das formulações de estruturas de reconhecimento propostas por Honneth. Tanto a produção teórica quanto a experiência histórica do Feminismo Negro podem nos ajudar a identificar e analisar essas lutas no contexto de outros grupos sociais marginalizados.

1.3 DÉFICIT INTERSECCIONAL

Marcos Nobre (2009), no prefácio de *Luta Por Reconhecimento*, aponta que “Honneth aplica a Habermas o mesmo remédio que este aos seus antecessores” (p. 10), partindo de elementos negligenciados para dar novo rumo à teoria social crítica, agora ancorada no processo de construção de identidade e na centralidade do conflito, como forma de corrigir o diagnóstico de uma sociedade de dois polos sem nada a mediar entre eles.

Ao analisarmos o trabalho de Honneth utilizamos do mesmo remédio que os autores citados, buscando traços de um rumo teórico que não foi trilhado. Não temos por pretensão dar nova direção à Teoria Crítica, mas apresentá-la de modo a nos orientarmos para elementos que podem dar outras competências à luta por reconhecimento, desviando-nos de dificuldades encontradas.

Acreditamos que ora por escolhas teóricas e argumentativas de seu trabalho e ora por uma impossibilidade temporal, Honneth não toma em conta alguns elementos específicos que concernem a relação de formação de identidades na luta por reconhecimento, assim como na questão do desrespeito e do sentimento de injustiça. Percebemos a ausência de um olhar interseccional, que poderia contribuir nas seguintes ponderações: a) sobre a mobilidade das identidades e o apontamento de um possível essencialismo na Teoria do Reconhecimento; b) sobre as experiências de dano ou desrespeito serem intersectadas por múltiplas fontes de

opressão; e c) abordagens criadas por minorias sobre um entendimento positivo delas mesmas sendo bases de formas alternativas de resistência, na confluência de lutas por reconhecimento de identidades coletivas distintas. Convém, primeiramente, contextualizarmos a interseccionalidade, para melhor apresentação de suas possíveis colaborações sobre as ponderações citadas.

Nos últimos anos o termo interseccionalidade tem ganhado visibilidade, ocupando espaço nas produções científicas, nos debates políticos, na mídia e nos movimentos sociais. Apesar de seu recente florescer, especialmente na literatura acadêmica, sua conceituação e o desenvolvimento de seu pensamento têm fundamentos muito anteriores ao contexto social da última década.

Em 1989, Kimberlé Crenshaw, munida das amplas discussões sobre raça, gênero e classe, cunha o termo interseccionalidade para apontar os múltiplos eixos de subordinação que acometem mulheres negras e que constituem suas posições sociais. Segundo a autora:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p. 177).

Crenshaw desenvolve essa perspectiva como forma de contribuir para compreensão das lacunas do campo jurídico ao não abranger as opressões interligadas na busca pela justiça social. A autora usa a metáfora das avenidas como analogia para a maneira como os vários eixos de poder, raça, etnia, gênero, e classe estruturam os terrenos sociais, políticos e econômicos (Crenshaw, 2002). Cada um desses eixos constituiria uma avenida identitária, e as encruzilhadas corresponderiam aos pontos de contato estabelecidos entre elas (Fernandes, 2022).

As mulheres racializadas estão frequentemente posicionadas nesse espaço em que as avenidas se cruzam, deixando-as sujeitas a serem atingidas pela movimentação do tráfego de todas elas, “vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos” (Akotirene, 2019, p. 63). A metáfora nos ajuda a entender as opressões sofridas por mulheres racializadas como sistemas que se sobrepõem e se entrecruzam em virtude de identidades específicas (Crenshaw, 2002).

Como apontado por Corrêa (2020) e Collins (2015), a teoria interseccional é construída pela contribuição do pensamento de intelectuais negras norte-americanas e mulheres racializadas em outras partes mundo, antes mesmo da abordagem desenvolvida por Crenshaw. No Brasil, Lélia Gonzalez considera em sua produção, desde o fim dos anos de 1970, as interconexões entre as dimensões de gênero, raça e classe, com o intuito de abordar as

especificidades do racismo e sexismo nas sociedades patriarcais pós-coloniais e a necessidade de elaboração de novas categorias de análises para abarcarem esses e outros marcadores sociais¹¹ (Corrêa, 2020).

Dados os contornos da interseccionalidade e seu entendimento como uma forma de compreender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Bilge; Collins, 2021), nos apropriamos do conceito para retomarmos as discussões da teoria do reconhecimento, permitindo-nos examinar alguns elementos, enriquecendo assim a abordagem do reconhecimento em relação à diversidade e às nuances das experiências individuais e coletivas.

Primeiro, as discussões de Bilge e Collins (2021) e Akotirene (2019) podem nos auxiliar a pensar a mobilidade das identidades e a escapar do risco dos essencialismos. Honneth retorna em Hegel como ponto de partida para abordar a luta por reconhecimento como uma pressão intrassocial, uma pretensão dos indivíduos pelo reconhecimento intersubjetivo de suas identidades (Honneth, 2009). Esse pensamento de que os sujeitos humanos devem sua identidade à experiência intersubjetiva de reconhecimento continua a ser desenvolvido pelo autor apoiando-se na psicologia social de Mead.

A conscientização da identidade é fruto de uma negociação entre o indivíduo e os discursos que o interpelam (Mendonça, 2009b), um processo de construção de sentido que se faz na relação com o outro. Há um diálogo que ocorre para efetivação da reflexividade, o qual é feito entre o *eu*, responsável pelos desejos particulares e a impulsividade, e o *me*, um objeto social resultante das ações de seus parceiros de interação e da cultura internalizada, formando o *self*.

Desse modo, rejeita-se a ideia de uma subjetivação autônoma, ou de fixação de identidades. Elas são formadas de maneira relacional, em um processo de diálogo interno e externo, na mediação entre os gestos e símbolos que aparecem em nossa consciência e os valores, símbolos e sentidos dados pela cultura. A luta por reconhecimento é dessa maneira um processo contínuo.

Entretanto, acreditamos que, no estágio atual no qual a sociedade se encontra, as identidades, além de não fixas, são múltiplas, móveis em relação aos contextos em que estão

¹¹ A categoria político-cultural de amefricanidade é um exemplo de proposta de nova categoria de análise, realizando uma abordagem mais ampla, sobretudo, nas reflexões sobre as contradições do feminismo latino-americano (Gonzalez, 2020).

inseridas e fragmentadas¹² (Hall, 2006). Essas identidades podem ser contraditórias, ao mesmo passo em que se cruzam ou se deslocam mutuamente (Hall, 2006).¹³ “As identidades são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes ‘posições de sujeito’ - isto é, identidades - para os indivíduos.” (Hall, 2006, p. 17).

Mesmo partindo do ponto pacífico de que há uma dependência fundamentalmente interrelacional no processo de subjetivação, há uma crítica de autores e autoras de diversas escolas de pensamento de matrizes pós-estruturalistas, que indicam um perigo de essencialização de identidades na Teoria do Reconhecimento¹⁴. Há pressuposições normativas na busca pelo reconhecimento, que podem essencializar grupos sociais, não apenas como estratégia de luta, mas como categoria política e de análise.

Mesmo não a compreendendo como uma teoria sobre identidades, mas sim sobre relações de poder e justiça social, acreditamos que a interseccionalidade ao complexificar as identidades, não somente numa perspectiva individual de construção e respeito da especificidade do ser, mas também na construção de identidades coletivas, poderia fornecer mais completas ferramentas analíticas para as dinâmicas de construção identitária no estágio atual da sociedade.

Em segundo lugar, interligadas à identidade, estão as questões de desrespeito e violação de direitos trazidas por Honneth. Em *Luta por Reconhecimento*, há o interesse nos conflitos que se originam das experiências de desrespeito social, de um ataque à identidade pessoal ou coletiva, capaz de mobilizar ações que visam restaurar o reconhecimento mútuo. O autor realiza uma sistematização para que as formas de desrespeito sejam diferenciadas.

Nas três dimensões elencadas pelo autor “o amor, o direito e a estima social,” as experiências de desrespeito sinalizam a negação ou a privação de reconhecimento, sendo as experiências positivas promotoras do reconhecimento. Todavia, acreditamos que uma leitura das violências e dos desrespeitos, ligadas a uma vertente de poder, por meio de eixos de subordinação e vulnerabilidades, apresenta respostas que compreendem melhor a organização social, do que por meio de dimensões ligadas a pretensão de universalismo ocidental e a ideia

¹² Fragmentação carregando o sentido de pluralização.

¹³ Da emergência de novas identidades políticas, definidas pelos novos movimentos sociais, nenhuma identidade é singular. As pessoas não definem seus interesses por uma única categoria social, como único dispositivo discursivo. “As paisagens do mundo moderno são fraturadas” (Hall, 2006, p. 21).

¹⁴ Honneth rebate essas críticas em debate com Fraser (Fraser; Honneth, 2003). Entretanto, o feminismo negro nuança o aspecto móvel das identidades e das múltiplas identidades, contribuindo assim para ampliar seu escopo teórico. Ao pensarmos o reconhecimento a partir das experiências produzidas pelo paradigma interseccional, a reificação das identidades é uma impossibilidade filosófica.

de justiça e reconhecimento garantidos pelo alcance material dos direitos institucionalmente adquiridos.

As divisões sociais que regem os grupos que têm seus valores reconhecidos e os que não os possuem, são resultantes de relações de poder interrelacionadas (Bilge; Collins, 2021). Por isso, acreditamos nas experiências de dano ou desrespeito serem intersectadas por múltiplas fontes de opressão. Inclusive, mesmo quando pensamos nas dimensões da sistematização de Honneth, as experiências de desrespeito transpõem essas dimensões de maneira interconectada a todo tempo, e na transformação em lutas coletivas são mobilizados de maneiras distintas.

Não negamos as premissas do modelo de Honneth, nem as transformamos em uma discussão sobre lutas simbólicas, mas acreditamos que considerar eixos de subordinações interseccionais pode apreender da melhor maneira as lutas sociais que têm o reconhecimento em sua base, além de nos afastar da tentação de reificar identidades. Num contexto de múltiplos eixos que se atravessam e influenciam, opositores, objetivos e conflitos, assim como as identidades, podem ser móveis.

Rogers (2009) destaca a dificuldade de criar alternativas para a formação psicológica e moral fora do sistema proposto por Honneth. O foco excessivo no favorecimento de um reconhecimento legal, negligencia outras alternativas de reciprocidade e de construção de identidades fora do escopo legalmente reconhecido. Há uma limitação na compreensão das formas alternativas de resistência por grupos marginalizados:

Para ser justo, não nego a importância da dimensão formal do reconhecimento. Mas as minhas razões para o fazer têm menos a ver com a primazia psicológica que Honneth lhe atribui e mais com os benefícios distributivos que se lhe seguem. Mas mesmo neste contexto, a ligação que estabelecemos entre reconhecimento formal e distribuição não esgota a importância que devemos atribuir a uma comunidade de reconhecimento recíproco que melhora a qualidade da autodescrição dos seus membros. É esta última descrição no seio dos grupos marginalizados, como argumentei, que falta na teoria de Honneth, dada a centralidade que atribui ao reconhecimento legal. (Rogers, 2009, p. 197, tradução nossa).

Como já abordado em nosso próprio texto, esse paradoxo presente no modelo de Honneth poderia ser resolvido na incorporação de outras perspectivas, como o Feminismo Negro. Acreditamos que um olhar interseccional colaboraria para que não fossem negligenciadas¹⁵ formas alternativas de resistência fora dos espectros da legalidade e normatividade de estruturas vigentes, pois, em geral, pessoas comuns fazem uso da

¹⁵ Não consideramos que Honneth ignora essas experiências alternativas, mas acreditamos que ele dá muita ênfase às estruturas formais, mesmo no campo simbólico. Compreendemos que Honneth entende existirem atores e lutas que não ultrapassaram a barreira da invisibilidade, mas sentimos falta de uma maior sensibilidade para experiências alternativas que sustentam a integridade desses grupos diante de ameaças existenciais.

interseccionalidade como ferramenta analítica quando percebem que precisam de estruturas melhores para lidar com os problemas sociais (Bilge, Collins, 2021).

Em Honneth, a estima social tem como forma de reconhecimento a comunidade de valores, que, de fato, está à parte das relações jurídicas ou primárias. Todavia, a construção dos objetivos abstratos da sociedade e as interpretações culturais estão sujeitas aos interesses dos grupos sociais que já possuem estima social e têm suas propriedades representadas na vida pública¹⁶. Em Hegel e Mead há uma espécie de padrão organizacional da estima social.

Nós mesmos já nos referimos no texto as possibilidades outras de construção intersubjetiva, advindas do compartilhamento de experiências do Feminismo Negros, que tem em sua base aspectos interseccionais na formação de uma identidade coletiva, porém, heterogenia. Um exemplo, seria o movimento de mulheres negras brasileiras, que molda diversas experiências do movimento negro, ao mesmo passo que se constitui em uma direção interseccional.

A história da escravidão, a colonização, a ditadura militar e o mito da democracia racial “moldaram padrões distintos de relações interseccionais de poder quanto a raça, gênero e sexualidade” (Bilge; Collins, 2021). Toda conjuntura negava as mulheres negras não só como categoria política, mas na institucionalidade e na legalidade. Mesmo dentro do feminismo, as mulheres afro-brasileiras recebiam tratamento distinto e dentro do movimento negro, tinham suas questões subordinadas às de classe.

Nenhum movimento conseguiu lidar de maneira adequada com as questões específicas das mulheres negras brasileiras. Foi preciso construir, por meio da arte, produção intelectual e ativismo político, uma estrutura interseccional de construção de categorias de identidade, que permitiu que as mulheres negras desenvolvessem uma política identitária em um movimento próprio (Bilge; Collins, 2021). Muitos dos elementos que constituíram esse movimento foram formados em direção à estrutura vigente, entretanto, a maior parte dessa construção foi feita no interior do grupo marginalizado¹⁷, sem sequer a possibilidade de reconhecimento das estruturas formais, mostrando um exemplo bem-sucedido de luta e resistência não dependente do processo descrito por Honneth.

¹⁶ Reforçamos que entendemos essas construções em um modelo de valores em disputa.

¹⁷ Concordamos com Honneth quando discute a solidariedade no interior do grupo e estima simétrica na coletividade. Acreditamos, no caso das mulheres negras, que essa leitura de Honneth possa servir para pensar do grupo para dentro, mas que cria impasses para pensar do grupo para fora.

Neste capítulo, discutimos a importância e as bases da teoria do reconhecimento, que nos ajudam a pensar em outras possibilidades para lutas sociais além dos modelos tradicionais da filosofia política moderna, especialmente no campo simbólico. Transpomos barreiras teóricas para ampliar perspectivas sobre as questões de reconhecimento, que nos auxiliam a pensar as lutas por reconhecimento a partir das experiências de grupos marginalizados.

Antes de pensarmos nas experiências de comunicação digital como objeto, foi preciso olhar para os sujeitos que as compõem. É do mesmo incômodo da condição de outsider que me mobilizou a elaborar este trabalho que surgiu a necessidade de jovens estudantes de Comunicação da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de produzirem uma cobertura jornalística a partir de uma consciência racial e fundarem a Alma Preta Jornalismo, ou do jovem Rene Silva, que, ao ver a cobertura distante e negativa não condizente com a realidade das favelas brasileiras, resolveu se tornar uma referência para a produção de informações sobre esses espaços com o Voz das Comunidades.

2 REPRESENTAÇÃO E RECONHECIMENTO

Para responder à pergunta “a partir de uma análise das representações, como as experiências de comunicação digital especializadas do Voz das Comunidades e da Alma Preta Jornalismo atuam em lutas por reconhecimento? ”, se fez necessário trazer um capítulo para discutirmos o conceito de representação e suas relações de poder, abordando questões como políticas de representação (Hall, 2016; hooks, 2019), a construção discursiva do outro (Hall, 2016; Kilomba, 2019), estereotipagem (Hall, 2016), imagens de controle (Collins, 2000; Buenos, 2019), interseccionalidade representacional (Carrera, 2021) e o modo como podem ser inseridas nas lutas por reconhecimento.

Ao seguirmos a compreensão da cultura como uma esfera de construção e conflito, o campo simbólico muitas vezes se torna espaço onde se apresentam as lutas sociais. Honneth (2009), ao conferir lugar central à constituição intersubjetiva das identidades, em um processo moldado por meio da linguagem, com vistas ao reconhecimento (Garcêz, 2015), nos abre possibilidades para pensar o lugar das representações dentro desse processo.

Absorvendo de premissas pragmatistas e pós-estruturalistas, ao refletirmos sobre a representação¹⁸ na luta por reconhecimento, rejeitamos a possibilidade de que ela se refira ou busque transmitir a verdadeira essência de um ser, ou um grupo. Sendo assim, as representações assumem diversas formas, moldando-se através de contextos e experiências variados, no compartilhamento de sentidos, em um caráter de construção processual e por meio de interações.

Conforme argumentado por Honneth (2009, p. 129), “a formação de uma consciência de si mesma está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento da consciência de significados.” Conforme a tradição dos Estudos Culturais, a representação desempenha um papel central na construção tanto de identidades individuais quanto coletivas, sendo no entrelaçamento entre cultura e práticas sociais que os sujeitos encontram sua constituição.

A centralidade do conflito como propulsor da luta por reconhecimento, quando alcançada a esfera coletiva, leva à contestação de opressões sistêmicas e estruturas dominantes. A representação tem papel fundamental nessa dinâmica, como parte das dimensões linguísticas

¹⁸ Reforçamos que neste artigo trabalhamos o conceito de representação desenvolvido nos Estudos Culturais, dentro de uma abordagem sociológica, como parte essencial do circuito cultural, em que significados são produzidos e compartilhados por membros de uma mesma cultura. Apesar de serem conceitos que podem dialogar e associarem-se, não temos por objetivo abordar diretamente questões de representação política, desenvolvida pela literatura da Ciência Política, ou questões de representatividade.

e discursivas, que moldam as práticas sociais e constituem a realidade das relações sociais contemporâneas.

O controle sobre as representações é uma forma de exercício de poder, reconhecer-se ou não ser reconhecido é parte de uma dinâmica de poder. Ter o controle sobre as narrativas hegemônicas, sobre sua imagem e sobre o “Outro” é ter a capacidade de reforçar ou adquirir posições de poder. Sendo assim, a disputa de grupos pela representação e a significação, está imbuída nas lutas sociais e nas questões de reconhecimento.

Neste capítulo, abordaremos as dinâmicas de poder que envolvem as representações e sua relação com as lutas sociais, sobretudo, as lutas por reconhecimento. Na primeira parte, a partir do conceito de representação desenvolvido por Stuart Hall, discutiremos o trabalho da representação e as opressões existenciais que podem ser instituídas. Na parte seguinte, indicaremos a importância dos estudos sobre raça para pensarmos as representações sociais e, a partir da aproximação entre os estudos sobre representação e o paradigma interseccional, especialmente através da ideia de interseccionalidade representacional (Carrera, 2021), abordaremos a importância da aproximação entre essas matrizes de pensamento tanto para o desenvolvimento do nosso trabalho, quanto para se pensar a pesquisa em Comunicação. Na terceira parte, visitaremos o conceito de imagens de controle (Collins, 2000), que exemplifica a operacionalização das representações como forma de poder. Na quarta seção, refletiremos sobre a mediação do jornalismo/plataformas digitais na luta por reconhecimento. E por último, indicaremos novas possibilidades de representações a partir das lutas por reconhecimento.

2.1 REPRESENTAÇÃO, ESTEREÓTIPO E A INVENÇÃO DO “OUTRO”

Stuart Hall, após publicar um conjunto de trabalhos no qual localiza a cultura na centralidade dos processos sociais (1980b; 1980c; 1992), propõe refletir sobre o papel fundamental da representação na cultura. No livro *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*, de 1997, o autor discute que é por meio da representação que a linguagem produz sentidos. “Representação significa utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas” (2016; 1997, p. 31).

Mediante uma abordagem construtivista da linguagem, em que os significados se constroem nela e por meio dela, a linguagem opera como um sistema representacional, de maneira a permitir que se construa uma cultura de significados e valores compartilhados, que possibilite uma interpretação do mundo de forma semelhante. Esse sistema representacional

fornece os meios pelos quais damos sentido ao mundo, sendo estruturante de práticas e condutas sociais, assim como, na construção de identidades e na demarcação da diferença (Hall, 2016). Ao reconhecer esses processos como constitutivos da realidade, o autor amplia perspectivas dentro dos Estudos Culturais, investigando também aspectos dinâmicos de conhecimento e poder envolvidos nas mensagens (Fernandes, 2022).

Hall (2016) dá ênfase à abordagem discursiva dessa dinâmica, não se concentrando apenas em como a representação e a linguagem produzem sentido, mas no caráter político e relacional das representações, em seus efeitos e consequências. Sendo assim, ele mostra a necessidade de se pensar que maneira os signos e símbolos são utilizados em dado período e local, apontando para como as práticas representacionais operam em uma especificidade histórica concreta.

Para o teórico dos Estudos Culturais, as imagens e símbolos não carregam significados por conta própria ou em si mesmas, elas acumulam e eliminam significado face às outras, quando são lidas em contexto, por meio de uma variedade de mídias e textos. “Todo repertório de imagens e efeitos visuais por meio dos quais a diferença é representada em um dado momento histórico pode ser descrito como um regime de representação” (Hall, 2016, p. 150). Baseado em Foucault, o autor defende que as representações são perpassadas por relações de poder por meio de uma circulação permanente de sentidos através de circuitos, mecanismos e táticas que penetram profundamente na sociedade.

Ao trazer a representação racial no contexto imperial britânico e nas produções culturais estadunidenses do século XX como foco de sua análise, Hall exemplifica como há a construção de variedades de representações e práticas utilizadas como marcadores da diferença racial e significação do “Outro” na cultura popular ocidental (Hall, 2016).

Para Hall, no primeiro momento importante de contato do Ocidente com os negros, a era das grandes navegações, é onde se inicia o estabelecimento de um regime racializado de representação. No encontro com o diverso, o discurso produz, por meio de práticas representacionais, uma forma racializada de conhecimento do “Outro”, envolvendo nelas operações de poder.

Uma das políticas de racialização utilizadas foi a redução da cultura do povo negro à natureza. Através dessa lógica, as diferenças entre negros e brancos seriam naturais, portanto, não poderiam ser alteradas ou modificadas, sendo uma forma de estratégia representacional, visando a fixação da diferença e deter o inevitável “deslizar” do significado, proporcionando o fechamento discursivo (Hall, 2016). Na construção de seu pensamento, o autor aborda as relações entre representação, diferença e poder, sendo observado que a conexão entre eles se dá

na prática da estereotipagem que “reduz, essencializa, naturaliza e fixa a ‘diferença’” (Hall, 2016, p. 191). Percebemos, desse modo, a estereotipagem também como marca da alteridade, do estabelecimento da exclusão, usada como forma de construção do “Outro” (Hall, 2016).

A estereotipagem tem, por tendência, ocorrer onde há grande desigualdade de poder. Desse modo, ela é um instrumento importante como prática de produção de significados para a representação da diferença racial. Ela planta a estratégia de cisão, fixando limites e dividindo o que é o “normal” do “anormal”, estabelece a barreira simbólica entre o que é pertencente e o não pertencente (Hall, 2016).

A estereotipagem, em outras palavras, é parte da manutenção da ordem social e simbólica. Ela estabelece uma fronteira simbólica entre o “normal” e o “pervertido”, o “normal” e o “patológico”, o “aceitável” e o “inaceitável”, o “pertencente” e o que não pertence ou é o “Outro”, entre “pessoas de dentro” (*insiders*) e “forasteiros” (*outsiders*), entre nós e eles (Hall, 2016, p. 192)

As práticas discursivas de um regime racializado de representação fazem com que sujeitos negros sejam postos não apenas como o “Outro”, mas também como “Outridade” (Kilomba, 2019), onde a personificação dos aspectos reprimidos pela sociedade branca torna-se a personificação do que o sujeito branco não quer ser identificado, “um depósito para medos e fantasias brancas do domínio da agressão e da sexualidade” (Kilomba, 2019, p. 78).

A ideia de Outridade e as fronteiras simbólicas estabelecidas pela estereotipagem corroboram com uma sinalização importante feita por Collins (2000), de que na construção da diferença, “uma parte não é simplesmente diferente da sua contraparte; é inerentemente oposta ao seu ‘Outro’. Brancos, negros, homens, mulheres, pensamentos e sentimentos não são contrapartes complementares – são entidades fundamentalmente diferentes, relacionadas apenas através da sua definição como opostos” (p. 70). Ou seja, elas não podem operar de forma conjunta.

No que engloba essas práticas, o poder assim opera em condições de relações desiguais, não sendo capturado exclusivamente no campo da força ou coerção, mas também da subjetividade e fantasia, reforçado pelas construções binárias dos movimentos de estereotipagem, onde uma identidade se constrói e reforça em oposição à outra. Há uma hierarquia, aplicada por uma violência simbólica, dirigida contra o grupo subordinado ou excluído (Hall, 2016; Kilomba, 2019).

Ao desenvolver uma análise política da cultura a partir da noção de representação, em que as identidades são pensadas do interior dela, além do destaque de suas contribuições trazerem a dimensão racial e um olhar além da dimensão de classe, historicamente priorizada

nos estudos sociológicos, o teórico amplia panoramas e nos abre novas oportunidades de diálogos, concepções e usos desse conceito.

2.2 ESTUDOS SOBRE REPRESENTAÇÃO, RAÇA E INTERSECCIONALIDADE

Ao recorrer a Foucault para atentar-se a historicização dos discursos, partindo da modernidade como marcadora do processo de construção do “Outro” no pensamento Ocidental, Hall joga luz aos estudos raciais e de etnicidade¹⁹ como relevantes meios para exemplificação e compreensão do trabalho da representação. Pois, somente a partir desse particular período da história, que a ideia de raça como designação para seres humanos apareceu nas sociedades ocidentais, construída pelo fenômeno da representação como indutor de novas práticas sociais.

Para Mbembe (2014), o batismo da modernidade se dá na divisão racial, em um processo no qual, o comércio negreiro e a exploração foram o panorama originário. Pela primeira vez na história da humanidade o princípio de raça foi instaurado sob o signo do capital. Assim, “a transnacionalização da condição negra é, portanto, um momento constitutivo da modernidade” (Mbembe, p. 34). Desse modo, ao localizarmos as representações em tempo e espaço, devemos considerar que os signos, símbolos e mapas conceituais (Hall, 2016) na construção do pensamento ocidental e das raízes culturais da modernidade deram origem a um vasto repertório de práticas representacionais que racionalizam a diferença.

Diante do exposto, nos atentemos que parte dos quadros de sentidos que compartilhamos na contemporaneidade tem sua origem e influências no regime racializado de representação inaugurado na modernidade. Entretanto, lembremos que os significados não são fixos, eles têm sentido aderido na tomada de conhecimento do contexto social em que as representações que os formam estão inseridas (França, 2004; Hall, 2016).

Nesse pensamento, temos então um contexto histórico que nos data a origem de imagens, discursos e o modo como a linguagem é utilizada, porém, é no contexto social que se é observado, que compreendemos como o repertório em torno da representação da diferença é operacionalizado. A representação da diferença racial pode ter suas características transformadas, atualizadas, ressignificadas, inalteradas, extintas ou até mesmo, novas

¹⁹ Hall em diversos momentos mostra aproximações entre raça e etnia, tratando das relações étnico-raciais nos processos de significação da diferença como meio de marcar a alteridade, entretanto, no trabalho do autor, questões de etnicidade são em um primeiro momento fundamentadas no imperialismo europeu do século XIX. Cf. Hall 2016.

características podem ser criadas, tudo a depender das disposições do contexto social e das relações de poder à que está subordinada.

Nas ciências sociais e, especialmente no campo da Comunicação, há três movimentos que escolhemos sinalizar a importância na relação entre os estudos sobre representação e raça. Primeiro, o fenômeno da cultura de massas e sua consolidação no século XX, com a produção de sentido circulando em velocidade e volumes inéditos, através das mídias de massa, objeto de estudo de diversos autores e autora.

Sobre esse movimento, surge uma série de trabalhos de grande relevância, com perspectivas, objetivos e orientações diversas. Autores, autoras e intelectuais como Clovis de Moura (1998), João Carlos Rodrigues (1998), Muniz Sodré (1998; 1999), Stuart Hall (2003; 2016), hooks (2019), Collins (2000), Frantz Fanon (1980; 2008) Cornel West (1994), Renato Ortiz (1986), Lélia Gonzalez (2020), Homi Bhabha (1998; 2014), Edward Said (1978), Rosane Borges (2012), Pâmela Guimarães-Silva (2021), Laura Corrêa (2018), quando não de maneira central, de algum modo tiveram seus trabalhos atravessados pela relação entre raça-etnia e representação.

Com o seguimento dos avanços tecnológicos e a quebra de mais barreiras de tempo e distância, os processos de produção de sentido circulam por variedades de mídias, dimensões e possibilidades de interações. As mídias sociais, a plataformização²⁰ da sociedade, os aplicativos e algoritmos trazem novas percepções e diligências sobre os estudos de representação e as relações étnico-raciais. Formam-se novas configurações das arenas sociais e políticas, onde as representações são parte importante da disputa.

Novos estudos têm sido feitos para acompanhar nuances e práticas trazidas por esse cenário. Pesquisadores e pesquisadoras como Pablo Moreno Fernandes (2023), Silva Júnior (2019), Alice Andrade (2023), Tauani de Oliveira (2020), Deize Paiva (2021), Machado e Coelho (2022) apresentam produções que envolvem o conceito de representação no ambiente digital e os processos contemporâneos de significação do mundo.

Um terceiro movimento se dá com a consolidação da interseccionalidade, particularmente a partir do século XXI. Nos últimos anos, o termo tem ganhado visibilidade, ocupando espaço nas produções científicas, nos debates políticos, na mídia e nos movimentos

²⁰ “Utilizo o termo ‘plataformização’ para me referir à ascensão da plataforma como modelo infraestrutural e econômico dominante da Web social e as consequências da expansão das plataformas dos media sociais para outros espaços online. No centro deste processo está a oferta de APIs, que transformam os sítios de redes sociais em plataformas de redes sociais” (Helmond, 2015, p. 5).

sociais. Os horizontes trazidos pela interseccionalidade fazem com que ela se torne cara ao nosso trabalho por meio de suas possibilidades. Assim, ganhando destaque na forma de um posicionamento teórico que reforça seu uso sob o prisma comunicacional, a aproxima do conceito de representação²¹ e a apreende como essencial para os estudos sobre cultura e representação.

A interseccionalidade pode ser compreendida como um paradigma dinâmico, amplo e heterogêneo. Em particular, a partir de uma perspectiva comunicacional, Carrera (2021) defende o foco na “interseccionalidade representacional”, uma análise a partir do conceito de interseccionalidade em Crenshaw. A interseccionalidade representacional pode ser entendida como uma análise com foco na construção cultural e nos sentidos marginalizantes. “Esses sentidos, inclusive, transcendem o campo midiático e operam no âmbito das relações sociais, até mesmo acadêmicas, que também costumam compor objetos de estudo em comunicação” (Carrera, 2021, p.6).

Desse modo, a percepção da necessidade de complexificação e elaboração de novas categorias de análise como proposta epistêmica direcionada para os estudos de cultura e representação, assim como a atenção dada à interação entre as opressões em estruturas de poder e dominação, nos serve como uma primeira ponte entre o trabalho da representação proposto por Hall e o desenvolvimento do pensamento interseccional.

A primeira característica interseccional da obra de Stuart Hall pode ser entendida pelo não reducionismo dos fenômenos sociais às estruturas econômicas ou às estruturas sociais. Em sua pioneira obra, *Race, articulation and societies structured in dominance* (1980), Hall faz críticas a duas tendências para análise de fenômenos sociais. A primeira, para as análises que usam de um reducionismo econômico, no qual, as estruturas econômicas predominam sobre as estruturas sociais de raça e racismo. A segunda tendência seria sociológica, definida como demasiadamente pluralista, onde se atenta para raça e etnia, formadas por estruturas diferentes, nenhuma das quais é redutível uma à outra. O autor afirma a necessidade de pensar efeitos de classe e raça interligados.

Nesse aspecto, as ideias de Hall caminham em congruência com os trabalhos de feministas e intelectuais negras de diferentes origens²², que abordaram e têm abordado a

²¹ Conceito de representação desenvolvido dentro dos Estudos Culturais, em especial, na obra e pensamento de Stuart Hall.

²² Cf. Corrêa, 2020.

necessidade de olharmos para as múltiplas opressões que cruzam as identidades, para além de raça e classe, partindo do mesmo princípio da crítica feita pelo autor.

A interseccionalidade pode fornecer os meios para lidar com os efeitos interligados de desigualdades estruturais, negando a hierarquia de opressões, conforme a analogia das avenidas identitárias: “Errôneo argumentarmos a favor da centralidade do sexismo e do racismo. Já que ambos, adoecedores e tipificados, são cruzados por pontos de vistas em que se interceptam as avenidas identitárias” (Akotirene, 2019, p. 27).

Um segundo aspecto do paradigma interseccional que nos pode ser central nos estudos sobre cultura e representação sãs as relações de poder. Para Hall, ao analisarmos as representações devemos priorizar as relações de poder nelas construídas e acionadas, observar o modo como elas operam, para que e para quem operam. Desde o aparato institucional e suas tecnologias até as relações mais rotineiras, todos estão inscritos em jogos de poder que sustentam certos tipos de assimetrias. Isso reverbera no sistema representacional, com seus signos e símbolos que compõem a teia discursiva das desigualdades.

A abordagem interseccional de Patricia Hill Collins (2015), desenvolvida em toda sua obra, pode ser um referencial nesse exercício. Para a teórica, “a razão de ser da interseccionalidade reside em sua atenção às relações de poder e desigualdades sociais” (Collins, 2015, p3, tradução nossa). Ao explorarmos as representações culturais e midiáticas por essa perspectiva, a questão que se faz relevante é muito mais a investigação de quais projetos e relações de poder aparecem, do que se as identidades e representações ali postas são reais ou falsas. Atentando-nos que as relações de poder envolvendo gênero, classe, raça e outras matrizes, não se manifestam como entidades distintas, elas se expressam de forma unificada (Collins, 2015).

A interseccionalidade revela a maneira particular como essas formas distintas de opressões se intersectam em um regime de representação, trabalhando em processo conjunto de produção de injustiça. O conceito matriz de opressão (Collins, 2000) refere-se ao modo como essas opressões interligadas são organizadas. Assim, podemos entender como regimes de representação e estereótipos agem como parte da construção discursiva e de práticas sociais da matriz de opressão manifestada pelo domínio cultural do poder²³.

²³ Em *Black Feminist Thought* (Collins, 2000) e *Interseccionalidade* (Blige; Collins, 2021), são abordados quatro domínios do poder: estrutural; cultural (hegemônico); disciplinar; e interpessoal. As matrizes de opressão podem operar de formas distintas a depender do contexto, porém, independentemente do modo como os sistemas de opressões interligadas se organizam, os domínios de poder assomam-se.

Uma terceira aproximação entre as matrizes de pensamento é a de que ambas oferecem, juntas, importantes possibilidades metodológicas para a análise comunicacional. Dentro da perspectiva da interseccionalidade representacional (Carrera, 2021), uma maneira como a interseccionalidade tem sido bastante acionada é como categoria de análise: “a teoria interseccional, concebida para interpretar as opressões de grupos minorizados, torna-se também um valioso método de análise de objetos comunicacionais, participantes da constituição da cultura em uma sociedade midiaticizada” (Fernandes, 2022).

Uma quarta aproximação entre as contribuições de Hall e o paradigma interseccional é a consideração não só do contexto social e cultural onde as representações se constituem, mas no valor das experiências pessoais para a conformação desse contexto. Se o contexto é parte do fator que constitui o processo representacional, as experiências vividas são também reivindicadas nessa dinâmica. Os debates sobre representação muitas vezes têm seu foco na recepção e nas negociações que nela acontecem, assim como na necessidade de reconhecimento das agências dos receptores (Hall *apud* hooks, 2019) e no modo como as identidades do público afetam as interpretações.

“Considerando que as formas como as pessoas vão ler/ver/interpretar podem ser diferentes dependendo de sua classe, raça, gênero, etnia, ideologia e assim por diante” (Corrêa, 2020, p.6, tradução nossa), a interseccionalidade nos dá ferramentas para compreendermos que as diferenças na forma de recepção também estão presentes a partir da intersecção dessas identidades, seja como opressão ou privilégio.

Isso é exemplificado no modo como bell hooks (2019) parte do pensamento interseccional para analisar a recepção das produções cinematográficas nos Estados Unidos. No momento em que cineastas negros conquistam espaço na indústria, contestando e criando novas representações do povo afro-americano, a experiência entre homens negros e mulheres negras espectadoras é radicalmente diferente, pois para as mulheres o olhar era marcado pela intersecção entre raça e gênero.

Para além, um desafio que pode ser superado pelo uso da interseccionalidade é a compreensão das subjetividades e identidades dos emissores (Corrêa, 2020) “representações’ são feitas por sujeitos, que afetam e são afetados pelo contexto, bem como pelas múltiplas identidades e privilégios (ou opressões) que esses sujeitos podem enfrentar em sua trajetória e cotidiano vidas” (Corrêa, 2020, p.6. tradução nossa).

A possibilidade das novas representações pós-coloniais é o quinto aspecto. A interseccionalidade como campo de estudo nasce como um projeto intelectual crítico (Collins, 2015). Esse aspecto do paradigma interseccional ajuda a elaboração de uma perspectiva crítica

da representação. Trabalhar as intersecções pode ser um catalisador de novas interpretações sobre a representação, especialmente na construção de contra narrativas pós-coloniais.

Por sua origem e ligação histórica com o Feminismo Negro, assumimos a interseccionalidade como uma contribuição teórico-crítica²⁴, em que sua importância também se manifesta no pensar de novas análises para o processo de pesquisa, tensionando e produzindo novos ângulos para teorias e projetos de conhecimento que visam a compreensão de fenômenos sociais.

Essa natureza crítica cria movimentos que interpelam por um desenvolvimento mais amplo nos estudos sobre representação. Apesar da atenção dada à interação de opressões no trabalho de Stuart Hall nos Estudos Culturais, principalmente sobre as complexas ligações entre classe, raça, nação e etnia, como apontado por Collins (2015), inicialmente alguns marcadores sociais, como gênero, eram ignorados ou apresentavam papel secundário nos Estudos Culturais, o que consequentemente refletia nas análises sobre representações.

A crítica interseccional e o trabalho de feministas negras, como apresentadas neste texto, tensionam o campo de estudo e impulsionam novas reflexões sobre as representações, trazendo ganhos conceituais, promovendo uma transformação no campo como um todo.

2.3 IMAGENS DE CONTROLE

O conceito de imagens controle é um dos mais importantes do pensamento feminista negro e da teoria feminista. Ele é elaborado por Collins em sua obra *O Pensamento Feminista Negro*, como parte do processo de validações de marcos teóricos a partir de epistemologias feministas negras, no qual, a autora tensiona as estruturas de legitimação do conhecimento na academia e nas instituições da sociedade moderna.

Para a autora, há um conhecimento adquirido nas opressões interseccionais pelas mulheres afro-americanas,²⁵ que não surge de exercícios rarefeitos de suas imaginações, mas de suas vivências nos esforços de lidarem com essas opressões intersectadas (Collins, 2000). Interconectado ao conceito de estereótipo desenvolvido na literatura dos estudos culturais e ao conceito de interseccionalidade, na obra de Collins, as imagens de controle fazem parte das três

²⁴ A concepção do pensamento feminista negro se dá como teoria social crítica, que visa contribuir para a luta das afro-americanas contra as opressões interseccionais (Collins, 2000).

²⁵ Ao escrever a partir de seu contexto social, Collins desenvolve seu pensamento a partir das mulheres negras afro-americanas, porém, o pensamento desenvolvido pode ser transportado para a realidade de mulheres racializadas nos Estados Unidos da América e em outras partes do globo.

dimensões interdependentes que englobam as opressões vividas por mulheres negras nos Estados Unidos da América.²⁶

As representações são utilizadas inteligivelmente para expressar algo e produzir sentidos compartilhados. Nas dinâmicas de poder que existem nesse processo, a estereotipagem é a fixação do outro pela imposição de grupos dominantes da sua visão de mundo e de seus interesses por meio da ordem simbólica. Quando a dinâmica de incorporação de um conjunto de estereótipos é bem sucedida ao ponto de influenciar instituições e condutas sociais de forma naturalizada, moldando como um grupo social é percebido, inclusive por ele mesmo, esse conjunto de estereótipos opera ideologicamente como uma imagem de controle.²⁷

A existência das opressões interseccionais é sustentada e justificada pela dimensão ideológica. As imagens de controle seriam uma forma de ateste dessa dimensão ideológica da opressão. Em Collins (2000), as ideologias são responsáveis por criar definições, por meio de um corpo de ideias que reflete o interesse do grupo dominante.

Bueno (2019) afirma que as imagens de controle são parte de uma lógica autoritária de uma ideologia generalizada de dominação, que “ao retratar as mulheres negras através de estereótipos que as desumanizam, os grupos dominantes estabelecem uma miríade de justificativas que buscam perpetuar as iniquidades sociais e violências que eles impõem às mulheres negras em todo o globo.” (Bueno, 2019, p. 73).

Fundamentadas no campo simbólico, as imagens de controles são concebidas para a naturalização de formas de injustiças sociais, tais quais, racismo, sexismo e pobreza, fazendo com que sejam percebidas como inevitáveis na vida cotidiana (Collins, 2000), do mesmo modo que suas intersecções articuladas a partir da matriz de dominação.

Assim como Hall (2016) destaca que o repertório de estereótipos extraídos da época da escravidão nos Estados Unidos da América é parte da cultura popular do país, Collins (2000) relata que a base para as imagens de controle é afiançada no mesmo processo histórico da

²⁶ Collins (2000) relata que a opressão vivida por mulheres afro-americanas abrangeu três dimensões. Primeira, a exploração do trabalho de mulheres negras como basilar para o capitalismo estadunidense. Segunda, a dimensão política da opressão, que negou direitos e privilégios, usualmente estendidos aos homens brancos, a proibição de uma cidadania plena. Terceira, as imagens de controle, que opera no campo da ideologia, e que será melhor desenvolvida no decorrer deste capítulo.

²⁷ Acreditamos que Hall e Collins abordam o mesmo fenômeno de representações negativas idealizadas, porém, o autor e a autora lidam com focos diferentes. Entendemos que Hall tem o foco em como essas construções são propositalmente reducionistas ao ponto de fixar a diferença, fortalecendo determinados grupos e excluindo outros, justificando opressões. Entendemos que Collins está mais concentrada em como essas construções se tornam fortes o suficiente para influenciar a sociedade, como essas imagens recaem sobre grupos como opressão e como são respondidas por eles.

escravidão como instituição social. A ideologia dominante nessa era estimulou a criação de várias imagens de controle inter-relacionadas e socialmente construídas da condição de mulher negra que refletiam o interesse do grupo dominante em manter a subordinação delas (Collins, 2000).

Representações negativas de mulheres negras permeiam a cultura popular e agem em favor das injustiças sociais, uma vez que a articulação das imagens de controle se dá por meio da autoridade que os grupos privilegiados possuem de nomear fatos sociais (Bueno, 2019). Desse modo, revela-se uma dinâmica de poder, em que grupos mais vulneráveis são afetados pelas imagens de controle que recaem sobre eles.

Collins (2000) utiliza-se de cinco imagens de controle para exemplificar esse processo, como essas imagens são articuladas e o modo como recaem sobre as mulheres negras: a *mammy*, a matriarca, *welfare mother*²⁸, dama negra e a Jezebel.

A primeira imagem de controle, a *mammy*, consiste na imagem de uma doméstica fiel e obediente, “criada para justificar a exploração econômica das escravas domésticas e mantida para explicar a reclusão das mulheres negras voltada ao serviço doméstico, a imagem da *mammy* representa o padrão normativo usado para avaliar o comportamento das mulheres negras em geral” (Collins, 2000, p. 72, tradução nossa).

Obediente, ela aceita a subordinação, cuidando e amando os filhos de “suas famílias” brancas, ela cuida melhor deles do que de seus próprios. Simboliza a percepção ideal de relacionamento que a elite de homens brancos projeta para mulheres negras (Collins, 2000). Mesmo tendo considerável autoridade dentro da família, ela conhece o seu bem demarcado lugar de serviçal subordinada (Collins, 2000).

A segunda imagem de controle é a matriarca, “enquanto a *mammy* tipifica a mulher negra figurada em lares brancos, a matriarca simboliza a figura materna em lares negros” (Collins, 2000, p.75, tradução nossa). A *mammy* representaria a boa mãe negra, que dedica o trabalho de maternagem aos “filhos brancos”, a matriarca representaria a má mãe negra, que falha em todos os sentidos ao cumprir os seus deveres de mãe.²⁹

²⁸ Foi optado por não traduzir o termo para que não haja perda de sentido. Entretanto, Bueno (2019) sugere que o termo pode ser traduzido como “mães da assistência social” ou “mães beneficiárias do Estado”.

²⁹ As imagens da *mammy* e da matriarca têm como base a intersecção entre raça e gênero. Parte de suas construções se dá na dinâmica de representação do que seria a boa mulher negra, que cumpre com os papéis de feminilidade ao ser submissa, e a mulher negra má, que, a qualquer sinal de resistência à submissão, é taxada de agressiva ou não feminina. Há também como pano de fundo o atravessamento de classe, já que a *mammy*, mesmo dedicando-se integralmente ao trabalho, não enriquece ou gera ganhos econômicos à sua comunidade, e a matriarca é

As matriarcas são representadas como agressivas e não femininas o suficiente, castradoras e violentas, não conseguem estabelecer relações de afeto, sendo assim, compreensivelmente abandonadas por seus parceiros (Collins, 2000). Consequentemente, são responsabilizadas pela miséria e vulnerabilidade da comunidade negra, especialmente da juventude.

A próxima imagem de controle abordada por Collins é a da *welfare mother*. A construção dessa imagem é a da mulher negra, mãe solteira, que vive da dependência do Estado. No contexto norte-americano, há a culpabilização das *welfare mothers* em não repassar a ética do trabalho para os afro-americanos (Collins, 2000). Havendo assim uma articulação com a estereotipagem dos afro-americanos como preguiçosos.

Acomodada, a *welfare mother* não teria força suficiente para reverter as condições adversas em que se encontra, além disso, ela não tem nenhuma figura de autoridade masculina para ajudá-la. Essa imagem de controle enclausura mulheres negras como onerosas ao Estado, que as tem que sustentar, com sua prole.³⁰

A próxima imagem de controle exemplificada por Collins (2000) é a dama negra, caracterizada como a mulher negra de classe média, bem-sucedida, com uma carreira estabelecida e bem instruída. Em um primeiro momento, essa imagem pode parecer benigna, porém Collins ressalta que essa imagem pode ser uma versão da *mammy* moderna. Mulheres que permaneceram na escola, trabalharam pesado, profissionais que se esforçaram duas vezes mais para alcançarem seu espaço.

Essa imagem de controle também se assemelha em alguns aspectos com a matriarca, pois a dedicação exclusiva a carreira, a constante competição com homens em suas rotinas profissionais e a necessidade de serem muito assertivas por sua posição social, fazem com que elas sejam menos femininas e não consigam se relacionar afetivamente. Embora haja a dimensão do esforço de uma vida dedicada ao sucesso profissional, as conquistas dessas mulheres são constantemente questionadas

Como última imagem de controle analisada por Collins (2000) temos a Jezebel. Imagem de controle que teve origem no imaginário da escravidão, quando mulheres negras eram retratadas como sexualmente agressivas (Collins, 2000). A imagem de controle da Jezebel está

responsabilizada por parte da pobreza das comunidades negras nos EUA, pois não é capaz de passar bons valores e entregar os cuidados necessários, que as famílias de classe média brancas conseguem dar aos seus filhos e filhas.
³⁰ A imagem de controle da *welfare mother* têm como justificção a intersecção entre raça, gênero e classe. Essa imagem de controle é mobilizada nas discussões sobre políticas assistencialistas e controle dos corpos no complexo histórico sobre maternidades negras (Bueno, 2019).

ligada à imagem da *mammy*, entretanto, enquanto a *mammy* é assexuada e desprovida de atributos de beleza,³¹ a Jezebel é “a mulher negra sexualmente agressiva, insaciável, lasciva, que, portanto, deve ser domada de qualquer forma” (Bueno, 2019, p. 106).

A propagação dessa imagem de controle reforça a crença de mulheres negras como insaciáveis sexualmente, constituindo uma objetificação desses corpos. Usada na época da escravidão para justificar a violência e a exploração das mulheres negras (Bueno, 2019). A imagem da Jezebel tem sua atualização na *hoochie*, constituída por um apetite sexual inadequado e por sua hiper sexualização.³²

Nesse processo trazido pela exemplificação das figuras apresentadas por Collins, as mulheres negras internalizam essas imagens, passando a acreditar que elas são os estereótipos (Collins, 2000), desse modo, as imagens de controle funcionam como ferramenta de supressão de subjetivação e autodefinição das mulheres negras.

O pensamento binário é parte central da organização e operação das imagens de controle (Bueno, 2019). O pensamento binário, em formulações oposicionais, é uma das ferramentas usadas para moldar o entendimento da diferença humana, sendo essa diferença definida em termos antagônicos (Collins, 2000).³³

A estrutura desse pensamento binário, como parte da representação da diferença no processo de construção do “Outro”, tem nas imagens de controle a revelação da objetificação em seu encadeamento. Um elemento não é somente fixado como diferente, mas é “objetificado como o Outro e é visto como um objeto a ser controlado e manipulado” (Collins, 2000, p.70).

Através dos estudos de Dona Richards, Collins destaca a necessidade da objetificação para articulação do pensamento ocidental na separação entre “conhecimento de si” e “conhecimento do objeto”. Atrelando a identificação de mulheres e pessoas negras à natureza, em oposição à intelectualidade, é que se é justificada a opressão. Essa “naturalização” é uma primeira forma de negação da subjetividade, pois, “como objetos, a própria realidade é definida por outros, a própria realidade criada por outros, a própria história é nomeada apenas em termos

³¹ Desse modo, a *mammy* não representa ameaça ao ideário da família branca (Bueno, 2019).

³² As imagens de controle da Jezebel e da *hoochie* são fundamentadas especialmente na intersecção raça, gênero e sexualidade. Dentro dos pressupostos que normalizam a heterossexualidade, construída na justaposição binária entre a sexualidade masculina e feminina, há a expressão sexual considerada adequada, masculina e feminina. A Jezebel e a *hoochie* tornam-se símbolos racializados e de gênero de uma sexualidade feminina desviante (Collins, 200, p. 83).

³³ Apesar de antagônicos, esses termos são, ao mesmo tempo, inerentes em seus funcionamentos.

que definem a própria relação com aqueles que são objeto” (hooks apud Collins, 2000, p. 71, tradução nossa).

É a partir desse sistema binário de pensamento que as imagens de controle encontram sustentação, tratando as comunidades negras e a feminilidade negra como desviantes. A análise das imagens de controle feita por Collins revela contornos específicos da objetificação das mulheres negras, assim como as formas como nelas as opressões de raça, gênero, sexualidade e classe se cruzam (Collins, 2000).

Apesar do exemplo histórico utilizado por Collins ser o da aplicação de imagens de controle sobre as mulheres negras estadunidenses, o conceito também pode ser transportado para outros grupos sociais e/ou para outras localizações, pois, a centralidade dele está na relação de poder existente e na instrumentalização das representações negativas, no seu uso como justificação ideológica de domínio, em quais grupos têm controle sobre a nomeação dos fatos sociais e como essas representações são incorporadas na vida das pessoas.

No contexto brasileiro há significativa produção intelectual sobre o modo como as representações moldam a maneira pela qual mulheres negras são tratadas e o modo como elas recebem essas imagens como parte de uma relação de poder. Em *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*, Gonzalez (1984) organiza, ao desenvolver seu pensamento, como as mulheres negras no Brasil têm suas imagens controladas pelo trabalho/servidão e sexualidade. Gonzalez aborda a construção de categorias de representações na cultura popular: a da mulata, mucama e a da mãe preta.

Outros trabalhos mais recentes, como Bueno (2019), em que a autora busca apresentar as contribuições teóricas do pensamento feminista negro para o campo do direito e Olivia Pilar (2021), em que a autora discute a noção de representatividade por meio de personagens de telenovela, realizam aproximações e transposições das imagens de controle abordadas por Collins para a realidade brasileira, evidenciando que apesar de não poder ser inteiramente comparado, o conceito abre diversas possibilidades de análise.

No nosso trabalho não tratamos apenas da representação de mulheres negras, entretanto, o fator de raça e o fator de gênero aparecem como elementos importantes encontrados no material. Todavia, como já citado anteriormente no texto, o conceito de imagens de controle pode ser estendido para outros grupos sociais, sendo acionado para nos auxiliar na análise do material.

Como representações estereotipadas se constroem geralmente reforçadas pelo pensamento binário, podemos usar o conceito para entender em que sistema de contrastes as representações se encontram e a relação entre imagens. Outro fator, que talvez seja o mais

importante do conceito para nosso trabalho, é entender como as representações operacionalizadas ideologicamente enraizadas na cultura popular são absorvidas e/ou respondidas por grupos marginalizados.

2.3 A POSSIBILIDADE DE NOVAS REPRESENTAÇÕES POR MEIO DAS LUTAS POR RECONHECIMENTO

As representações negativas não só reforçam estereótipos como contribuem para desumanização, exclusão e controle de narrativas sobre grupos marginalizados. Há por meio delas a busca pelo controle da assertividade e dos processos de resistência de grupos dominados, que atua em favor do não reconhecimento desses grupos. As representações, especialmente dentro das dinâmicas de mediatização na modernidade tardia, trazem condições afirmacionais e transformacionais (Guiles, 2020) na luta por reconhecimento.

Nesse caso, “a relação entre opressão, consciência e ação pode ser vista enquanto uma relação dialética” (Coelho; Machado, 2022). O uso da diversidade para redefinir representações distorcidas e omissões é efetuada como ferramenta nesse processo dialético em que se inserem as representações (Collins, 2016). Grupos marginalizados que fazem parte desse quadro, podem trazer para o centro da análise realidades negligenciadas por abordagens mais ortodoxas (Coelho; Machado, 2022).

Como abordado neste trabalho, outras perspectivas de reconhecimento intersubjetivo trazem em si a recusa por ser enquadrado pelo olhar do outro. O potencial da autodefinição do grupo marginalizado na reivindicação e fortalecimento de uma identidade coletiva é fundamental para que se assuma o controle de suas representações. Muito além do simples questionamento de uma representação, a luta é uma construção de possibilidades, afirmação e transformação. No contexto de experiências de comunicação digital que produzem conteúdo noticioso, “a potência da autodefinição pode ser forte o suficiente para demarcar novas possibilidades de representação jornalística” (Coelho; Machado, 2022).

Grupos que são tratados como o “Outro” invisível são paradoxalmente colocados em uma posição de *outsider* que estimula sua criatividade como conjunto. Esse movimento pode ser expresso através do potencial criativo da linguagem e sua reflexividade, em que os sujeitos realizam avaliações do que consideram legítimo ou não nas representações incumbidas a eles, podendo originar transformações e rupturas.

A posição marginal proporciona um ponto de vista especial sobre o *self*, que trata da dinâmica existente no ato de se definir as imagens do *self* e da comunidade. Muitos dos

elementos discursivos que constroem as representações negativas dos grupos marginalizados são distorções de atributos existentes nesses grupos. Essa compreensão das nuances da identidade e da comunidade torna-se fundamental para desafiar estereótipos.

Uma representação pode ser apropriada pelos sujeitos submetidos a ela e ressignificada, é possível dar significados não negativos ou de resistência para imagens distorcidas por grupos dominantes. Por meio da linguagem se constrói uma inflexão diferente das representações convencionais. “Subjacente a esta abordagem estão o reconhecimento e a celebração da diversidade e da diferença no mundo” (Hall, 2016, p. 216).

Um novo olhar se torna efeito e, ao mesmo tempo, estratégia política na luta por reconhecimento de grupos marginalizados. “Apenas mudando coletivamente o modo como olhamos para nós mesmos e para o mundo é que podemos mudar como somos vistos” (hooks, 2019, p. 39). É a partir desse olhar de *outsider* que se criam alternativas e críticas para as políticas de representação que dominam a subjetivação do “Outro”.

Nessa construção de novas possibilidades de representações há uma preocupação maior com a forma das representações do que apenas a apresentação e um novo conteúdo por um novo olhar. Uma abordagem cuidadosa implica considerar a complexidade das experiências de quem produz os conteúdos, em construção de significados por meio das representações, que trabalhem em favor do reconhecimento dos indivíduos desses grupos como sujeitos, sem a dependência de reciprocidade ou reconciliação.

2.4 MÍDIAS E O LUGAR DE DISPUTA

No cenário de plataformização, em que as interações sociais são potencializadas, espaços de resistência podem ser oportunizados. Do não reconhecimento a representações que reforçam traumas e danos, se desenvolve o sentimento de injustiça que pode funcionar como motor para o ativismo no terreno de batalha simbólica que são as plataformas de mídias sociais. A tomada de significados avaliada e desenvolvida a partir de uma perspectiva posicionada no interior dos grupos é processo fértil para produção de novas representações.

Historicamente, no Brasil, a mídia é alvo de um espaço de disputa de representações. Para grupos marginalizados, ela poderia cumprir o papel de uma estratégia interacional na formação de comunidades ou redes de sociabilidade para a promoção da resistência e da cidadania (Silva, 2021). No entanto, essa potencialidade foi frequentemente limitada pelo controle exercido por elites políticas e econômicas que, por meio dela, buscaram perpetuar narrativas hegemônicas e silenciaram vozes dissidentes.

As atividades de imprensa no Brasil, foram instituídas com a chegada da família e controladas pela coroa portuguesa (Rocha; Barbosa, 2018). No mesmo período surgem o *Correio Braziliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro*, fazendo a partir desse momento, com que os jornais ganhassem importante espaço na constituição da esfera pública, sendo desde o princípio um gênero muito utilizado pelo Estado e pelas forças dominantes (Rocha; Barbosa, 2018).

Nesse sentido, a imprensa negra pode ser vista como uma das primeiras produções alternativas. Com importante atuação no movimento abolicionista no século XIX e no pós-abolição, a imprensa negra surge como “uma emergência de ‘indivíduos’ e grupos negros letrados que criaram espaços na imprensa para tratar dos assuntos que consideravam mais importantes para o debate sobre a condição dos afrodescendentes no país e para expor suas ideias acerca dos rumos do Império.” (Guimarães-Silva, 2021, p. 62).

A partir da metade do século XIX também temos registro das primeiras publicações operárias, sendo o primeiro jornal ligado à causa o *Jornal dos Tipógrafos* (Rocha; Barbosa, 2018). Até meados do século passado a imprensa alternativa era vinculada aos ambientes operários, fortemente ligada à classe trabalhadora. Com o golpe de 1964, as relações políticas se alteram e a mídia contra hegemônica ganha um novo caráter de contrapor à grande imprensa, que num primeiro momento apoiou o Golpe Militar (Rocha; Barbosa, 2018).

Na década de 1990 a mídia comunitária ganha destaque na produção alternativa, com a abertura em veículos ou a criação de espaços para produções locais (Rocha; Barbosa, 2018). O final dos anos de 1990 e especialmente o século XXI marcam uma nova fase, em que:

a popularização da Internet e a renovação do pensamento político por meio da incorporação de premissas pós estruturalistas serviram de forças fundamentais para a emergência do midiativismo, um dos vários termos utilizados para descrever as manifestações críticas de mídia que surgiram entre a década de 1990 e os anos 2000, rompendo com alguns dos modelos da comunicação alternativa, popular e comunitária e, ao mesmo tempo, os renovando (Mazetti, 2018, p. 86).

Mais profundamente, o midiativismo, não seria apenas um modelo de manifestações críticas, mas um processo de mobilização em relação como cada ativista usa as mídias de maneira diferente para atingir seus objetivos e servir aos seus movimentos (Braithigh; Câmara, 2018). E é por esses movimentos que o midiativismo funciona muitas vezes como ferramenta de produção de contranarrativas (Amaral, 2019).

Há um lastro de iniciativas no uso e na criação de formas e meios próprios e alternativos de comunicação por parte de grupos das classes subalternas como forma de participação no jogo comunicacional. Se os meios e as plataformas de comunicação, como jornais, rádios, televisão e provedores de internet, sempre estiveram sob o domínio dos detentores do poder político e financeiro (Peruzzo, 2018), mídias alternativas buscaram engendrar novas

representações, seja de pessoas negras, seja de operários, comunidades ou outros grupos marginalizados.

Ao longo desse percurso que estabelece determinadas experiências de comunicação como contraponto, as lutas por reconhecimento se tornam parte desse rompante. Nelas as representações são tidas como uma prática que colabora na constituição de significados compartilhados e a sustentar o conhecimento cultural na sociedade (Maia, 2014).

O ambiente interconectado de mídias oferece locais e ocasiões para as pessoas interagirem por meio de comunicação síncrona e assíncrona em ambientes virtuais diversos em escala local, regional e global. Além do largo acesso aos variados conteúdos, as pessoas também se tornam produtoras ou coprodutoras. Essa condição lhes permite criar rotas de mobilização e influência que estabelecem diferentes interfaces com a luta por reconhecimento (Maia, 2014).

Na atmosfera online a construção da identidade ocorre em múltiplos níveis - linguístico, discursivo, visual – reconhecendo novos recursos projetados para autoexpressão (Maia, 2014). As redes sociais e plataformas digitais tornam-se ferramentas essenciais na elaboração das representações que são fruto, ao mesmo tempo parte, dessa dinâmica.

Assim sendo, não diferentemente do cenário apresentado no Brasil ao longo do tempo, o ambiente interconectado das mídias e plataformas sociais revela-se como um campo de disputa simbólica, onde as lutas por reconhecimento são travadas tanto no nível local quanto global, e as identidades são continuamente negociadas e disputadas, sendo a representação parte elementar desse processo.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, coube a nós explicitar as referências, protocolos, o modelo de sistematização de conteúdo e a forma como nossa análise foi desenvolvida. Apresentamos as abordagens, perspectivas epistemológicas e os instrumentos metodológicos que nos conduziram e formaram nossa grade analítica. Na primeira seção do capítulo, exploraremos a perspectiva interseccional como forma de olhar analítico. Na segunda seção, abordaremos as experiências de comunicação digital e suas escolhas para a investigação. Na terceira seção, descreveremos nosso caminho até a definição do *corpus* da pesquisa e os procedimentos de coleta realizados. Por fim, apresentaremos nossas perspectivas e abordagens metodológicas, as ferramentas acionadas para a construção dos procedimentos de análise, os eixos de observação e a elaboração da ficha analítica, que nos deram sustentação para realizarmos a articulação que responde à nossa pergunta de pesquisa.

3.1 MODOS DE VER

Partir do paradigma interseccional para pensar a respeito das representações nos move para além de análises binárias ou unicategoriais. Mesmo análises das representações que consideram as múltiplas categorias, porém de maneira separada ou sem levar em conta as relações de poder que nelas se constituem e se mobilizam de maneira mútua, são mais frágeis do que as produzidas por uma abordagem interseccional (Carrera, 2021).

As representações e experiências nelas contidas não se desenvolvem de maneira fragmentada (Carrera, 2021). A interseccionalidade, como ferramenta analítica, não se constitui na simples soma das opressões ou na categorização de corpos, objetos e identidades, mas no exame das formações sociais de desigualdade complexa e na consequência das interações entre essas opressões e marcadores sociais.

Se tomarmos como exemplo a análise de uma imagem estereotipada de uma mulher negra, não nos basta reconhecer a operacionalização do machismo e do racismo, pois, no cruzamento dessas opressões, há um novo tipo de relação de poder e dominação em ação. A interseccionalidade não se refere apenas ao multifoco nas opressões construídas e reafirmadas pelas representações, mas ao como a interligação entre elas opera dentro de determinado contexto.

Pela impossibilidade de fixidez, os significados construídos através das representações estão sempre em disputa. A análise interseccional é um meio importante de captura das representações da diferença que se configuram pela estereotipagem como forma de domínio.

Segundo Corrêa: “análises que ignoram a produção de ‘Outros’, em uma abordagem interseccional, correm o risco de serem parciais às mesmas perspectivas privilegiadas e dominantes já em campo” (Corrêa, 2020, p. 8, tradução nossa).

Tendo os estereótipos como instrumentos de redução e essencialização de sujeitos marginalizados, a abordagem interseccional, no cerne do olhar para as representações, funciona como estratégia analítica que complexifica a subjetividade desses sujeitos subalternizados, através da compreensão dos eixos de subordinação e seus resultados no modo como estruturas sociais e representações culturais se interconectam (Collins, 2015).

Reforça-se, assim, a necessidade de uma perspectiva crítica ao se analisar as representações, tal qual a importância da *práxis*. A *práxis* refere-se à aplicação prática da teoria ou conhecimento a situações do mundo real, e a *práxis* crítica envolve o uso de estruturas teóricas para criticar as injustiças sociais, imaginar alternativas e propor estratégias de ação viáveis para a mudança (Collins, 2015).

Desse modo, podemos recorrer à interseccionalidade como *práxis*-crítica, como forma de nos orientarmos diante da diversidade e complexidade das representações, sem perder a inter-relação entre teoria e prática. Não como simplesmente uma heurística para a investigação das representações, mas também uma estratégia de intervenção em busca da justiça social.

A interseccionalidade como *práxis*-crítica lança luz sobre a realização do trabalho de justiça social. Por meio dela, podemos direcionar o olhar para o modo como são aproveitadas as estruturas interseccionais para guiar a *práxis* crítica ao lidar com o processo da construção das práticas de desigualdade social no domínio cultural do poder (Collins, 2015).

Adquirimos, dessa maneira, meios para a identificação das representações negativas e para produzir diagnósticos que aprofundam o entendimento das interações no interior das dinâmicas de poder que atravessam as representações e para construir possibilidades de novas representações. Fortalecem-se também as oportunidades de reconfiguração das representações, permitindo-nos construir narrativas alternativas e mais inclusivas.

3.2 EXPERIÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO ESCOLHIDAS

Para a escolha das experiências, primeiro fizemos uma análise exploratória em diversas redes sociais e portais digitais que se autoidentificavam com alguma minoria social no Brasil, atentando-nos para os aspectos audiovisuais que compunham as representações nos conteúdos produzidos. A diversidade de modelos, repertórios, históricos, visões e relações com grupos sociais nos fez escolher mais de uma experiência como objeto de análise. Acreditamos que a

heterogeneidade enriqueceu nosso trabalho e trouxe elementos que não seriam detectados com a delimitação de apenas um grupo produtor de conteúdo. Além disso, houve a possibilidade de comparação das duas experiências de comunicação escolhidas, o que poderia revelar demandas, caminhos estratégicos e ações distintas.

Dadas as características encontradas, a relevância social e as afinidades pessoais com o caráter do conteúdo produzido, foram escolhidas para investigação as experiências de comunicação da Alma Preta Jornalismo e do Voz das Comunidades. São experiências com trajetórias e presença digital construídas de maneiras diferentes, porém com forte associação a grupos sociais historicamente marginalizados no Brasil.

Para fins de unidade de estudo, as iniciativas selecionadas apresentam algumas características similares. Ambas têm um tempo de atuação superior a quatro anos; dentro de seus contextos, apresentam alguma ligação com a luta antirracista e periférica, entendendo-se aqui periférica não como um conceito estritamente geográfico, mas econômico-social; produzem conteúdo em mais de um formato de mídia; e assumem caráter político e dissidente na produção de conteúdo.

Escolhemos analisar os perfis na plataforma Instagram, considerando que era a rede social com mais seguidores entre as diferentes redes utilizadas pelas duas experiências de comunicação selecionadas: 674.419 seguidores na Alma Preta Jornalismo³⁴ e 314.044 seguidores no Voz das Comunidades.³⁵ Outro critério que guiou a escolha foi a relevância do consumo da rede social entre os hábitos dos brasileiros, assim como as *affordances* próprias da plataforma, potencialmente voltadas para a produção e consumo eminentemente audiovisual e a versatilidade de conteúdo. O perfil do Voz das Comunidades pode ser encontrado através do usuário @vozascomunidades, já o da Alma Preta Jornalismo pode ser acessado pelo usuário @almapretajornalismo.

3.2.1 Alma Preta Jornalismo

A Alma Preta é uma agência de jornalismo que nasce em 2015 como um coletivo de comunicadores negros na UNESP, que perceberam desde cedo, pela falta de representatividade e pela maneira como a mídia tradicional cobria temas que envolviam a questão racial, a necessidade de se produzir novas formas de conteúdo no Brasil.

³⁴ Último acesso em 08/06/2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/almapretajornalismo/>

³⁵ Último acesso em 08/06/2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/vozascomunidades/>

A agência surge dentro do espaço digital e atua de forma exclusiva na internet, tendo como objetivo produzir jornalismo a partir da perspectiva racial e periférica, assumindo um caráter político na produção, como forma de potencializar a voz da população negra. Seus conteúdos circulam nos perfis do X (antigo *Twitter*), *Instagram*, *Facebook*, *YouTube*, *LinkedIn*, *Spotify* e *TikTok*.

Com um olhar crítico e comprometido com a justiça social, a Alma Preta produz conteúdo em diversos formatos, como reportagens, entrevistas, vídeos, *podcasts* e análises, abordando temas como racismo, desigualdade social, cultura negra, política, entre outros. A agência acredita que a diversidade é fundamental para um jornalismo mais justo e representativo, e, por isso, conta com uma equipe de jornalistas negros de diferentes regiões do país e diversas orientações sexuais e de gênero.

Um dos diferenciais da Alma Preta é sua capacidade de conectar-se com o público através das redes sociais. A agência utiliza as plataformas digitais como um canal importante para divulgar suas notícias e interagir com seus seguidores, promovendo debates e incentivando a participação cidadã.

Como forma de manutenção do negócio, desde a campanha de assinaturas, voltada para o público, até a venda de conteúdo e veiculação de publicidade, a Alma Preta construiu um modelo sólido, de referência na mídia independente, com capacidade de tornar a equipe viável e com perspectivas positivas para o médio e longo prazo.

Além de produzir conteúdo próprio, a Alma Preta também desenvolve projetos especiais e parcerias com outras instituições, com o objetivo de ampliar o alcance de suas ações e fortalecer o movimento em prol da diversidade e da inclusão no jornalismo.

Ao potencializar as vozes das comunidades negras e periféricas, a Alma Preta contribui para a construção de um jornalismo mais justo e equânime, que reflita a diversidade da sociedade brasileira. A agência se põe no lugar de referência de como ser possível fazer jornalismo de qualidade, com compromisso social e relevância para a sociedade.

3.2.2 Voz das Comunidades

O Voz das Comunidades hoje se define como uma Organização Não Governamental (ONG) e Jornal Comunitário que traz notícias das favelas do Rio de Janeiro. Foi criado em 2005, por Rene Silva, após participar de um jornal na escola em que frequentava no bairro de Higienópolis, próximo da comunidade em que vive até hoje, no Morro do Adeus, Complexo do Alemão.

Após sua experiência no jornal escolar, o menino com então 11 anos começou a observar os problemas que aconteciam entre sua escola e a comunidade. Com o apoio das diretoras Talma Romero Suane e das professoras Adelaide, Monica e Ivanise, Renan decide criar um jornal impresso, distribuído localmente, para mostrar a realidade dos moradores do Morro do Adeus, o Voz da Comunidade. O jornal se expandiu pelas 13 comunidades do Complexo do Alemão ocupando lugar na rotina dos moradores.

Porém, é no ano de 2010 que o jovem ganhou destaque na mídia nacional e internacional, após cobrir em tempo real pelo *Twitter* a invasão da Polícia Militar ao Complexo do Alemão e produzir sua versão sobre a ocupação para informar os amigos sobre o que estava acontecendo na comunidade, “A representação do fato foi, em parte, concebida a partir da perspectiva de um sujeito que estava inserido na comunidade, e não somente por meio de uma narrativa externa e hegemônica.” (Nascimento; Rosa, 2012, p. 9).

Nesse momento, Rene se dá conta da relevância e do potencial das experiências de comunicação digital. Diante desse ocorrido, Rene começou a utilizar do potencial do ciberespaço “para multiplicar uma representação contra hegemônica da comunidade onde está inserido” (Nascimento; Rosa, 2012, p. 10). Assim, Rene passaria a se organizar de forma coletiva através do jornal para se apropriar das novas tecnologias e ocupar esses espaços.

Em 2015, além do já assumido papel social do jornalismo, o empreendimento se tornou uma ONG. Na relação com as comunidades, o Voz das Comunidades tem contribuído para que suas demandas e necessidades sejam ouvidas e consideradas pelos poderes públicos e pela sociedade civil. O jornal busca fortalecer a identidade e o senso de pertencimento das comunidades, incentivando a participação cidadã e a organização social.

Além disso, o veículo produz conteúdo jornalístico que preza pela qualidade, com informações verificadas, combatendo a desinformação e os estereótipos negativos sobre as comunidades. Apesar de sua atuação mais focada nas comunidades do Alemão, da Penha e do Vidigal, atualmente o Voz das Comunidades está presente em todas as comunidades do Rio de Janeiro por meio de um portal de notícias, aplicativo e jornal impresso, que circula no Morro do Alemão e no Vidigal.

Em 2016, Rene Silva e os colaboradores do Voz das Comunidades, Renato Moura e Hector Santos, foram detidos e encaminhados para a delegacia ao cobrirem a desocupação da Favela da Skol, no Complexo do Alemão. De acordo com testemunhas, eles foram presos por não entregarem seus equipamentos para a Polícia Militar.

Rene Silva já teve seu nome em destaque na revista *Forbes*, sua trajetória foi contada na novela *Salve Jorge*, da Rede Globo, e ganhou o prêmio *Most Influential People of African*

Descent (MIPAD) em 2018. O empreendimento também apresenta parceria estratégica com pessoas influentes, diversas organizações e instituições.

O jornal se destaca por seu foco nas comunidades, utilizando uma linguagem acessível e diversos formatos para divulgar suas notícias, como texto, fotos, vídeos e áudios, estando presente no *Instagram*, *Facebook*, *X* (antigo *Twitter*), *Youtube* e *TikTok*. O *Voz das Comunidades* também incentiva a participação dos moradores na produção do conteúdo, através de entrevistas, colaborações e sugestões de pautas.

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA

Ao seguirmos com a análise exploratória do conteúdo das experiências escolhidas na etapa anterior, definimos que os materiais selecionados para compor o *corpus* de análise seriam as postagens de *Reels*, ferramenta lançada em 2020, que faz parte de um padrão de vídeos curtos, gravações verticais que podem combinar áudio, imagens, textos e filtros, que se estabeleceram nos últimos anos.

Visto que nosso objetivo era analisar a experiência de comunicação em si, e não algum acontecimento determinado, decidimos analisar um período mais longo. Percebemos que, em períodos curtos, com até três meses de observação, as postagens ficavam concentradas em temas específicos ou datas comemorativas, podendo enviesar as análises ou não apresentar resultados significativos. Sendo assim, decidimos pelo recorte temporal de 6 meses, buscando evitar tanto a concentração quanto a saturação de conteúdo em períodos maiores, tendo como marco cronológico de outubro de 2023 a março de 2024. Neste recorte, a média de postagens de *Reels* apresentada pela Alma Preta Jornalismo foi de 0,79 e a do *Voz das Comunidades*, 2,06 por dia. Com a regularidade de postagens dos perfis e conteúdo suficiente transcorrendo em meses e anos distintos, acreditamos ter capturado o funcionamento mais rotineiro dessas experiências.

Após essa etapa, para a organização e coleta dos dados, utilizamos a ferramenta de monitoramento de redes sociais *Fanpagekarma*. Encontramos um total de 524 *Reels*: 146 da Alma Preta Jornalismo e 378 do *Voz das Comunidades*. Devido à limitação de tempo, que torna a quantidade superior à nossa capacidade de análise dentro dos prazos estabelecidos, decidimos selecionar um subconjunto da população. Optamos por uma amostra não probabilística, trabalhando com as cinco postagens de maior engajamento total de cada perfil em cada mês analisado. Dentre os dados disponíveis para perfis públicos, essa métrica está diretamente ligada

à visibilidade que um conteúdo tem e ao seu direcionamento de alcance orgânico. Isso pode também dar indícios do quão dispostas as pessoas estão a interagir com aquele tipo de conteúdo.

Definimos a métrica de engajamento total utilizando a operação: números de *likes* + número de comentários + número de compartilhamentos, lembrando que tivemos acesso apenas aos dados orgânicos e disponibilizados para perfis públicos pela Meta³⁶. Ao todo, coletamos 60 *Reels*, 30 de cada empreendimento. Avaliamos o tamanho suficiente para permitir testes estatísticos e de confiabilidade à codificação, sem incorremos a desperdício de tempo.

3.4 CORPUS DE ANÁLISE

Os *Reels* que fazem parte deste trabalho, tiveram um engajamento total de 926.782 durante os seis meses, sendo 633.153 do Voz das Comunidades e 269.00 da Alma Preta Jornalismo, reforçando a potência e importância das peças analisadas.

Quadro 1- Engajamento

<i>Reels</i>	Perfil	Data	Título	Engajamento
Maio Engajamento	Voz das Comunidades	04/02/24	“Diabão” de Inhaúma	163773
	Alma Preta	10/11/23	Djamila Ribeiro no Podpah	37562
Menor Engajamento	Voz das Comunidades	03/11/23	Alerta Defesa Civil	1926
	Alma Preta	16/01/24	“Racismo Ambiental”	1151

Fonte: Elaboração própria

O *Reels* com maior engajamento do nosso *corpus* foi postado pelo Voz das Comunidades no dia 4 de fevereiro de 2024, celebrando o início do carnaval no Complexo do Alemão, registrando o “Diabão de Inhaúma” ou “Diabão do Alemão”. A tradição carnavalesca no Complexo do Alemão tem aproximadamente 40 anos. O personagem sai às ruas atrás das crianças como forma de brincadeira (Figuras 2 e 3).³⁷ O *Reels* mencionado alcançou sozinho o total de engajamento de 163.773, puxando as métricas do mês de fevereiro, que totalizaram 271.321, fazendo com que este fosse o mês com maior engajamento dentro do nosso universo analisado.

³⁶ Empresa norte-americana de tecnologia detentora da plataforma Instagram.

³⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C26IVJYsrI5/>

Figura 1 - Print crianças fugindo do "Diabão"



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

Figura 2 - Print "Diabão"



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

O *Reels* da Alma Preta Jornalismo que apresentou o maior engajamento total foi postado no dia 4 de novembro de 2023, sendo um *repost* em formato de corte da Djamila Ribeiro no

podcast³⁸ Podpah (Figura 3) falando da relação econômica na discriminação estrutural com pessoas negras e da ausência de medidas reparatórias nos pós escravidão.³⁹ O *Reels* alcançou um total de 37.572 de engajamento.

Figura 3 - Print Reels Djamila Ribeiro no Podpah



Fonte: Instagram Alma Preta Jornalismo

O mês de março de 2024 foi o único em que o engajamento total dos cinco *Reels* não ultrapassou 100 mil, ficando apenas com 77.905. Não é encontrado um padrão de datas dos posts com melhor desempenho, nem uma relação de causa e consequência nesse sentido.

3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Atualmente, na literatura acadêmica, não há consenso ou ampla produção que se debruce sobre métodos mais efetivos para a análise de *Reels* ou padrões similares. Diante do

³⁸ Podcast se tornou uma palavra guarda-chuva que abarca vídeocasts e os mesacasts. Abordagens em que são transmitidas as imagens das gravações simultaneamente com o áudio, geralmente em formato de entrevista, onde é possível ver a interação do *host* com o convidado. A equipe do Podpah o denomina como um podcast.

³⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/Cze0m-pvoTo/>

desafio exposto e da nossa argumentação da interseccionalidade como um projeto epistemológico capaz de atender às dinâmicas representacionais na contemporaneidade, desenvolvemos nossa matriz analítica a partir da apropriação da Análise da Materialidade Audiovisual (Coutinho; Mata, 2018), somada à interseccionalidade como ferramenta analítica (Carrera, 2021).

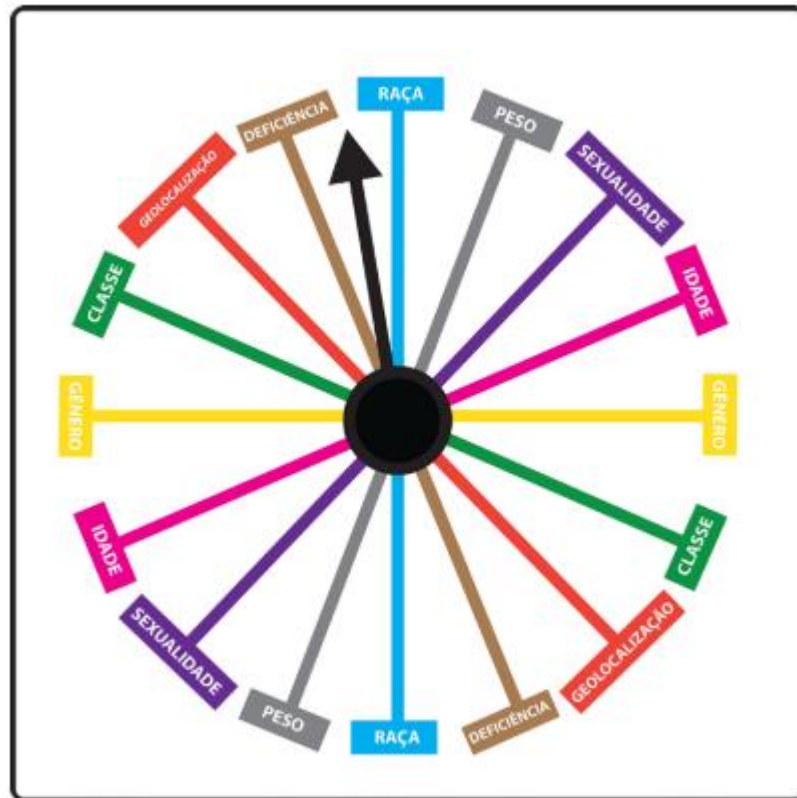
A interseccionalidade, alinhavada em nosso texto na sustentação teórica, é acionada no desenho metodológico por meio da roleta interseccional (Carrera, 2021). Fernanda Carrera (2021), ao pensar em operadores analíticos e ferramentas epistemológicas para entender dinâmicas comunicacionais de sujeitos e objetos, propõe um olhar metodológico interseccional para a Comunicação. Sob essa perspectiva, a autora aponta um caminho metodológico denominado roleta interseccional, que pretende identificar os rastros de interseccionalidade nas diversas experiências e expressões comunicacionais, seja nas interações cotidianas ou na comunicação midiática.

A compreensão da roleta interseccional se dá a partir do entendimento de que o processo de constituição de sujeitos subalternizados é atravessado por diversas avenidas de opressão. Dessa maneira, entende-se que a pesquisa em Comunicação precisa considerar a intersecção desses eixos como combinações que são essenciais para o entendimento da composição diversificada dos sujeitos, como exemplificado na metáfora das cores:

Ao tomar o azul, cor primária, como matéria do racismo, por exemplo, e atribuir ao amarelo o construto do sexismo, mulheres negras se constituem não como metade amarelo e metade azul, mas como a cor verde... A cor verde, portanto, é outro universo subjetivo, gerado a partir das duas cores, fundamentado e constituído por elas, mas que reluz distinto, singularizado. Ao pensar na ampla gama de cores para cada cruzamento de eixos de opressão, é possível entender a complexidade da formação dos sujeitos subalternizados: embora constituídos pela combinação de duas ou mais “cores de opressão”, estes sujeitos formam uma cor particular, com demandas únicas e experiências singulares (Carreira, 2011, p. 11)

Ao assimilarmos a constituição interseccional dos sujeitos, podemos avançar para a metáfora da roleta, pensada em prol do direcionamento das perguntas e da análise dos objetos de pesquisa em Comunicação, como visto no quadro abaixo (Figura 4):

Figura 4 - Roleta interseccional como proposta metodológica para estudos em Comunicação



Fonte: Carrera, 2021, p.11.

O sujeito ou objeto é representado no centro da roleta, a vareta gira em busca do atravessamento que possa ser significativo para a situação pesquisada. A vareta deve ser acionada em cada momento da análise, para que as categorias, caso sejam relevantes, sejam iluminadas, de maneira que questionamentos ao sujeito ou objeto sejam feitos (Carrera, 2021).

A metáfora da roleta e das cores é um modo de visualização tanto dos eixos de opressão quanto dos resultados formados pelas conexões para a construção do sujeito e seus contextos. A cada giro da roleta que iluminamos um eixo, ele não se apaga; sua luz entra em contato com a luminosidade das outras hastes, mostrando que diversas avenidas de opressão, quando se encontram, “produzem construtos subjetivos que ainda não estão sendo considerados em toda a sua complexidade” (Carrera, 2021, p. 12).

Ressaltamos que por estarmos dentro do campo da Comunicação, o interesse principal da roleta interseccional não é compreender todas as intersecções que formam o sujeito ou objeto, mas aquelas que são mobilizados dentro do discurso midiático. “A situação comunicacional não necessariamente mobiliza todos os atravessamentos” (Carrera, 2021, p.

12). Cabe a nós pesquisadores identificarmos aquelas que estão sendo mobilizados no conteúdo analisado.

Desse olhar interseccional como dispositivo de compreensão do objeto, que partimos para as etapas contidas na realização da análise da materialidade audiovisual. O trabalho de Coutinho (2013; 2016) e Coutinho e Mata (2018), na busca por um método e compreensão do jornalismo audiovisual, compreende que abordar o telejornal por sua dimensão material e narrativa permitiria uma leitura analítica aproximada do que é a experiência de consumo:

Observar o telejornal na perspectiva da compreensão da forma de avanços dos conflitos e situações problema em cada material jornalístico audiovisual, mas também no noticiário como peça informativa, permitiria associar instâncias racionais, descritivas, e sensoriais, tais como aquelas mobilizadas quando se experimenta, acompanha e/ou interage com o jornalismo audiovisual (Coutinho; Mata, 2018, p. 9)

Nessa perspectiva, acreditamos que as considerações também poderiam ser pertinentes às experimentações audiovisuais de nosso trabalho, movimento similarmente realizado por Garcêz, Carmo, Paiva e Feital (2023), ao analisarem, no perfil de portais de notícias, *Reels* relacionados aos atos antidemocráticos contestatórios dos resultados das eleições presidenciais do Brasil em 2022.

Ancorados a partir do método apresentado, tomamos em conta a unidade texto + som + imagem + tempo + edição, considerando códigos, símbolos e signos paratexto (Coutinho, Mata, 2018). Após a fase de mapeamento e alinhamentos metodológicos, avançamos para a etapa de estabelecimento de eixos de sistematização inicial, parte fundamental para a análise, que caminhou em diálogo com o referencial teórico.

Foram estabelecidos quatro eixos de observação, compostos por variáveis e elementos,⁴⁰ que compuseram a elaboração da ficha analítica:⁴¹ a) informações básicas (postagem, data da postagem, veículo e engajamento total); b) construção do conteúdo; c) luta por reconhecimento); d) representações. Após codificação dos dados, a partir dos elementos que mais nos chamaram atenção frente à teoria, foram estabelecidos três eixos de discussão: a) natureza das lutas e ideários de reconhecimento; b) linguagem e lutas em discurso; c) articulação entre representação e luta por reconhecimento.

⁴⁰ Também presentes em forma de perguntas ao objeto.

⁴¹ Conforme apêndice 1

4 ANÁLISE: RESULTADOS

Neste capítulo, apresentamos a análise dos dados, que embasaram a discussão que tem como propósito responder à pergunta: “a partir de uma análise das representações, como as experiências de comunicação digital especializadas do Voz das Comunidades e da Alma Preta Jornalismo atuam em lutas por reconhecimento?”

A primeira seção é composta por uma análise sobre as postagens, considerando as principais variáveis que formam as unidades de análise. Exploramos nesta etapa elementos que compõem som, imagem, texto e edição das postagens, dando atenção às figuras e outros veículos que aparecem nessa composição e ajudam a formar os elementos citados. Esse apanhado geral é apresentado na forma de recorrências comparativas e de exemplos extraídos dos perfis.

Na segunda seção, apresentamos os dados que aproximam nosso objeto do campo teórico do reconhecimento. Por meio de elementos que formam as postagens. Localizamos se as demandas por reconhecimento estão presentes ou não no conteúdo, em qual argumento elas estão caracterizadas e a maneira como elas aparecem.

É na terceira parte que expomos os dados do eixo de análise referente à representação. Nela, apresentamos dados descritivos que captam como as representações são construídas no material analisado. Um olhar sobre os eixos de subordinação e poder, as representações sociais que protagonizam os vídeos, imagens e palavras que, na posição de símbolos e signos, dão sentido às representações sociais, e a relação com as imagens de controle, na fixação de representações sociais e na composição das imagens do *self*, é dado nesta parte.

4.1 RESULTADOS RELACIONADOS AO CONTEÚDO DAS POSTAGENS

Em relação à origem do conteúdo, os *reposts* dominam os *Reels*, representando 46,66% dos *Reels* analisados. Os conteúdos que têm origem nos próprios perfis correspondem a 21,66%, as parcerias são apenas 6,33% do conteúdo, e os conteúdos em que não foi possível identificar a origem atingem a marca de 13,33%.

Identificamos um tipo de postagem de *Reels* presente apenas no Voz das Comunidades, no qual é postado um vídeo gravado por um morador ou moradora da comunidade, mas não há sinalização de que ele é um *repost* ou reprodução de rede social. Acreditamos que os conteúdos sejam gravados e entregues para o perfil como forma de divulgação e ampliação. O movimento pode ser entendido como um modo de preservação do anonimato da pessoa que fez o registro, já que há conteúdos que lidam com violência urbana e repressão, seja da polícia ou de

criminosos. O procedimento se aproxima da ideia de jornalismo cidadão. Por representar um padrão, mas não haver sinalização que confirme a prática, o material foi enquadrado na categoria "outros", representando 11,66% de todo o conteúdo.

Tabela 1- Origem do vídeo (%)⁴²

Origem do Vídeo	Voz das Comunidades	Alma Preta	Total
Próprio veículo	76,93	23,07	21,66
Repost	17,85	82,14	46,66
Parceria	0	100	6,66
Outros	100	0	11,66
Não foi possível identificar	100	0	13,33

Fonte: Elaboração própria

Dentre os *reposts*, os que ocupam a maior parte do material são os vídeos produzidos por influenciadores ou criadores de conteúdo, totalizando 60,71% da categoria, como o exemplo do conteúdo da Emile Brito (@emilebrito) na Figura 3⁴³. Outros tipos de *reposts*, como cortes de entrevistas (Figura 4)⁴⁴ representam 35,71% do conteúdo e *reposts* de conteúdos diretamente da imprensa tradicional aparecem apenas uma vez em todo o material.

Tabela 2 - Reposts (%)

Repost/Outro	Voz das Comunidades	Alma Preta	Total
Influencer/criador de conteúdo	3,57	96,42	60,71
Imprensa tradicional	100	0	3,57
Outro	30	70	35,71

Fonte: Elaboração própria

⁴² Em todas as tabelas, a coluna Voz das Comunidades e Alma Preta, indicam a divisão percentual de *Reels* para cada perfil dentro da categoria indicada pela linha. A coluna “total”, indica o percentual de *Reels* que a categoria indicada pela linha ocupa em relação a população total de 60 *Reels*.

⁴³ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C5DxZxDqW4T/>

⁴⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/Cze0m-pvoTo/>

Figura 5 - Print repost de vídeo de influenciadora



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

Figura 6 - Print corte de entrevista



Fonte: Instagram Alma Preta Jornalismo

A maior parte do material, 65%, apresenta vídeos com alguma qualidade de produção. Mesmo quando percebemos que as imagens foram registradas de um celular, há algum tipo de tratamento ou edição, ainda que seja apenas a inserção de símbolos que identifiquem o veículo ou o produtor de conteúdo que o elaborou, como na Figura 6⁴⁵ O restante dos vídeos, correspondente a 35%, são amadores.

Tabela 3 - Tipo de vídeo (%)

Tipo de Imagem	Voz das Comunidades	Alma Preta	Total
Imagem produzida	23,07	76,92	65
Imagem amadora	100	0	35
Não foi possível identificar	0	0	0

Fonte: Elaboração própria

Figura 7 - Print Reels com logo do Voz das Comunidades



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

De todos os vídeos do universo observado, apenas um não possui legenda na postagem. De modo geral, as legendas nas postagens, são introdutórias ao conteúdo dos vídeos reproduzindo algum trecho do vídeo. Vídeos sobre curiosidades apresentam legenda em forma

⁴⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C2FqoO5AF78/>

de perguntas. Entre todos os vídeos apenas um tem a legenda sinaliza que há publicidade no conteúdo.

As ênfases de cena dos vídeos são construídas de forma variada; diversos planos de câmera são usados, desde *Point of View* (POV) até o plano aberto. Assim como há variedade de posicionamento de câmeras, também há de movimentos. Entre os vídeos amadores, é recorrente que a câmera esteja em movimento, contextualizando algum acontecimento ou indicando ênfase em alguma pessoa ou ação. Já entre os vídeos com algum nível de produção, a câmera, em geral, é fixa e registra algum influenciador ou influenciadora, ou vídeos com cortes e transições mais trabalhadas.

Os discursos e falas qualificadas formam as paisagens sonoras que mais aparecem nos vídeos, sendo 41,66% do total. Chama atenção que esse grande volume é composto apenas por vídeos da Alma Preta Jornalismo. Essas paisagens sonoras, junto com as entrevistas, que aparecem em 13,33% dos *Reels*, fazem com que mais da metade do material investigado tenha sua constituição sonora em cima da fala de alguma pessoa identificada no vídeo e que apresenta suas subjetividades dentro do contexto exposto. As pessoas responsáveis por essas falas abordam diferentes assuntos e são variadas: artistas, influenciadores, líderes religiosos, moradoras de comunidade e intelectuais. Som ambiente com 25% e músicas 18,33 %, são outras categorias de destaque nessa variável.

Tabela 4 - Paisagem sonora (%)⁴⁶

Paisagem sonora	Voz das Comunidades	Alma Preta	Total
Narração Jornalística	50	50	3,3
Narração cineregrafista (amador)	85,71	14,28	11,66
Música	63,66	36,36	18,33
Discurso / fala qualificada	0	100	41,66
Som ambiente	100	0	25
Entrevista	37,5	62,5	13,33
Outras	33,33	66,66	10
Não há	0	0	0

Fonte: Elaboração própria

⁴⁶ As categorias não precisam ser exclusivas nessa variável, podendo um *Reels* preencher mais de uma.

Diversas categorias de postagens que narram acontecimentos aparecem nos vídeos. *Reels* que englobam manifestações públicas, protestos e denúncias são os que mais se repetem, seja em casos de ocupação do espaço público, como na Figura 8, ou por meio de acusações, como as feitas pela candidata a vereadora de São Paulo, Simone Nascimento (Figura 8); elas representam 18,33% do conteúdo.

Figura 8 – Print manifestação de rua na altura da Rocinha



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

Figura 9 - Print vídeo de denúncias de Simone Nascimento



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

Vídeos que resgatam ou abordam temáticas históricas (Figura 10) são 15% do material, já o conteúdo centrado em alguma personalidade (Figura 11) atinge 13,33%. Vídeos relacionados a eventos (Figura 12) são 13,33%. Cotidiano (Figura 13), ações policiais (Figura 14) e curiosidades (Figura 15) são três categorias que representam 10% do conteúdo cada uma. Datas comemorativas (Figura 16) são tema de 6,66% dos *Reels*, enquanto 1,66% dos *Reels* são de projetos comunitários (Figura 17). A categoria “outros” equivale a 13,33% dos vídeos juntando distintas temáticas.

Tabela 5 - Tipo de postagem (%)⁴⁷

Tipo de Postagem	Voz das Comunidades	Alma Preta	Total
Evento	100	0	13,33
Projetos comunitários	100	0	1,66
Cotidiano	83,33	16,66	10

⁴⁷ As categorias não precisam ser exclusivas nessa variável, podendo um *Reels* preencher mais de uma

Ação policial	100	0	10
Data comemorativa	75	25	6,66
Temática histórica	0	100	15
Curiosidades	0	100	10
Personalidades	37,5	57,14	11,66
Manifestação/Protesto/Denuncia	20	80	16,66
Outros	50	50	13,33

Fonte: Elaboração própria

Figura 10 – Print de vídeo recontando a história da realeza europeia



Fonte: Instagram Alma Preta Jornalismo

Figura 11 - Print de Reels sobre Juliano Moreira



Fonte: Instagram Alma Preta Jornalismo

Figura 12 - Print de vídeo Xuxa e Rene participam do Pintando 7 no CPX do Alemão



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

Figura 13 - Print de Reels acompanhando a chuva em Manguinhos



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

Figura 14 - Print de vídeo de ação policial



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

Figura 15 - Print Reels sobre a língua hadza



Fonte: Instagram Alma Preta Jornalismo

Figura 16 - Print Reels encenação de Páscoa



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

Figura 17 - Print Reels Cláudia Abreu em projeto do Voz das Comunidades



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

De modo geral, de acordo com os dados apresentados dentro da amostra específica, os *reposts* dominam, representando quase metade do conteúdo. Esse número é sustentado pela Alma Preta Jornalismo, que ocupa 82,14% de vídeos que são *reposts*, com 96,42% deles vindo de influenciadores ou criadores de conteúdo. Ao contrário, o Voz das Comunidades tem 76,93% do seu conteúdo originado no próprio veículo. Parte do conteúdo do Voz das Comunidades não é produzida pelo perfil, circulando sem a identificação de origem nem créditos a quem pertence a produção, sendo enquadrada na categoria "Outros".

Esses dados nos apontam características distintas entre os perfis. Enquanto a Alma Preta usa a reprodução de conteúdo de influenciadores como uma forma de abertura de espaço para outros produtores, circulação de conteúdo e estratégia de constância de postagens, o Voz das Comunidades opta por conteúdos próprios ou gerados no universo das comunidades do Rio de Janeiro, preservando a origem de alguns vídeos.

A proposta diferente de comunicação das experiências também se mostra na produção dos vídeos. Dos vídeos que apresentam algum tipo de tratamento ou edição, 76,92% são da Alma Preta Jornalismo, enquanto todos os vídeos que apresentam imagens amadoras são do Voz das Comunidades. A relação com influenciadores e sua atuação como agência que oferece serviços de produção de conteúdo da Alma Preta Jornalismo parece influenciar na seleção das

postagens e na imagem construída pelo perfil, enquanto a atuação como ONG do Voz das Comunidades, a ideia de dinamismo e cobertura das favelas de dentro, com a presença física e a perspectiva dos moradores sobre os eventos, abre a possibilidade de reprodução de vídeos mais simples na construção da imagem do perfil.

Isso também é visto em outros atributos, como as cenas que variam em termos de ângulos e movimentos de câmera, com vídeos amadores frequentemente usando câmeras em movimento, enquanto vídeos mais produzidos tendem a ter câmeras fixas. Quanto à trilha sonora, discursos e falas qualificadas predominam (41,66%), sendo que esses vídeos são majoritariamente da Alma Preta Jornalismo, revelando o cuidado da agência não somente com as imagens, mas também com os discursos que circulam de seus conteúdos.

Os temas explorados nos *Reels*, que vão desde manifestações públicas até resgates históricos e perfis de personalidades, indicam um panorama rico e diversificado, onde questões sociais e culturais ganham destaque. Esse aspecto também dá forma ao modo como cada perfil se relaciona com seu público e aborda as questões de reconhecimento.

Essas abordagens distintas não apenas diferenciam a imagem construída por cada perfil, mas também evidenciam o modo que cada um desempenha na comunicação das realidades sociais que dizem representar.

4.2 QUESTÕES DE RECONHECIMENTO

Em todo esse tempo, temos nos orientado por uma perspectiva interacional. Desse modo, ao pensarmos os conteúdos, nos guiamos pela ideia de existência de um “outro presumido” na elaboração do conteúdo, que se coloca como o destinatário do conteúdo. Em um contexto de demandas e lutas por reconhecimento, entendemos que “escreve-se para alguém, e esse alguém é um interlocutor presumido, representante daquele horizonte de expectativas e contra o qual se quer lutar.” (Garcêz, 2015, p. 91).

A partir desse ponto, o primeiro aspecto no eixo que trata das questões de reconhecimento é para quem o conteúdo é destinado: se ele é direcionado apenas para dentro do grupo social, se ele visa comunicar apenas com interlocutores que não fazem parte do grupo, ou se a comunicação visa atingir tanto dentro quanto fora.

Inicialmente, houve uma grande dificuldade na construção dessa figura do “outro presumido.” Pensar um destinatário modelo de um conjunto de expectativas e valores carregados nos conteúdos envolve lidar com concepções interpretativas enraizadas na sociedade. Alguns elementos foram usados para nos ajudar a construir essa definição.

Para a comunicação direcionada para dentro do grupo, a construção de um “nós” que se diferencia do “eles”, câmera em primeiro plano com comunicação direta e o uso da primeira pessoa do plural como identificação, além do uso de referências que somente ganham sentido dentro de um determinado código do grupo social, foram importantes. Vídeos de alertas para a comunidade ou dicas e conselhos destinados a um grupo social também ajudaram a compor o entendimento de para quem o conteúdo está sendo destinado.

Temos como exemplo *Reels* da Alma Preta Jornalismo, de 11 de dezembro de 2023, que retrata a fala de Nego Bispo: “Eu vou falar de nós ganhando. Porque de nós perdendo, eles já falam”.⁴⁸ “Eu vou falar de nós ganhando. Porque de nós perdendo, eles já falam. ” O líder quilombola aborda o modo como pessoas negras devem falar sobre a trajetória dos afrodescendentes brasileiros, valorizando os aspectos do grupo social que se estabeleceram no processo histórico e não foram subjugados pelo colonialismo (Figura 18).

Figura 18 - Print vídeo de Nego Bispo

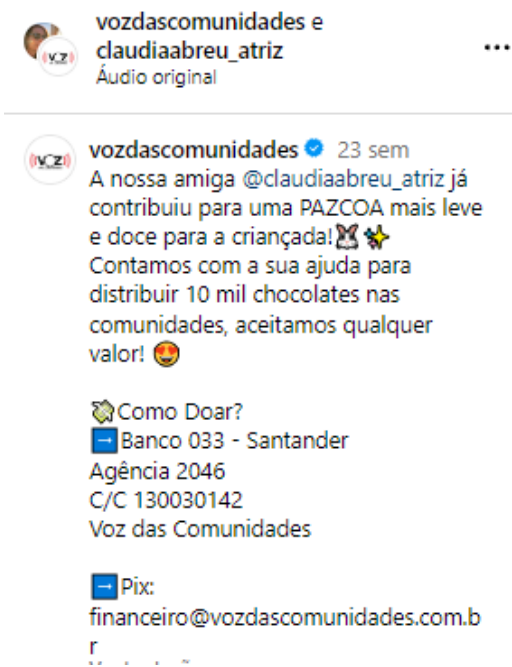


Fonte: Instagram Alma Preta Jornalismo

⁴⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C0trMWXuEn4/>

Para a construção do entendimento de uma comunicação que fala para fora do grupo social de origem dos vídeos, nos atentamos a elementos dos vídeos que abordam uma realidade desconhecida, pedidos de doações e ajuda, uso da primeira pessoa do plural como construção de proximidade e modéstia em vez de integração. Temos como exemplo a legenda de postagem do dia 20 de março de 2024 do Voz das Comunidades (Figura 19). Quando esses elementos estão em aberto, entendemos que a comunicação está direcionada para ambos.

Figura 19 - Print de tela com postagem do Voz das Comunidades



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

Desse modo, identificamos 11,66% de vídeos com a comunicação orientada para o grupo social. Da mesma variável, 6,33% do conteúdo é destinado apenas as pessoas que não formam o grupo social que protagoniza os vídeos. A maioria absoluta de 81,66% dos vídeos tem uma comunicação que não se restringe para dentro ou fora do grupo social abordado no conteúdo, sendo direcionado para ambos.

Tabela 6- Outro presumido (%)

Os Reels comunicam para?	Voz das Comunidades	Alma Preta	Total
Dentro do grupo	14,28	85,71	11,66
Fora do grupo	100	0	6,66
Ambos	51,02	48,97	81,66

Fonte: Elaboração própria

Uma das partes mais consideráveis do trabalho foi avaliar quais vídeos se relacionavam com as questões de reconhecimento. De todos os *Reels*, 86,66% associam-se de alguma forma com questões de reconhecimento segundo apresentadas no texto, aparecendo em 75% deles de forma direta, com alegações explícitas, quando há cobranças direcionadas ao Estado ou sociedade civil, afirmação de identidade, ou denúncias de degradação e desrespeito numa relação de déficit de reconhecimento, como no uso indevido e exagerado da força pelo Estado em ações policiais, que não reconhecem aqueles sujeitos como cidadãos e sujeitos direitos (Figura 20).⁴⁹

Tabela 7 - Relação com demandas por reconhecimento (%)

Demandas por reconhecimento	Voz das Comunidades	Alma Preta	Total
Sim	44,23	55,76	86,66
Não	87,5	12,5	13,33

Fonte: Elaboração própria

Figura 20 - Print de vídeo de abuso de força policial



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

⁴⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C2SS1SssTaX/>

Os 25% restantes dos *Reels* estão relacionados com questões de reconhecimento de forma indireta, onde as alegações não são tão objetivas, mas construídas pelo contexto, como na cobertura do carnaval, em que um vídeo do dia 14 de fevereiro de 2024⁵⁰ registra a comissão de frente da escola de samba Viradouro. Há a ênfase em uma serpente que faz referência à divindade Dangbé, da religião Vodun, de origem africana, como pode ser visto na Figura 21, enquanto o trecho “Ê alafiou, ê alafiá. É o ninho da serpente, jamais tente afrontar” é cantado. Apesar de não haver uma exigência direta por reconhecimento, o contexto do vídeo trata de uma celebração de raízes africanas e de um símbolo de resistência que faz parte de um ideário religioso. Há também a afirmação dessa manifestação na formação brasileira e um chamado de reverência do sagrado de um grupo que enfrenta tensões no reconhecimento da sua importância fundamental na formação da identidade cultural brasileira.

Figura 21 - Print de Reels de “Arroboboi Dangbé”



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

A nossa investigação sobre em que as demandas dos vídeos estão centradas, revela que 34,91% tematizam injustiças sociais. Apenas 11,53% reivindicam ou estão relacionadas à ação

⁵⁰ Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C3R9KI7g_Fd/

coletiva e 53,84% têm a ver com a celebração, valorização ou conquistas em ligação com a identidade coletiva ou individual que possa ocupar o lugar de referência para todo o grupo social.

Tabela 8 - Centralidade das demandas (%)

Centralidade das demandas	Voz das Comunidades	Alma Preta	Total
Tematizar injustiças	33,3	66,6	34,61
Reivindicações e Ações coletivas	100	0	11,53
Valorização/Celebração de identidades	39,28	60,71	53,84

Fonte: Elaboração própria

A partir da perspectiva interacional identificamos a importância de pensar para quem a comunicação é destinada, seja ela direcionada para dentro do grupo social, para fora dele, ou para ambos. A dificuldade inicial em construir a figura do "outro presumido" foi superada através de elementos como o uso de linguagem e referências específicas que ajudaram a interpretar o público de cada conteúdo.

No processo de análise, observamos que a maioria dos vídeos (81,66%) se comunica tanto com membros do grupo social quanto com pessoas externas a ele, demonstrando uma abrangência na circulação do conteúdo. Uma parcela menor dos vídeos (11,66%) se destina exclusivamente ao grupo social, utilizando uma linguagem que reforça a identidade coletiva, enquanto apenas 6,33% do conteúdo é voltado para interlocutores fora do grupo, demonstrando que os esforços por reconhecimento dos grupos não estão todos direcionados ao outro externo ao grupo.

Encontramos os temas dos vídeos majoritariamente voltados para a celebração e valorização da identidade coletiva (53,84%), reforça a ideia de que, nessas experiências de comunicação, celebrar a resistência e as conquistas do grupo social, fortalecendo sua identidade e legitimidade é forma reivindicação do reconhecimento pelo estabelecimento cultural.

4.3 ASPECTOS GERAIS DO CAMPO REPRESENTAÇÃO

Para apreendermos os dados do eixo de representação, trabalhamos com as variáveis e os elementos que o compõem de forma descritiva e aberta, em vez de quantitativa. Por identificarmos que existe uma pluralidade de representações e sobreposições de características, não foi possível antecipar códigos ou categorias. Essa opção nos deu maiores condições de

explorar e compreender o conteúdo e o modo como as representações são trabalhadas e adotadas pelos perfis, além do lugar que elas ocupam para esses produtores na luta por reconhecimento.

Eixos de poder e/ou subordinação estão presentes em todos os vídeos; eles fazem parte das estruturas das relações de poder que envolvem a construção e circulação de conteúdo e também refletem essas mesmas relações presentes no arranjo social. Esse registro nos permite observar como essas dinâmicas de poder são reproduzidas e contestadas.

Nesse momento da pesquisa, é a roleta interseccional que nos dá um primeiro suporte e direcionamento de olhar ao objeto, em que perguntamos: quais eixos de opressão e poder deixam marcas no discurso? Quais os primeiros marcadores de subjetividade de sujeitos e objetos que podemos identificar? Como eles aparecem no material como um todo? Como aparecem em cada experiência de comunicação?

Partindo dos questionamentos ao objeto, utilizamos a roleta, em primeira instância, como uma análise fragmentada. No primeiro acionamento, identificamos a maneira como esses rastros de marcações sociais vão aparecendo e como eles vão se encontrando, assim como suas ausências. Temos, desse modo, uma descrição geral da presença desses eixos nas postagens, conforme de nuvem de palavras abaixo:

Figura 22 - Eixos de opressão/poder totais



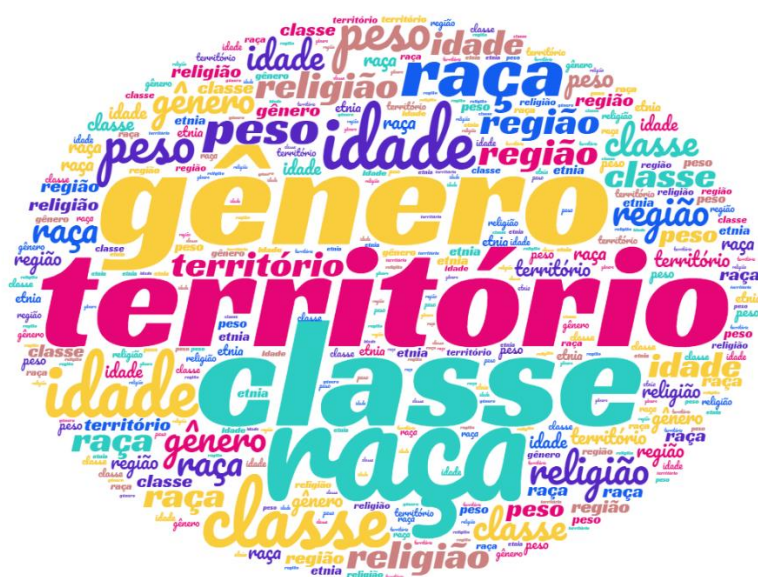
Fonte: Elaboração própria

Raça, gênero e geolocalização são os elementos de subjetividades que compõem os discursos que mais aparecem em nossa amostra. Os aspectos de geolocalização precisaram ser divididos em território, região e nacionalidade, conforme os contextos, encontros e

desencontros presentes nas postagens. Nessa separação, o território ganha destaque, ao lado de marcadores de classe, que aparecem logo após os marcadores de raça e gênero. Apenas uma postagem não é permeada por atravessamentos identitários.

Depois de uma identificação geral, buscamos olhar para as experiências de forma separada, encontrando as seguintes relações:

Figura 23 - Eixos de opressão/pode Voz das Comunidades



Fonte: Elaboração própria

Jornalismo⁵¹, em que é abordada a festa de Iemanjá, abrigada pela colônia de pescadores do Rio Vermelho. O vídeo é conduzido pela jornalista I'sis Almeida, uma mulher negra, que, ao iniciar a sua fala, apresenta um sotaque baiano. Temos no vídeo, como especialista para abordar o tema, a gestora cultural Cintia Maria, uma mulher negra da região do evento (Figura 25). Apesar de ser conduzido por pessoas negras e apresentar imagens de outras pessoas negras desfrutando da festa, a questão racial se torna o assunto central do vídeo com a escultura de Iemanjá de Rodrigo Siqueira (Figura 26), que tem a pele preta, como forma de questionar o embranquecimento da Rainha das Águas. Nesse momento, a subjetividade religiosa que aparecia em vídeo por meio de vestimentas e adereços (Figura 27) também toma frente no discurso.

As iluminações de marcadores sociais, como gênero, raça, região e religião, nos dão entendimento das relações interseccionais, tanto nas escolhas dos produtores de conteúdo quanto nas relações sociais simbolizadas no vídeo. Duas mulheres negras, com alguma relação com a região do evento, são as detentoras da fala; o som de tambores remete a festas e cultos de origem africana; a escolha cuidadosa de como inserir elementos religiosos no vídeo e a opção por imagens positivas, como a imagem de Iemanjá de pele preta, reafirmam as origens africanas daquela tradição, revelando um conjunto de interseccionalidades que fundamentam as representações e a mensagem do vídeo.

O *ethos* interseccional construído no e pelo discurso da postagem está localizado simbolicamente em uma luta por reconhecimento, que, no vídeo, expressa também uma natureza interseccional. Essa atuação nos faz refletir se outro veículo ou uma experiência de comunicação de outra origem teria abordagens, escolhas e direcionamentos parecidos para tratar do tema. Aliás, haveria espaço para o tema em outras experiências?

⁵¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C2hivwkLSrZ/>

Figura 25- Print fala de Cintia Maria em Reels



Fonte: Instagram Alma Preta Jornalismo

Figura 26 - Print Iemanjá em Reels



Fonte: Instagram Alma Preta Jornalismo

Figura 27 – Print Reels de festa de Iemanjá



Fonte: Instagram Alma Preta Jornalismo

Devemos lembrar que nem todas manifestações das relações de poder e hierarquia social presentes nos elementos e sujeitos dos *Reels* geram representações importantes ou são mobilizadas da mesma forma nos discursos que compõem as representações. Por exemplo, em *Reels* da Alma Preta Jornalismo, com a legenda “Por que não vemos uma grande disposição dos brasileiros para combater com o racismo no nosso próprio país?”⁵² o criador de conteúdo Guilherme Machado questiona o porquê a mobilização, a disposição e o combate ao racismo por brasileiros é diferente quando o crime é cometido por argentinos do que quando é cometido no Brasil por outros brasileiros. Há uma relação de nacionalidade na questão trazida, em que ela gera afetações, identificações e comportamentos na interação com a questão racial, porém, a representação construída no vídeo não é desenvolvida por meio dessa dimensão da identidade. Não há a construção, por exemplo, da representação do argentino como racista.

⁵² Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CzTjGIwOIgy/>

O foco das representações não se deu apenas por representações humanas. Confirmando expectativas, a representação da favela apareceu de forma recorrente no Voz das Comunidades. As imagens e narrativas veiculadas sobre a favela revelam uma perspectiva que valoriza a complexidade e a riqueza do cotidiano nas favelas, buscando não apenas criar uma imagem positiva que inverta estereótipos de forma binária, mas que capture suas nuances. Em vídeo do dia 01 de março de 2024⁵³ sobre o aniversário do Rio de Janeiro, a construção da identidade da cidade a partir da favela e construção da incorporação da cidade na identidade da favela é representada por essas nuances (Figura 28), exemplificada também na frase “Quem não ama o RJ sabe pouco da vida e quem não odeia, sabe muito menos.”

Figura 28 - Print Reels Rio 459 anos



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

A metodologia adotada, centrada na roleta interseccional, permitiu uma compreensão de como estruturas de poder e opressão são reproduzidas, contestadas e representadas nos *Reels*

⁵³ <https://www.instagram.com/reel/C3-7U4wRbLQ/>

analisados. Por ela é revelada a complexidade e a interseção de diversos marcadores sociais, como raça, gênero, região e território, que são mobilizados de formas distintas nas postagens, conforme seus atravessamentos acontecem. A partir da identificação desses marcadores e de suas combinações, foi possível explorar a forma como as representações são construídas e quais elementos são fundamentais para essa construção, refletindo também as dinâmicas de poder e as negociações interseccionais que podem ser iluminadas pela representação.

5 ANÁLISE: DISCUSSÃO

Neste capítulo, discutimos os principais pontos que nos chamaram a atenção ao longo do contato com o material e que apresentam uma proximidade maior com a discussão teórica desenvolvida nos dois primeiros capítulos da nossa pesquisa. Acreditamos que esses eixos de discussão são importantes para o desenvolvimento do nosso trabalho, a fim de chegarmos a uma resposta para nosso problema principal.

Na primeira parte, ao realizarmos o exercício da roleta interseccional para as postagens, confirmamos nossa argumentação de que há um déficit interseccional no pensamento de Taylor e Honneth, ao identificarmos aspectos que caracterizam a natureza das lutas como interseccionais. Depois, abordamos a existência de ideários fora da estrutura normativa, que oferecem meios alternativos de construção de identidade, permitindo que grupos marginalizados alcancem reconhecimento. Esses ideários, como territorialidade, ancestralidade e religiosidade, revelam novos caminhos para a emancipação e autonomia.

Na segunda parte, nossa atenção é voltada para a linguagem. Estruturante do processo representacional, abordamos sua atividade na construção dos discursos presentes nas postagens. Dentro do espaço das mídias especializadas, ela encontra papel crucial no compartilhamento de experiências que ressignificam vivências individuais em pertencimento coletivo. Também identificamos sua importância na visibilidade de lutas e como meio de nomear injustiças e promover a integração política de grupos marginalizados.

Por último, articulamos o papel da representação na luta por reconhecimento. Retomamos pontos anteriores, tanto da análise de resultados quanto da análise teórica, para compreender essa atuação. Identificamos algumas características das representações sobre a centralidade das demandas por reconhecimento no conteúdo. Compreendemos como as interseccionalidades são mobilizadas no contexto do processo comunicativo dos perfis estudados. Foram também abordadas as construções de imagens positivas e a fuga da relação com imagens de controle.

5.1 NATUREZA DAS LUTAS E IDEÁRIOS DE RECONHECIMENTO

Na compreensão da dinâmica estruturante da sociedade como interativa, sendo a base da interação o conflito, podemos localizar como eles estão postos na realidade social. A base estruturante da intersubjetividade é o conflito, e sua gramática moral é a luta por reconhecimento (Nobre, 2009). A luta por reconhecimento é o elemento que “move e se constitui a subjetividade e a identidade individual e coletiva” (Nobre, 2009, p. 17).

Para Honneth (2009), as normas desse ordenamento social que vêm da modernidade e se configuram no capitalismo têm no reconhecimento três esferas. A percepção do não reconhecimento ou a sensação de desrespeito nessas esferas seria o motor primeiro para os conflitos de reconhecimento. Entretanto, para nós, as lutas por reconhecimento vão além dos desvios dessas esferas, pois as promessas de realização delas nunca estiveram postas a todos.

Para avançarmos na nossa análise, temos o amor, o direito e a estima social como dimensões que, juntas, para Honneth, contemplariam toda a estrutura de reconhecimento. Porém, é da ausência da possibilidade de realização inata dessa estrutura que admitimos a coexistência de outros ideários, que estão localizados no processo histórico como forma de resistência, manutenção da identidade ou possibilidade do novo.

Fazemos coro a Rogers (2009)⁵⁴ que Honneth não aborda de maneira adequada o fato de que, historicamente, grupos marginalizados utilizam outros meios para forjarem suas identidades e o senso de dignidade que lhes é negado na estrutura social. Esse resgate de identidade é feito por ideários que não estão abarcados no universalismo ocidental.

Esses ideários funcionam na relação e também como ponto de partida para espaços de ancoragem para o grupo social no desenvolvimento de uma comunidade de reconhecimento. São criadas estruturas de reconhecimento mútuo através das práticas do grupo. Podemos retomar o exemplo em nosso texto dos processos intersubjetivos do Feminismo Negro na valorização da cultura das mulheres negras, que são independentes do reconhecimento estrutural, permitindo a elas uma autodefinição como um movimento de autonomia, que de outra forma lhes é negada.

Não estamos rejeitando a estrutura de reconhecimento de Honneth, mas considerando a coexistência de respostas para o não reconhecimento fora da estrutura proposta pelo autor, onde, por meio do simbólico, indivíduos de grupos marginalizados podem construir espaços de reconhecimento intersubjetivo em que podem forjar uma identidade coerente de si mesmos e uma comunidade política em outras bases, trazendo novas perspectivas sobre emancipação.

Acreditamos que há um déficit interseccional na abrangência de Honneth sobre as identidades e, especialmente, sobre os conflitos, já que as opressões e as experiências de

⁵⁴ Rogers (2009) argumenta que os negros dos Estados Unidos utilizaram o seu imaginário religioso, em particular através da reinterpretação de narrativas cristãs como a história do Êxodo, como meio de forjar um sentido de comunidade e de identidade face à ameaça existencial representada pela escravidão. Este enquadramento religioso proporcionou uma fonte de esperança e de autoridade moral que os ajudou a resistir à desumanização que enfrentavam.

desrespeito são intersectadas. Isso pode ser visto na construção das experiências de comunicação de grupos marginalizados no espaço digital e na maneira como as representações são mobilizadas. Trazemos alguns exemplos desses aspectos encontrados no material e, depois, nos movemos para a identificação de três ideários, como formas alternativas de construção de identidade e legitimidade: o ideário da territorialidade, o ideário da ancestralidade e o ideário religioso.

As lutas por reconhecimento nem sempre possuem opositores e objetivos bem definidos. Identificar os danos e as experiências negativas de reconhecimento não dá conta da compreensão das relações de poder que formam as injustiças. Se pensamos em uma abordagem interseccional, a vida das pessoas não é formada por um único eixo. Em um contexto de múltiplos eixos que se atravessam e influenciam, opositores, objetivos e conflitos podem ser “móveis”.

Na Alma Preta Jornalismo, a perspectiva reforçada é a de raça. Como padrão, partimos dela como uma haste fundamental e, assim, podemos perceber como ela se cruza com outros marcadores sociais, construindo uma natureza interseccional de conflitos e identidades. Podemos observar na postagem de origem da Figura 5, sobre a discussão do cabelo crespo natural, que, no primeiro momento, temos a questão racial e a relação do penteado Black Power (Figura 29) com o movimento negro. Mas, conforme o discurso se constrói, percebemos o envolvimento de questões de gênero, como a tradição de povos e imagens destacando a relação entre gênero e penteado (Figura 30), assim como rastros de relações de poder de geolocalização e religião (Figura 31).

Figura 29 -Print Movimento Black em Reels



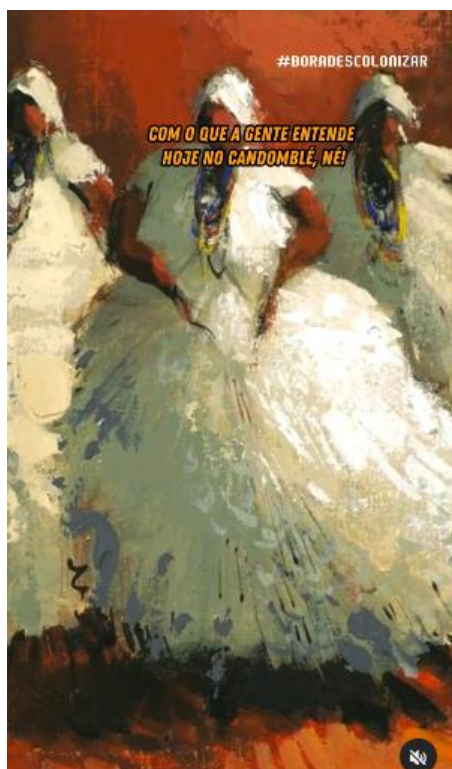
Fonte: Instagram Alma Preta Jornalismo

Figura 30 - Print jovem somali em Reels



Fonte: Instagram Alma Preta Jornalismo

Figura 31 - Print representação candomblé em Reels



Fonte: Instagram Alma Preta Jornalismo

Apesar do ponto de partida padrão ser a perspectiva racial dentro da Alma Preta Jornalismo, podemos observar que ela não é a única. Como vemos na postagem do dia 22 de janeiro de 2024,⁵⁵ na construção da representação da jovem influenciadora Areta Sanko, da família Sanko (@sankofamily), e suas reivindicações (Figura 32).

Seguindo no uso da roleta interseccional, em primeiro plano temos a construção da Areta como uma pessoa com deficiência, sendo o primeiro marcador iluminado a “cor primária” do primeiro giro. Entretanto, ao desenvolver o discurso da narrativa cinematográfica, outros marcadores vão aparecendo e sendo iluminados pela roleta, dando complexidade à identidade.

Ao girarmos a roleta e procurarmos novos atravessamentos, encontramos a idade, que formará não uma identidade do somatório deficiência + idade, mas, assim como a junção de cores primárias resulta em uma cor secundária, ser uma criança com deficiência é um universo novo. As conexões entre raça e gênero também são categorias importantes na construção da Areta como sujeita do vídeo e no modo como ela aborda o tema, denunciando a violência obstétrica sofrida por ela e sua mãe, que é um problema social de gênero e se torna mais

⁵⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C2Z0lRErDfq/>

agravante no atravessamento entre gênero e raça, já que mulheres negras são as maiores vítimas de violência obstétrica no Brasil.⁵⁶

Figura 32 – Print Reels da Influenciadora Areta



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

A consciência da natureza interseccional das identidades reflete também na escolha de quem ocupa os espaços nos perfis e no conteúdo que circula. Quando esses perfis cumprem o papel de visibilidade e de luta, a abertura de espaço para produções e produtores a partir dessa tomada de consciência traz essa perspectiva para a construção e circulação de significados. Um dos exemplos encontrados que podemos trazer é a Alma Preta Jornalismo ao repostar conteúdos da Giovanna Heliodoro (@transpreta), uma mulher trans negra (Figura 33).

⁵⁶ O tema poderia mover um atravessamento de classe também, mas não é encontrado rastro desse marcador social no vídeo.

Figura 33 - Print Reels de Giovanna Heliodor



Fonte: Instagram Alma Preta Jornalismo

São adicionadas subjetividades, que na relação com as outras subjetividades presentes no perfil e contexto com os usuários alcançados da plataforma, formarão uma identidade coletiva heterogênea, construída intersubjetivamente. A identificação das múltiplas identidades e, principalmente de suas interseccionalidades dão o tom dos conflitos por reconhecimento desempenhados pelo grupo.

No Voz das Comunidades, a perspectiva do território como origem é o padrão, como em postagem de 26 de fevereiro de 2024,⁵⁷ “Operação CPX do Alemão.” A postagem retrata a tentativa de moradores de descerem corpos de pessoas mortas em confronto com policiais para pista, sendo impedidas e intimidadas por policiais.⁵⁸ Temos uma relação primária com o território, indicada nas legendas da postagem e do vídeo (Figura 34), assim como na localização

⁵⁷Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C32j7pWgqSX/>

⁵⁸ Em determinadas comunidades as pessoas necessitam descer com os corpos até algum ponto que possam ser atendidas pelo Instituto Médico Legal (IML), pois o IML não sobe o morro e se os corpos ficarem com a polícia eles podem “desaparecer” ou serem despejados em outra área para alterar estatísticas de segurança pública

do acontecimento. Em novos giros da roleta, percebemos que a denúncia sobre a violência e a sensibilidade do tema se juntam a outros marcadores sociais, expondo as interseccionalidades presentes nas opressões e violências expostas no vídeo.

Figura 34 - Print Reels de operação policial



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

Raça, gênero e classe (Figura 35 e Figura 36) são categorias que, juntas ao território, têm uma função imprescindível para a compreensão das opressões e relações de poder que envolvem a cena. Atravessamentos que, na estrutura social, ditam quem se expõe a matar e morrer, seja por estar à margem, seja por representar o Estado, assim como quem tem direito de enterrar seus corpos ou não. A negação do reconhecimento que segue mesmo após a morte.

De acordo com o último Anuário de Segurança Pública,⁵⁹ 82,70% das vítimas de intervenção policial são de pretos ou pardos, sendo majoritariamente homens jovens. Mais da metade do efetivo de Praças da PMERJ é formado por pessoas negras⁶⁰. A distribuição da

⁵⁹ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>

⁶⁰ Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Racializa%C3%A7%C3%A3o_da_Pol%C3%ADcia_-_Breves_considera%C3%A7%C3%B5es_sobre_o_lugar_de_policiais_negros_na_PMERJ_diante_da_cultura_de_viol%C3%Aancia_da_institui%C3%A7%C3%A3o#O_Contexto_de_constru%C3%A7%C3%A3o_da_PMERJ_e_a_cultura_de_viol%C3%Aancia

violência armada está concentrada em zonas periféricas e de menor poder aquisitivo do Grande Rio.⁶¹

A construção do vídeo como forma de denúncia não pode ser compreendida pelo prisma solo do território; os outros atravessamentos sociais formam a condição do porquê daquelas violências acontecerem naquele espaço, com anuência do Estado e da insensibilidade de parte da sociedade civil.

Figura 35 – Print Reels de operação policial



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

⁶¹ Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/dados/relatorios/grande-rio-primeiro-semester-2024>

Figura 36- Print Reels operação policial



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

Assim como na Alma Preta Jornalismo, encontramos exemplos de vídeos que partem de perspectivas além da racial para a construção do entendimento discursivo e das relações de poder envolvidas no contexto dos *Reels*. No Voz das Comunidades, temos perspectivas desde construções sociais que não têm no território a haste fundamental do primeiro giro da roleta.

Podemos acionar o vídeo de origem da Figura 37, em que há a encenação de um assalto, pelo MC Henrique da 04. A primeira haste que temos iluminada na metáfora da roleta é a raça. Após a retirada da máscara balaclava (Figuras 37 e 38), a categoria idade se junta à raça. Conforme o discurso narrativo vai sendo construído, temos as hastes de classe, gênero e território iluminadas, formando a força de dominação sobre a pessoa no vídeo, que organiza o contexto de opressão e as injustiças sociais expostas no *Reels*.

Figura 37 - Print Reels Henrique da 04



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

Figura 38 - Print Reels Henrique da 04



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

Ainda pensando no horizonte do território, para termos a compreensão do modo como ele é concebido e mobilizado pelos moradores da comunidade, precisamos ir além das estruturas de Honneth. O território move a esfera do direito e da estima social, pelas relações jurídicas e pela comunidade de valores, sinalizando o desrespeito na privação de direitos e na degradação.

O território tem uma dupla conotação, material e simbólica, ligada ao poder e à ideia do Estado territorial (Haesbart, 2008). A lógica de ocupação das favelas, dos confrontos que deixam corpos no chão, como no vídeo de origem da Figura 34, segue pelo reconhecimento no domínio, território compreendido na esfera do direito. Pertencimento por fronteiras, ocupações e as leis que devem ser regidas no espaço, apropriações simbólicas e politicamente estruturadas.

Porém, quando essa categoria é mobilizada pelo Voz das Comunidades, é mobilizada pelo ideário da territorialidade. A categoria transforma-se do território para o "território usado" (Santos, 1999). O grupo, que tem o reconhecimento negado do seu território pela “cidade formal,” na territorialidade, realiza-se no seu uso e espaço.

A territorialidade carrega uma dimensão política, mas não especificamente normativa. O reconhecimento está envolto em suas próprias concepções, enquanto espaço múltiplo, diverso, em diferentes combinações materiais e simbólicas, expressadas no cotidiano e no modo como se organizam e dão significado ao lugar.

Inclusive, a territorialidade pode existir sem território, por se tratar de uma dimensão imaterial (Haesbart, 2008). Em vídeo do dia 08 de outubro de 2023, em evento de funk na Apoteose (Figura 34), no bairro Cidade Nova, no Rio de Janeiro, quando é anunciada a Trilogia do Santo Amaro como atração, não são apenas as músicas dos DJs do Santo Amaro que irão tocar; é a territorialidade do Santo Amaro que está sendo levada, mesmo o território concreto do evento sendo outro. Há uma comunidade de valores do que é ser do Santo Amaro expressada.

Figura 39 - Print Baile na Apoteose



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

Da mesma forma, podemos ter o exemplo da ancestralidade como uma dimensão mobilizada pela Alma Preta Jornalismo, que traz estruturas de reconhecimento que não se encaixam na sistematização de Honneth. Em uma postagem sobre o que é identidade (Figura 40), do dia 12 de março de 2024, temos a seguinte legenda: “O que nos define como povo vai muito além dos marcadores estéticos, mas com toda certeza, os traços que vemos são os que conectam diretamente à nossa ancestralidade africana.”

Figura 40 - Print Reels sobre identidade



Fonte: Instagram Alma Preta Jornalismo

No vídeo, temos a construção da identidade racial formada por características fenotípicas e culturais, que, ao mesmo tempo, é autodefinida e intersubjetiva, na relação com os pais, com a cultura do grupo e conectada à ancestralidade. Essas meninas só podem se autodefinir porque se entendem como parte de um povo. A relação de reconhecimento e pertencimento ligada ao ideário de ancestralidade não encontra equivalência exata nas estruturas de Honneth, apesar de dialogar com as esferas propostas pelo autor.

O ideário religioso é identificado no material como uma forma de superação do não reconhecimento, desenvolvendo concepções próprias que criam estruturas de afirmação do “eu” e da comunidade frente ao não reconhecimento. Trazemos como exemplo uma postagem do dia 02 de outubro de 2023,⁶² em que a criadora de conteúdo Jacqueline Santos compartilha um provérbio Yorubá (Figura 41).

Parte da legenda diz: “Respeite seu processo, OSÚN traz o brilho que só pertence a você!!” Jacqueline inicia o vídeo saudando Osún e, ao longo do vídeo, compartilha o provérbio: “Um pedaço de ouro que quer brilhar precisa passar pelo fogo. ” No restante do vídeo, ela

⁶² Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/Cx5ceoPOKqO/>

discorre sobre a importância de respeitar os processos da vida, explicando que as fases adversas são necessárias para que o brilho próprio se torne mais reluzente.

Figura 41 - Print Reels de provérbio Yorubá



Fonte: Instagram Alma Preta Jornalismo

Por meio das representações, capta-se a gramática interseccional dos conflitos. O entendimento de que as identidades e as lutas sociais são construídas de forma interseccionada, no atravessamento de diversos marcadores sociais, reflete-se na forma como o conteúdo é desenvolvido e no espaço dado a essas questões nos perfis analisados.

As representações não apenas capturam, mas participam ativamente da construção interseccional das lutas, sendo utilizadas como ferramentas de disputa no campo simbólico, que se manifesta também nas práticas sociais. A perspectiva de raça como eixo fundamental nas representações da Alma Preta Jornalismo e a de território no Voz das Comunidades confirmam um horizonte de luta assumido por essas experiências. Há uma complexificação das representações de acordo com a complexificação das demandas por reconhecimento no contexto dos vídeos.

Dessa forma, outros marcadores sociais são iluminados na construção do discurso e na compreensão da luta, revelando as forças de dominação presentes na sociedade. Entretanto, a

perspectiva racial na Alma Preta Jornalismo e a de território no Voz das Comunidades não são os únicos pontos de partida para as construções representacionais. Através da análise das representações, conseguimos identificar outros eixos fundamentais, que, no exercício da "roleta", combinam-se a outros marcadores sociais, formando novas identidades de luta.

Três ideários foram exemplificados nas dinâmicas das relações de poder, os quais trazem possibilidades de reconhecimento que não dependem da estrutura normativa que nega essa possibilidade aos grupos marginalizados: os ideários de ancestralidade e religião, explorados na Alma Preta Jornalismo, e o de territorialidade, no Voz das Comunidades.

5.2 LINGUAGEM E LUTAS EM DISCURSO

A linguagem e seus desenvolvimentos são parte de um processo constitutivo do pensamento e da compreensão do mundo, sendo o meio pelo qual pensamentos são traduzidos em uma cultura. É por meio dela que valores e sistemas de significados são construídos, se materializando e, assim, compondo a realidade vivida.

As representações e as lutas sociais passam por essa construção de sentidos alicerçada na linguagem, carregando em si as marcas das relações de poder que moldam a sociedade. Ela opera tanto como instrumento de dominação quanto de resistência, permitindo que grupos sociais expressem e construam suas identidades, além de articular suas demandas.

Desse modo, um dos primeiros percursos da análise foi a relação da linguagem com as representações e lutas sociais, inseridas no contexto de demandas por reconhecimento. Essa relação evidencia como a linguagem pode ser utilizada para legitimar identidades, fortalecer e construir narrativas de resistência, além de questionar as estruturas de poder estabelecidas. Ao mesmo tempo, serve como ferramenta para desafiar e redefinir os significados e representações atribuídos às experiências dos grupos marginalizados.

A linguagem traz em si a possibilidade do novo (Arendt, 2000), o que também se reflete nas potencialidades do "eu criativo" e de novas representações. As competências linguísticas dos indivíduos diante desse "eu criativo" os impulsionam à ação, permitindo uma autoavaliação e o reconhecimento de si mesmos e do mundo ao redor, além da reconfiguração de seus valores. Em um vídeo da Alma Preta Jornalismo, publicado em 4 de março de 2024, a criadora de conteúdo Emile Brito aborda o penteado Bantu Knots (Figura 42), que ficou estigmatizado no Brasil como penteado de “nega maluca”.

A linguagem foi utilizada para associar uma expressão estética e cultural de mulheres negras a um comportamento negativo. Emile Brito disputa essa função simbólica e resgata o

nome e a história do penteado, lembrando que ele não era meramente estético, mas também sinalizava pertencimento cultural, representando resistência e resiliência de uma população preta diaspórica.

Figura 42- Print Reels Bantu Knots



Fonte: Instagram Alma Preta Jornalismo

Muitos dos atributos presentes nos estereótipos de grupos marginalizados são visões distorcidas de aspectos desses grupos. Quando a influenciadora rejeita uma suposição que utiliza um aspecto cultural para reforçar um estereótipo de comportamento, também rejeita as concepções daqueles que se atribuíram a posição de autoridade para descrever e analisar a realidade (Collins, 2016). Essa atuação faz parte da dinâmica de poder envolvida nas definições das imagens do *self* e da comunidade (Collins, 2016).

A própria produção de conteúdo por mulheres negras e outros grupos marginalizados demonstra a expressão criativa explorada por meio da linguagem. A necessidade de criatividade, ainda que em esferas limitadas, tem o papel de documentar conquistas e afirmar subjetividades. “Criatividade é uma esfera de liberdade, uma esfera que a ajuda a lidar com a vida cotidiana e a transcendê-la” (Collins, 2016, p. 112).

Em um *Reels* do dia 23 de março de 2024, também da Alma Preta Jornalismo, observamos o uso criativo da linguagem pela arte incorporada à luta. O artista e MC Henrique da 04 (@henriqueda04) subverte a representação da cena de um assalto por meio da poesia, quebrando a expectativa de confirmação de estereótipos e denunciando uma injustiça social. Ao abordar o valor da informação e da educação e a maneira como a opressão é perpetuada ao serem negadas, a linguagem agressiva, característica da imposição em atos criminosos, é utilizada para reverter o pensamento de quem está sendo a vítima dessa estrutura.

Figura 43 - Print Reels Henrique da 04



Fonte: Instagram Alma Preta Jornalismo

Esse ato também se torna um meio de dar visibilidade a uma injustiça e a uma demanda. Expor um tema é fazê-lo existir na esfera pública, e a linguagem acionada de forma criativa é um recurso para tal. Há uma abertura de espaço que possibilita a formulação e apresentação de novas gramáticas morais por meio de novas representações. Ao se deparar com o discurso, há o desvelamento do problema e também do sujeito que antes era invisível no espaço social.

Há um importante movimento de expor os problemas e os desrespeitos, principalmente nomeando as injustiças. Seja como forma de denúncia, seja para pleitear o reconhecimento, a

construção de um vocabulário comum e inteligível é importante para a integração política do grupo e até mesmo para seu agir como comunidade na esfera pública.

Em um *Reels* de 29 de novembro de 2023, do Voz das Comunidades, é feita a denúncia da ação de policiais militares. É exposto na legenda do vídeo e da postagem que os policiais invadiram e roubaram a casa de uma moradora.

Policiais do Batalhão de Choque estão realizando uma operação nesta manhã de quarta-feira no Complexo da Maré, nas localidades conhecidas como Nova Holanda e Parque União. Uma moradora gravou um vídeo e denunciou que policiais militares invadiram sua casa e roubaram pelo menos 2 perfumes. Não havia ninguém em sua casa na hora. (Voz das Comunidades – 29 de novembro de 2023)

Nomear de forma transparente o roubo e, por meio de um enquadramento a partir do grupo marginalizado, deixa nítido o que está acontecendo. Quando se trata das favelas, apenas reportar os fatos não se torna efetivo, pois a versão tomada como oficial, principalmente na cobertura jornalística, é a policial (Amaral, 2019). Não é uma revista, não é uma operação padrão, não é uma fiscalização, quando se pontua que a polícia está sendo acusada de invasão e roubo. A partir do entendimento comum do que está acontecendo, podem ser cobradas resoluções, como no caso exemplificado, em que houve cobrança por alguma resposta da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Impede-se, assim, que se reforcem as representações do morador da favela como criminoso, suspeito ou alguém sempre a desconfiar, representações essas que legitimam a violência e os abusos policiais sobre esse grupo.

A abreviação “CPX”, usada na legenda dos vídeos para se referir aos complexos de favelas, é outro exemplo de como a linguagem é essencial para produzir novas representações e novas gramáticas. Na corrida presidencial de 2022, foi disseminado em redes bolsonaristas que a sigla estaria relacionada ao crime e ao tráfico de drogas,⁶³ após a aparição do então candidato Luiz Inácio Lula, que usava um boné com a abreviação. A sigla, que é parte de um vocabulário público comum nas comunidades e periferias, foi aderida como símbolo de luta, pois a divulgação desse conteúdo falso mobilizava estereótipos negativos da favela relacionados ao crime. Não só o verdadeiro significado da sigla foi levado ao espaço público, mas também a afirmação de uma identidade que havia sido atacada.⁶⁴

A construção de conteúdo com uma linguagem didática é uma característica marcante da Alma Preta Jornalismo. Falas pausadas, boa dicção, uso de exemplos, às vezes imagens sobre

⁶³ Disponível em: <https://vozascomunidades.com.br/fato/e-mentira-que-bone-usado-por-lula-durante-caminhada-no-complexo-do-alemao-e-relacionado-ao-trafico/>

⁶⁴ Ver discussão em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pp2QOHjOOWc>

o tema e roteiros explicativos dão o tom dos conteúdos produzidos pela agência, colocando as pessoas negras, que protagonizam os vídeos, como produtoras de conhecimento, portadoras de uma cultura rica e muitas vezes intelectualizada.

Em vídeos retirados de *podcasts*, como o de origem da Figura 3, com a participação de Djamila Ribeiro, ou em peças próprias com roteiro e edição mais elaboradas, como no vídeo de origem da Figura 45,⁶⁵ em que é contada a história de vida de Luiz Gama, o cuidado com a qualidade do conteúdo — seja na escolha das palavras, nas referências culturais ou na clareza das explicações — reforça o compromisso da Alma Preta Jornalismo em disseminar conhecimento.

Figura 44 - Print do Reels Dica Preta



Fonte: Instagram Alma Preta Jornalismo

Há o espaço de fala e de reconhecimento de pessoas negras ou de outras minorias sociais como detentoras de fala qualificada. Se no Voz das Comunidades não temos essa característica

⁶⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C0ZSsfLEXQ/>

do discurso didático e explicativo tão operante, o espaço para fala de pessoas marginalizadas pode ser encontrado de maneira similar.

Em postagem do dia 14 de janeiro de 2024⁶⁶ o Voz das Comunidades em cobertura de enchente que devastou parte da Favela do Acari, abre espaço para que duas moradoras vítimas da enchente, devidamente identificadas, contem o que aconteceu, seus sentimentos e as demandas delas pela resolução dos problemas e destruição deixada na comunidade.

Figura 45 - Print Reels sobre enchentes em Acari



Fonte: Instagram Voz das Comunidade

Referências, intertextualidade e contexto são elementos explorados pela Alma Preta Jornalismo. Em vídeos curtos, esses recursos funcionam para conectar os espectadores a ideias e conceitos mais amplos, permitindo que as limitações do tempo sejam ultrapassadas. Em *Reels* do dia 14 de fevereiro de 2024,⁶⁷ a Alma Preta Jornalismo publicou conteúdo da influenciadora

⁶⁶ Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C2GWgi_sC8W/

⁶⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C3S6MpFLCP7/>

Aia Dourado (@aiadourado), lendo trecho do livro *O avesso da pele*⁶⁸ (Figura 46), abordando questões de identidade e luta por reconhecimento, tanto pelo trecho lido, quanto pelo ato em si.

Figura 46 - Print Reels O Averso da Pele



Fonte: Instagram Alma Preta Jornalismo

De forma geral, a mídia especializada, ao compartilhar experiências, atua como um espaço para construção de uma semântica coletiva. Os *Reels* funcionariam como ponte semântica que possibilita a generalização dessas vivências e a construção de uma relação mais profunda entre os grupos de comunicação e as identidades coletivas que representam. Essa ponte permite que as experiências individuais sejam reinterpretadas em um contexto mais amplo, fortalecendo a identidade de um grupo e ampliando seu alcance.

A apropriação e a resignificação de termos e símbolos, como no caso do penteado Bantu Knots, demonstram a capacidade desse processo de desafiar as narrativas dominantes e de construir novas relações de poder nas dinâmicas das imagens do *self*, que podem ser

⁶⁸ *O Averso da Pele* é um livro de Jeferson Tenório, vencedor do Prêmio Jabuti de Romance Literário em 2021. O livro trata de questões raciais, tratando de temas como violência policial, racismo, fetichização e sexualização de corpos negros. O livro vem sofrendo ataques desde 2022, que culminaram na orientação da Seduc-RS para retirada dos livros das escolas da região.

reinterpretadas em comunidade. Esses processos não apenas promovem a visibilidade das culturas e identidades, mas também incentivam um senso de pertencimento entre os indivíduos.

5.3 ARTICULAÇÃO ENTRE REPRESENTAÇÃO E LUTA POR RECONHECIMENTO

Após a análise dos eixos anteriores e uma compreensão mais ampla do comportamento das experiências de comunicação do Voz das Comunidades e da Alma Preta Jornalismo, podemos nos direcionar para a inter-relação e o papel da representação na luta por reconhecimento nas experiências investigadas.

Resgatamos alguns números que nos chamam a atenção na relação dos vídeos com as demandas por reconhecimento, presentes na Tabela 9. Dos vídeos que apresentam relações com demandas de reconhecimento, apenas 11,53% convocam ou são de manifestações ou ações coletivas em espaços públicos.

Isso não significa que os perfis não trabalhem a compreensão de experiências de não reconhecimento como degradantes, que gerem a necessidade de organização coletiva para superá-las, já que 34,91% dos *Reels* têm como tema principal sinalizar injustiças sociais.

A articulação de representações que confrontam estereótipos, acionadas por meio da linguagem, para a compreensão das experiências de desrespeito compartilhadas, é mais frequente do que a articulação para a tomada de ações coletivas no espaço público. O uso do Instagram como via para a tomada de consciência, por meio da criação de um vocabulário comum, se revela uma estratégia usual dentro do recorte de engajamento para os perfis, bem mais do que a motivação para a luta com ocupações estáticas de espaços ou atos em locais simbólicos.

A maior parte das representações construídas, 53,83%, está direcionada à celebração e valorização de identidades, conquistas e conhecimentos do grupo. Mesmo quando tratadas como identidades individuais, servem como base para o fortalecimento de uma identidade coletiva. Como exemplificado na postagem de origem da Figura 40, um vídeo em que Areta e Amara, criadoras de conteúdo da família Sanko, tratam do tema identidade. A construção e o reforço da identidade são abordados sempre como parte de um povo forte (Figura 47).

Figura 47 - Print Reels sobre identidade



Fonte: Instagram Alma Preta Jornalismo

Para compreendermos melhor esse comportamento e se há um padrão semelhante em outras experiências de comunicação de grupos marginalizados, precisaríamos de outra pesquisa. O que temos de concreto através dos nossos dados é a utilização dos *Reels* como compartilhamento de experiências privadas, antes desarticuladas, que se tornam públicas, criando um quadro de interpretação intersubjetivo (Garcêz, 2015). As postagens são pontes semânticas da percepção individual para a semântica coletiva, por meio do entendimento coletivo do grupo.

Na Alma Preta Jornalismo, a representação de pessoas de grupos marginalizados, especialmente negras, parte de uma posição de autoridade no discurso. Há uma relação com intelectuais acadêmicos, como bell hooks (Figura 48), ou orgânicos, como o rapper Sabotage,⁶⁹ na construção de um discurso didático que facilite a compreensão coletiva de temas e acontecimentos. Não há o esforço de inserir elementos que construam a representação de intelectuais nos vídeos, pois a Alma Preta Jornalismo parte de figuras já estabelecidas como tais para seu público, e a partir delas há o enquadramento do discurso. Podemos ver isso em

⁶⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C22JWV9rhLI/>

uma postagem do dia 9 de dezembro de 2023,⁷⁰ um corte de uma entrevista em que bell hooks fala sobre supremacismo branco.

Figura 48 - Print Entrevista com bell hooks



Fonte: Instagram Alma Preta Jornalismo

Não há a preocupação da construção da bell hooks como intelectual na postagem. O uso do *Reels* já parte do entendimento estabelecido de quem é a bell hooks. A postagem já procede do subtexto que pessoas negras podem ser intelectuais, confrontando estereótipos de inferioridade de pessoas negras. É algo que nem é posto em discussão, pois a oposição a ideias fixadas de pessoas negras como inferiores já é confrontada desde o ponto de partida da postagem e pela própria condição do perfil.

A figura da autora no contexto do perfil dá o enquadramento do discurso e de como ele vai ser entendido. Esse padrão acontece com intelectuais na Alma Preta Jornalismo, mas também é encontrado quando se tratam de celebridades nos dois perfis.

⁷⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C0peMsJvg6e/>

As aparições de pessoas de destaque na mídia ou que trabalham com entretenimento usualmente já partem da representação estabelecida de quem são as figuras, sendo a representação estabelecida dessas personagens dá o enquadramento do discurso. No Voz das Comunidades, temos o exemplo do post do dia 27 de outubro de 2023⁷¹ (Figura 49), em que o cantor Oruam chega no Complexo do Alemão para evento de lançamento de livro sobre execução penal. Já se parte da imagem estabelecida de quem é Oruam e sua ligação com as comunidades do Rio de Janeiro.

Figura 49 - Print Reels Oruam no Alemão



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

Oruam é cantor, natural do Rio de Janeiro, e suas canções passeiam entre trap, rap e funk. O jovem tem ligação com a favela tanto nas suas letras quanto na sua história de vida. O músico é filho de Marcinho VP, um dos nomes históricos do Comando Vermelho. Nos dois vídeos envolvendo o cantor, não há qualquer construção da representação do jovem como “filho de bandido” ou “filho de traficante.”

⁷¹ Disponível: <https://www.instagram.com/reel/Cy6gWjepDwx/>

O padrão da Alma Preta Jornalismo de explorar o uso de referências, intertextualidade e contexto faz com que as representações sejam construídas como um todo integrado, atuando da mesma forma na luta por reconhecimento. Em postagem do dia 30 de outubro de 2023,⁷² podemos notar como é explorada essa forma de construção da representação lida com as diversas formas de reconhecimento em uma única peça

O vídeo começa com imagens e representações negativas da população negra (Figura 50), associadas à pobreza, violência e precariedade. No entanto, as imagens não estão soltas para uma interpretação aberta da audiência; são acompanhadas de legendas que reproduzem a fala de Sueli Carneiro, que denuncia as violências que aparecem na tela. Ao fundo, toca a música “Jorge da Capadócia,” uma adaptação dos Racionais MC's da canção de Jorge Ben Jor. A música é uma oração a São Jorge, que, na história de resistência dos cultos de algumas religiões de matriz africana, é associado a Ogum, Orixá da guerra, mas também da esperança e da abertura de caminhos. Assim, há uma primeira relação de degradação submetida na estrutura social, mas reconhecimento dentro de um ideário religioso.⁷³

Figura 50 – Print Reels “Quantos dias quantas noites”



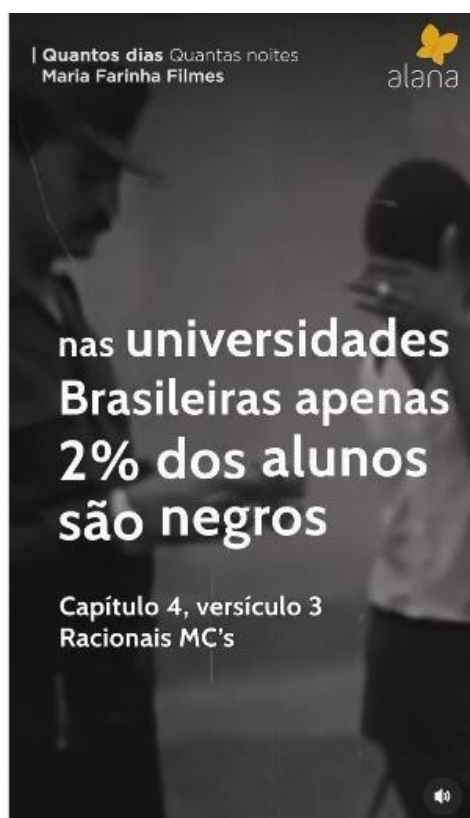
⁷² Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CzBjf9CO3OP/>

⁷³ O sujeito da canção tem sua integridade física e mental preservada pela proteção de São Jorge, que no contexto, também é associado a Ogum. O sujeito tem sua autorrealização por ser da companhia de São Jorge.

Fonte: Instagram Alma Preta Jornalismo

Isso é reforçado com a inserção do corte para a música “Capítulo 4, versículo 3” (Figura 51), também dos Racionais MC's, que representa não somente a relação de reconhecimento em um ideário religioso, mas um ideário com concepções próprias do contexto histórico brasileiro no sincretismo. O discurso narrativo agora ajuda a construir a representação do povo negro como sobrevivente no Brasil, que historicamente tem o direito à vida ameaçado, mobilizando demandas por reconhecimento que também dialogam com a esfera do direito frente às ameaças de integridade física e social.

Figura 51 - Print Reels “Quantos dias quantas noites”



Fonte: Instagram Alma Preta Jornalismo

Novas imagens aparecem, agora de jovens negros em manifestações públicas e ações coletivas (Figura 52). Representações, agora de resistência e protestos são construídas, enquanto Sueli Carneiro destaca que o maior ato de rebeldia e insurgência que um jovem negro pode praticar é se manter vivo. Os trechos das falas de Sueli Carneiro são do filme “Quantos dias Quantas noites”, apropriadas para a construção do *Reels*, sendo mais um elemento que ajuda a construir as representações do vídeo de forma integrada.

Figura 52 – Print “Quantos dias quantas noites”



Fonte: Instagram Alma Preta Jornalismo

O uso de representações positivas em oposição a representações negativas, que fazem parte do imaginário social brasileiro, é uma estratégia utilizada pelos dois perfis. Chama a atenção, especialmente, as construções de representações felizes da infância pelo Voz das Comunidades. As representações de crianças são sempre sorridentes, brincando e dançando, inseridas no cotidiano ou em eventos das comunidades. A única exceção é o vídeo de referência da Figura 37, a encenação feita por Henrique da 04, que utiliza o próprio estereótipo para subverter a representação negativa associada às crianças e à juventude da favela.

Há uma substituição de imagens negativas de crianças por imagens positivas de seus cotidianos e cultura. Esse tipo de representação comunica tanto para dentro quanto para fora do grupo. Tem-se a busca por uma igualdade intersubjetiva e pela construção de uma identificação positiva das crianças. Podemos ver exemplos nas Figuras 53 e 54 abaixo.⁷⁴

⁷⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C3-7U4wRbLQ/>

Figura 53 – Print Crianças brincando



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

Figura 54 - Print Criança sorrindo



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

A interseccionalidade representacional também marca a luta por reconhecimento dos perfis. Há uma perspectiva interseccional nas representações que compõem as demandas por reconhecimento, na compreensão da natureza das lutas. Se em um primeiro momento a interseccionalidade nos serviu para identificar a origem intersectada dos conflitos por meio das representações, agora ela nos ajuda a identificar como essas interseccionalidades são mobilizadas dentro do processo comunicacional no contexto das experiências estudadas.

É o entendimento que transcende o campo midiático, de que as injustiças representacionais não são apenas reflexo das injustiças sociais; elas são parte dos sentidos marginalizantes que recaem sobre esses sujeitos. A interseccionalidade nos dá ferramentas para entender esse quadro e identificar como é mobilizada nas dinâmicas representacionais, como iniciado nas discussões sobre a natureza das lutas sociais e agora transportado para o contexto de produção midiática. E é a partir desses movimentos que são encontrados elementos de convergência entre grupos marginalizados, que colaboram para uma aliança na luta por reconhecimento.

Resgatando mais uma vez o exemplo de Giovanna Heliodoro, em um vídeo do dia 12 de fevereiro de 2024,⁷⁵ que conta a história da primeira rainha de bateria do carnaval, quando usamos a roleta interseccional para analisarmos a representação do objeto da postagem (Figura 55), Eloína dos Leopardos, uma mulher trans, temos iluminadas categorias mobilizadas de gênero em identidade e expressão, além de rastros de geolocalização na relação de reconhecimento entre a sambista e a comunidade de Nilópolis, que constitui e está localizada a Beija-Flor, escola pela qual Eloína desfilou.

⁷⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C3QUlzurSO3/>

Figura 55 - Print Reels sobre Eloína dos Leopardos



Fonte: Instagram Alma Preta Jornalismo

Porém, quando giramos a roleta interseccional para a pessoa produtora do conteúdo, temos as junções das questões de identidade de gênero intersectadas com raça (Figura 56). Ao usarmos o mesmo movimento para analisar o perfil da Alma Preta, conseguimos compreender de maneira mais abrangente as relações de reconhecimento mobilizadas pelo conteúdo. A abertura de espaços para produtores que reconhecem as identidades múltiplas, formadas por privilégios e opressões intersectadas, é uma abertura para uma luta conjunta por reconhecimento, mesmo que em esferas e ideários distintos. A interseccionalidade das lutas sociais molda como essas lutas são representadas, ao mesmo tempo que a interseccionalidade representacional atua nessas lutas, passando a operar do simbólico para o âmbito das relações sociais.

Figura 56 - Print Giovanna Heliodoro



Fonte: Instagram Alma Preta Jornalismo

Essas relações interseccionais também podem ser notadas no protagonismo de mulheres negras nas representações em produções jornalísticas. No Voz das Comunidades, no vídeo de origem da Figura 57, temos uma repórter mulher, negra e cria da comunidade, tratando das enchentes que afetaram a favela do Acarí.⁷⁶ Na Alma Preta Jornalismo, temos como melhor exemplo a postagem sobre a festa de Iemanjá, no vídeo de origem da Figura 58,⁷⁷ em que ocorre um processo semelhante, com uma jornalista mulher, negra, e com sotaque baiano, o que sinaliza uma possível relação com o local da reportagem.

⁷⁶ Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C2GWgi_sC8W/

⁷⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C2hivwkLSrZ/>

Figura 57 - Print cobertura de enchente em Acarí



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

Figura 58 - Print cobertura festa de Iemanjá



Fonte: Instagram Alma Preta Jornalismo

Assim, as representações interseccionais atuam contribuindo para a criação de horizontes compartilhados de reconhecimento nas relações sociais, ao lidarem com as condições conflitantes que surgem de diferentes eixos de dominação e subordinação.

Vemos que esse espaço de protagonismo feminino não está condicionado apenas a um aparecimento na tela ou a uma representatividade estritamente numérica. Em dado apresentado, temos 54,99% das paisagens sonoras compostas por fala qualificada ou entrevista; 73,52% dessas falas e entrevistas são de mulheres. A voz das mulheres se mostra uma característica importante na luta por reconhecimento por meio das representações dos grupos.

Pensando nesse destaque de gênero em sua relação interseccional com outros marcadores sociais, podemos considerar as imagens de controle. Imagens de resistência ou contraposição podem ter relação direta com as imagens de controle, assim como representações que remetem a uma identidade contemporânea podem carregar símbolos que constituem imagens de controle cristalizadas há séculos. Ao analisarmos os dados com foco nas lutas por reconhecimento, temos em mente que essas imagens não tratam apenas dos estereótipos encontrados ou não, mas que, a partir delas, formam-se políticas e comportamentos sociais e institucionais (Bueno, 2019).

As figuras 57 e 58 são exemplos que disponibilizam imagens que fogem da relação de imagens de controle de pessoas negras em relação ao trabalho. Na relação com a escravidão, a imagem de mulheres negras em relação ao trabalho foi construída e fundamentada no servir e na subordinação. Da *mammy* à doméstica, são conjuntos de símbolos que reforçam a internalização da diferença, da “inferioridade” e da subordinação, fixando a mulher negra à servidão ou a trabalhos de baixa remuneração (Gonzalez, 2020). Estabelecer outras representações de mulheres negras no mundo do trabalho é uma forma de resistir às narrativas históricas que restringem suas possibilidades.

Muitas das imagens de controle de pessoas negras estão relacionadas aos seus corpos e sexualidades, como na Jezebel e na *Hoochie* nos corpos lidos como femininos, e à força física e virilidade nos corpos masculinos, essencializados na diferença de traços físicos e em um “primitivismo”. O destaque da Alma Preta Jornalismo na condição de intelectuais ou portadores e portadoras de falas qualificadas afasta que pessoas negras sejam reduzidas a seus corpos.

Mesmo quando o tema é sexualidade, em vez de evitá-lo, a representação construída em vídeo da Alma Preta Jornalismo, de 07 de fevereiro de 2024,⁷⁸ do sociólogo e influenciador

⁷⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C3DGTWvLDwI/>

Thiago Torres (@chavosodausp.02), jovem negro, homossexual e periférico (Figura 59), se faz de uma fala qualificada, contando sobre homossexualidade, bissexualidade e o surgimento irracional da homofobia, sem que se tenha sua imagem controlada pelos marcadores sociais que o atravessam e sem que se volte para um olhar fetichizado de sua identidade.

Figura 59 - Print Corte de Chavoso da USP em podcast



Fonte: Instagram Alma Preta Jornalismo

Casos como os de Thiago Torres e Giovanna Heliodoro ajudam a transcodificar imagens de controle e suas interseccionalidades, alinhando-se ao que afirma Stuart Hall (2016, p. 219): “Em vez de evitar o perigoso terreno aberto pelo entrelaçamento entre sexualidade, gênero e ‘raça’, contesta de forma deliberada as definições sexuais e de gênero dominantes da diferença racial que operam sobre a sexualidade dos negros.”

Imagens de controle também recaem sobre a periferia e a favela. O estereótipo negativo que associa esses espaços à violência, marginalidade e crimes molda políticas públicas, comportamentos institucionais, da mídia e a compreensão da sociedade civil, incluindo os próprios moradores, sobre o local em que vivem.

O Voz das Comunidades utiliza representações para atuar na dinâmica de poder que envolve a definição da identidade do território. As legendas das postagens destacam o território,

referindo-se a ele como “complexo”, “CPX,” “favela,” e mencionam os nomes das comunidades, como “Alemão,” “Santo Amaro,” “Maré” e outras, sempre em evidência, não apresentadas apenas como cenários dos acontecimentos, mas como referências, lógicas presentes na construção das representações.

A representação do morador ou da moradora da comunidade não é generalizada; é sempre localizado o espaço de onde aquela pessoa vem e de onde fala. Nesse caso, a audiência pode ser presumida, e o emissor é determinado.

Podemos ver essa prática na construção de imagens positivas (Figura 60), nas imagens de ações coletivas (Figura 61) e também no registro das mazelas que afligem as comunidades (Figura 62).

Figura 60 - Print Representação positiva em Reels



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

Figura 61 – Print Reels de mobilização social



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

Figura 62 - Print Reels de tiroteio



Fonte: Instagram Voz das Comunidades

Sem realizar uma simples tentativa de inversão do estereótipo, abrangendo toda a complexidade das comunidades, o Voz das Comunidades atua como um espaço para a autodefinição das imagens da identidade coletiva do local, tomando o controle das representações para romper com imagens de controle.

A análise das experiências de comunicação do Voz das Comunidades e da Alma Preta Jornalismo revela uma estratégia de confrontar estereótipos e reivindicar reconhecimento, seja por meio da denúncia de injustiças sociais, mas especialmente pela celebração e valorização das identidades e conquistas dos grupos representados. A valorização da identidade e do conhecimento, principalmente através da representação de figuras de autoridade intelectual ou cultural, fortalece o discurso de estabelecimento cultural e afirmação. A articulação dessas representações, que integram elementos históricos, religiosos, culturais e cotidianos, reforça a luta por reconhecimento e contribui para a ressignificação de identidades marginalizadas.

Destaca-se a presença de representações positivas e interseccionais para combater estereótipos e promover o reconhecimento desses grupos. A substituição de imagens negativas por representações que valorizam a identidade coletiva, assim como a fuga de algumas relações com imagens de controle, também foram identificadas no material. A interseccionalidade é fundamental para compreender as dinâmicas de opressão e privilégio presentes por meio das representações, oferecendo uma perspectiva que facilita a confluência na luta por reconhecimento entre identidades coletivas diferentes, mas que se encontram no atravessamento das subjetividades dos indivíduos.

Ao longo da investigação do material, percebemos como as representações construídas pelas duas experiências de comunicação complexificam as identidades. Na Alma Preta Jornalismo, encontramos como haste fundamental das representações a categoria raça, enquanto no Voz das Comunidades essa categoria é o território; porém, na construção discursiva das postagens em ambos os veículos, outras subjetividades são mobilizadas. Essa atuação enriquece o olhar sobre esses grupos e evita o essencialismo a seu respeito.

A linguagem tem um papel fundamental, sendo estruturante de todo o processo representacional, desempenhando funções na luta social. Seu potencial criativo é praticado na própria produção do conteúdo, realizada na criação de imagens do *self* e da comunidade. Tanto os meios quanto as representações que circulam por meio deles são ferramentas de visibilidade das demandas e da busca por justiça social. A criação de vocabulários comuns através das representações, como pontes semânticas para um entendimento coletivo, é um instrumento de integração do grupo como comunidade política.

Há, por meio das representações, a possibilidade de relação com ideários que operam fora da estrutura normativa das esferas de reconhecimento propostas por Honneth, que, através do simbólico, possibilitam outras formas de construção de identidade, preservação da dignidade e operam em outras lógicas de reconhecimento, também intersubjetivas, mas que não caminham em direção à estrutura que lhes confere danos.

De forma mais direta, encontramos no material movimentos de construção de representações positivas, que partem de um ponto de vista autodefinido; representações que resgatam a identidade de personalidades históricas como referência para uma identidade coletiva; representações que utilizam o estereótipo para subvertê-lo; a busca por uma representação equilibrada das comunidades; representações positivas de gênero feminino; representações que celebram identidades; e representações cuja construção é a denúncia de injustiças sociais, entre outras, tendo como traço em comum o fato de atuarem em favor do reconhecimento e legitimação institucional e cultural de grupos marginalizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo discutir como as experiências de comunicação digital do Voz das Comunidades e da Alma Preta Jornalismo, atuam na luta por reconhecimento, a partir de uma análise das representações nos *Reels* dos dois perfis no Instagram.

Para tal, buscamos as primeiras bases para pensar o reconhecimento e os conflitos sociais na Teoria do Reconhecimento. A partir das obras de Alex Honneth (2009) e Charles Taylor (1994), compreendemos as lutas sociais além do esforço por autoconservação e poder, tendo na sua gramática o conflito por reconhecimento, assim como suas premissas intersubjetivas.

Por meio dessa discussão, apontamos algumas limitações encontradas na teoria e decidimos tensioná-la com outra matriz de pensamento, o Feminismo Negro e seu cerne interseccional. Por meio do diálogo entre as teorias, o Feminismo Negro nos trouxe complementariedades para pensar as questões de reconhecimento, no seu enfoque na intersubjetividade e em novas diferente perspectiva para refletir o *self* e as imagens do *self* (Collins, 2016) e na definição de uma identidade coletiva, além de nos trazer exemplos sobre as dimensões intersubjetivas no ativismo social.

Desse modo, ao analisarmos a formação da identidade, identificamos elementos que vão além das estruturas de reconhecimento propostas por Honneth e dos modelos de reconhecimento multicultural abordado por Taylor. Essas lacunas teóricas se tornaram ainda mais evidentes quando consideramos grupos historicamente marginalizados, situados fora da lente universalista da Europa Ocidental. A experiência histórica do Feminismo Negro demonstra que os processos de reconhecimento e construção identitária envolvem dinâmicas complexas que exigem abordagens teóricas que abarquem mais nuances. A produção teórica desse movimento nos forneceu ferramentas para analisar as lutas de grupos sociais marginalizados e a compreensão de outros ideários possíveis de fornecer dimensões de reconhecimento.

Identificamos um déficit interseccional na origem das lutas sociais e apresentamos caminhos teóricos apresentando novas possibilidades para pensar as questões de reconhecimento nas lutas sociais a partir dessa percepção. Defendemos que uma perspectiva interseccional seria fundamental para um entendimento mais abrangente da natureza das lutas sociais em um contexto de identidades múltiplas, fragmentadas e matrizes de opressão que operam de forma conjunta. A interseccionalidade, frequentemente utilizada como ferramenta

analítica por indivíduos que buscam soluções mais eficazes para problemas sociais complexos (Bilge; Collins, 2021).

Situamos nossa discussão no campo simbólico, para isso, utilizamos o conceito de representação de Stuart Hall (2016). Abordamos o trabalho da representação e as opressões existenciais que podem ser instituídas nesse processo. Demonstramos a relevância dos estudos raciais para compreender as representações sociais. Ao cruzar esses estudos com o paradigma interseccional, especialmente através do conceito de interseccionalidade representacional (Carrera, 2021), exploramos as contribuições dessa aproximação tanto para nossa pesquisa específica quanto para o campo da comunicação como um todo. Na sequência, investigamos a interseção entre jornalismo/plataformas digitais como espaço de conflito, explorando como a mídia pode amplificar essas lutas. Discutimos também a possibilidade de novas formas de representação que surgem nesse contexto.

Nossos principais achados sobre o conteúdo revelam, que o conteúdo dos perfis é bem diverso e amplo. O Voz das Comunidades com metade dos seguidores da agência Alma Preta Jornalismo consegue ter peças com mais engajamento, quase três vezes maior. O Voz das Comunidades apresentou também mais conteúdo com origem própria do que a Alma Preta Jornalismo, que tem em seu *feed* um número grande de *Reels* que são *resposts*, chegando a 82,14% dentro dos vídeos selecionados.

A pesquisa mostrou que 81,66% dos vídeos se comunicam tanto com membros do grupo tema da postagem, quanto com pessoas externas, indicando uma ampla circulação do conteúdo. Apenas 11,66% dos vídeos são exclusivamente direcionados ao grupo social, utilizando uma linguagem que reforça a identidade coletiva, enquanto 6,33% visam interlocutores externos, sugerindo que os esforços de reconhecimento não se concentram apenas em quem está fora do grupo. Os temas dos vídeos são majoritariamente voltados para a celebração e valorização da identidade coletiva (53,84%), enfatizando que celebrar a resistência e as conquistas do grupo é uma forma de reivindicação de reconhecimento cultural.

Foi confirmado um aspecto sobre a construção das representações e a relação com as demandas por reconhecimento. No Voz das Comunidades demandas de afirmação de identidade, geralmente partem de símbolos associados à periferia ou favela, interligando-se com outros marcadores sociais. Na Alma Preta Jornalismo, essa afirmação parte de símbolos associados à negritude, associando-se a outros marcadores sociais. Apesar de encontrarmos esse padrão, há nos conteúdos dos dois perfis outros funcionamentos. Na Alma Preta Jornalismo, a perspectiva racial emergiu como eixo central, enquanto no Voz das Comunidades o território

se destacou como elemento fundamental nas representações, enquanto gênero e logo após classe, se mostraram constantes nas duas experiências no entrecruzamento de subjetividades.

Constatamos que, embora ambos os perfis compartilhem objetivos similares, especialmente no que se refere ao reconhecimento social, algumas dinâmicas diferentes se revelam, em que cada um produz determinados aspectos à sua maneira. Enquanto o Voz das Comunidades se destaca por uma maior interação com seu público e por conteúdos originados diretamente das comunidades, muitas vezes preservando o anonimato de quem produziu e reforçando a identidade territorial, a Alma Preta Jornalismo apresenta uma curadoria mais formal, com ênfase em *reposts* e colaborações que realçam questões sobre a negritude.

Três ideários foram identificados nas dinâmicas representacionais, oferecendo novas possibilidades de reconhecimento que não dependem das estruturas normativas que tradicionalmente são marginalizantes para esses grupos. Por meio do simbólico, a Alma Preta Jornalismo explorou os ideários de ancestralidade e religião, enquanto o Voz das Comunidades explorou o ideário de territorialidade. As representações atuam no fortalecimento e compartilhamento desses ideários que formam comunidades de reconhecimento.

As postagens atuam como uma ponte semântica, generalizando experiências individuais e fortalecendo as identidades coletivas ao compartilhar vivências. Esse processo permite reinterpretar experiências em um contexto mais amplo, ampliando o alcance do grupo. Além de promover a visibilidade, a linguagem se torna um meio de ação, expressão criativa e resistência, valias que foram observadas nas representações dos *Reels*. Nomear injustiças e criar um vocabulário comum são ações fundamentais que colaboram para a integração política dos grupos marginalizados, configurando identidades e construindo novas representações do próprio grupo que confrontem antigas representações que perpetuam opressões.

Nos dois perfis, há uma estratégia que busca confrontar estereótipos e reivindicar reconhecimento, destacando a importância da valorização das identidades e conquistas dos grupos representados. Na Alma Preta Jornalismo, essa valorização é promovida por meio da representação de figuras de autoridade cultural e intelectual, integrando elementos históricos e figuras atuais na produção de conteúdo, que fortalecem a luta por reconhecimento e contribuem para a ressignificação de identidades marginalizadas. No Voz das Comunidades, a presença de representações positivas é fundamental para combater estereótipos e promover o reconhecimento.

O protagonismo de mulheres negras se destaca não somente em representatividade numérica, mas na construção de representações humanizadas e de destaque social que fujam da relação de imagens de controle. Além disso, as representações construídas por ambas as

iniciativas complexificam as identidades. A interseccionalidade representacional oferece uma perspectiva que permite a confluência na luta por reconhecimento entre identidades coletivas diversas.

O material também revelou movimentos de construção de representações positivas que subvertem estereótipos, resgatam identidades históricas e celebram as particularidades das comunidades, buscando reconhecimento e legitimação para grupos marginalizados.

A pesquisa abre possibilidades e questões para trabalhos futuros no que concerne à centralidade das demandas por reconhecimento de grupos marginalizados, que encontram maior engajamento na valorização de identidades, havendo pouca ocorrência de mobilização para ação coletiva no espaço público e na ocupação de ruas. Também levanta questões para se pensar em ideários de reconhecimento que estão fora da estrutura formal e que podem operar como uma ancoragem para que grupos marginalizados possam forjar sua identidade coletiva e se constituírem como comunidade política.

O trabalho ajuda a avançar no campo da teoria social, ampliando o debate sobre políticas e questões de reconhecimento pelo prisma das contribuições do Feminismo Negro e da interseccionalidade. Na comunicação, colabora nos debates e análises sobre *Reels* e vídeos verticais. Nos estudos sobre representação, nos esforços para que o campo caminhe cada vez mais para uma direção interseccional teórica, analítica e metodológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019. 150 p. SANTOS, Boa Ventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 348

ALBUQUERQUE, Afonso de. O papel da imprensa no debate público: impasses contemporâneos. **Cadernos Adenauer XX**, [s. l.], n. 4, p. 11–25, 2019. Disponível em: <https://www.kas.de/documents/265553/265602/KA+Cad+2019.4+miolo.pdf/66a4a0b3-2289-d0ba-189c-9296ba78f91f?version=1.0&t=1578512142343>

AMARAL, Fernanda. Luta e voz nas favelas do Rio de Janeiro: representatividade, estereótipo, identidade e democracia às margens da cidade. **CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 30, p. 78–95, 2019.

ANDRADE, Alice Oliveira de. **Aquilombamento virtual midiático: uma proposta teórico-metodológica para o estudo das mídias negras**. 2023. 341f. Tese (Doutorado em Estudos da Mídia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000.

BHABHA, Homi K. **A outra questão: O estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo**. In: *O local da cultura*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1998.

BORGES, Rosane. Das perspectivas que inauguram novas visadas. In: bell hooks. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Editora Elefante, 2019. Prefácio. pp.7- 29

_____. **Mídia, racismos e representações do outro**. In: BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Ed.). *Mídia e racismo*. ABPN, 2012. 248p. Petrópolis, RJ.

BUENO, Winnie de Campos. **Processos de resistência e construção de subjetividades no pensamento feminista negro: uma possibilidade de leitura da obra Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment (2009) a partir do conceito de imagens de controle**. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Direito, São Leopoldo, RS, 2019.

CAPÍTULO 4, versículo 3. Intérpretes: Racionais MC's. Compositores: Pedro Paulo Soares Pereira e Kleber Geraldo Lelis Simões. In: *SOBREVIVENDO no Inferno*. Intérpretes: Racionais MC's. Cosa Nostra Fonográfica/Zambia, 1997. 1 CD, faixa 3.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano. 2003. Cap. 7. p. 49-58.

CARRERA, Fernanda. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação. **E-Compós**, [S. l.], v. 24, 2021. DOI: 10.30962/ec.2198. Disponível em: .

_____. Para além da descrição da diferença: apontamentos sobre o método da roleta interseccional para estudos em Comunicação. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. e5715, 2020. DOI: 10.18617/liinc.v17i2.5715. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5715>

COLLINS, Patricia Hill. “Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro”. In: **Sociedade e Estado** [online]. 2016, vol. 31, n. 1, pp. 99-127.

_____. Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. Londres: Routledge, 2000

_____, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. ed ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

_____, Patricia Hill. Intersectionality’s definitional dilemmas. **Annual Review of Sociology**. 41: 1–20. 2015.

CORRÊA, Laura Guimarães. Interseccionalidade: a challenge for cultural studies in 2020s. **International Journal of Cultural Studies**, v. 23, n. 6. 2020.

COUTINHO, Iluska Maria da Silva. Compreender a estrutura do audiovisual e experimentar o audiovisual - Da dramaturgia do jornalismo à análise da materialidade. In: EMERIM, Cárlica; COUTINHO, Iluska; FINGER, Cristiane (Orgs.). **Epistemologias do Telejornalismo Brasileiro**. 1.ed. Florianópolis: Insular, 2018.

COUTINHO, Iluska; MATA, Jhonatan. Um telejornal e um método para chamar de nossos: uma reflexão sobre telas, fronteiras e modos de olhar. **Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor)**, v. 16, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002. DOI: 10.1590/s0104-026x2002000100011

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Prefácio de Lewis R. Gordon. EDUFBA. Salvador, 2008.

FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana**. Livraria Sá da Costa Editora. Lisboa, 1980.

FERNANDES, Pablo Moreno. ANÚNCIOS NAS AVENIDAS IDENTITÁRIAS ? Uma proposta de análise interseccional semiótica da publicidade. In: TRABALHO APRESENTADO EM ANAIS DO 31º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS 2022, Imperatriz. **Anais [...]**. Imperatriz p. 1–26.

_____. Nos cruzamentos das avenidas identitárias há anúncios? **REVISTA FAMECOS (ONLINE)**, v. 30, p. e43673, 2023.

FERNANDES, Pablo Moreno; Silva, Larissa. L da, LIMA, POLIANA. P. Racializando a Publicidade de uma paixão nacional: Representatividade negra no segmento de bebidas. **Anagrama**, 15(1), 1-17. (2021). <https://doi.org/10.11606/issn.1982-1689.anagrama.2021.180700>

FRANÇA, Vera. Representações, mediações e práticas comunicativas. In: PEREIRA, Miguel; GOMES, Renato Cordeiro; FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain. (Orgs.) **Comunicação, representação e práticas sociais**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Aparecida: Idéias & Letras, 2004. p. 13-26.

FRASER, Nancy. Social Justice in the Age of Identity Politics: **Redistribution, Recognition, and Participation**. In: HONNETH, A.; FRASER, N. Redistribution or Recognition – a Political- Philosophical Exchange. London; New York: Verso, 2003.

FURTADO, Lucianna; CORRÊA, Laura Guimarães . As identidades negras da diáspora e a descolonização da representação. **E-COMPÓS (BRASÍLIA)** , v. 21, p. 1484, 2018.

GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira. **O valor político dos testemunhos: os surdos e a luta por reconhecimento na internet**. 2008. 197f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós- Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

_____. Representação Política e Lutas Sociais: **Quem fala em nome de quem no debate sobre a educação de surdos**. 2015. 173p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. 2015.

GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira; BARBOSA, Yasmine Freital; Carmo, Vinícius do, PAIVA, Sthefanie. A PERFORMATIVIDADE DO GOLPE: Uma análise das imagens jornalísticas das manifestações contra o resultado das eleições no Brasil. In: 10º Encontro Compólitica, 2023, Fortaleza. **Anais**. Universidade Federal do Ceará.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo-afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020. *E-book*.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, **Anpocs**, 1984. p. 223-244.

GUILES, Douglas. (2020). **Rethinking misrecognition and struggles for recognition: Critical theory beyond Honneth**. Prague: Insert Philosophy.

GUIMARÃES-SILVA, Pâmela. **De Lélia Gonzalez a Marielle Franco: mulheres negras e seus processos comunicacionais interseccionais de resistência**. 2021. Tese (Doutorado em 25 Comunicação Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/40832>

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la Acción Comunicativa**. Trad. Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus, 1988. v. I e II.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro, Ed. Puc-Rio, 2016.

_____. **Race, articulation and societies structured in dominance.** In: United Nations Education, Scientific and Cultural Organization (ed.) *Sociological Theories: Race and Colonialism*. Paris: UNESCO, pp. 305–345. 1980a.

_____. *Ecoding/Decoding. Culture, Media, Language. Working Papers in Cultural Studies*. London: Hutchinson. Tradução de Ana Carolina Escosteguy e Francisco Rüdiger. 1980b. p. 1972-1979.

_____. *Cultural Studies: two paradigms. Media, Culture and Society*. Vol.2, 1980c p. 572.

_____. *The Question of Cultural Identity*. In: Hall, David Held, Anthony McGrew (eds), **Modernity and Its Futures**. Cambridge: Polity Press, 1992. p. 274–316.

_____. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais** / Stuart Hall; Organização Liv Sovik; Tradução Adelaide La Guardia Resende - Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003

HELMOND, Anne. *The platformization of the Web: Making Web data platform ready. Social Media + Society*, 1(2). 2015. Disponível em: <https://doi:10.1177/2056305115603080>

hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019

HONNETH, Axel. *Redistribution as recognition: A response to Nancy Fraser*. IN: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribution or Recognition. A Political-Philosophical Exchange**. Verso, London, 2003.

_____. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**, 2 ed. São Paulo: Editora, v. 34, 2009.

JORGE da Capadócia. *Intérpretes: Racionais MC's*. Compositor: Jorge Duílio Lima Menezes. In: *SOBREVIVENDO no Inferno. Intérpretes: Racionais MC's*. Casa Nostra Fonográfica/Zambia, 1998. 1 CD, faixa 1.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro, Cobogó, 2019.

LIMA, Ducilei da Conceição. **#Conectadas: o feminismo negro nas redes sociais**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC. São Bernardo, SP, 2020.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MACHADO, Nealla. V.; COÊLHO, Tamires. F. *Maternidades Negras na Cobertura Jornalística Digital e Possibilidades de Fuga das Imagens de Controle. Fronteiras – Estudos Midiáticos*. v. 24, n. 1, 2022

MAIA, Rousiley. *Struggles for Recognition in the Digital Era*. In Rousiley Celi Moreira Maia. (Org.). **Recognition and the Media**. 1ed.Hampshire / Nova York: Palgrave Macmillan, 2014, v, p. 148-180.

MAIA, Rousiley Celi Moreira; GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira. **Reconhecimento, sentimentos de injustiça e justificação pública**: as histórias pessoais de surdos na Internet. In: MAIA, Rousiley Celi Moreira. *Mídia e Lutas por Reconhecimento*. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2018. v.1. 412p.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. **Mídia e Lutas por Reconhecimento**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2018. v.1. 412p.

MARKELL, Patchen. **The Recognition of Politics**: A Comment on Emcke and Tully. *Constellations*, v.7, n. 4, p. 496-506, 2000.

_____, Patchen. **Ontology, Recognition, and Politics**: A Reply. *Polity*, v. 38, n. 1, p. 28-39, 2006.

MAZETTI, Henrique. Da mídia alternativa ao midiativismo: Observações históricas e conceituais sobre as práticas de contestação midiática In: Antônio Augusto Braighi, Cláudio Humberto Lessa, Marco Túlio Câmara. (Org.). **Interfaces do midiativismo**: do conceito à prática. 1ªed.Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018, v., p. 1-960.

MBEMBE, Achille. **A Crítica da Razão Negra**. Portugal: Antígona, 2014.

MEAD, George Herbert. **Mind Self and Society from the Standpoint of a Social Behaviorist**. Chicago: University of Chicago, 1934. 389p.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado habermasiano. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 29, p. 169-185, 2007.

_____. Dimensão intersubjetiva da auto-realização: em defesa da teoria do reconhecimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, p. 143-154, 2009.

_____. Reconhecimento e Deliberação: as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos interacionais. Tese (Doutorado em Comunicação Social) — FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009b.

_____, Ricardo Fabrino. Democracia e desigualdade: as contribuições da teoria do reconhecimento. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 9, p. 119, 2012.

MOURA, Clovis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

NASCIMENTO, Maurício Lavarda; ROSA, Rosane. Cidadania Comunicativa na era digital: o caso do jornal “Voz da Comunidade”. **Anais do I Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade**, [s. l.], p. 1–12, 2012. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2012/30.pdf>

NOBRE, Marcos. Apresentação. In: HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. 2 ed. São Paulo: Editora, v. 34, 2009.

OLIVEIRA, Vanessa Veiga. 2017. **Mídia, Memória Pública e Comissão da Verdade no Brasil**: a luta pela verdade e justiça como luta por reconhecimento. 1798p. Tese (Doutorado). Programa de Pós- Graduação em Comunicação Social. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. 2017.

OLIVEIRA, Tauani. **Representação de mulheres negra no Intagram**: Análise narrativa dos comentários do feed de Nátaly Neri, Preta Gil e Talíria Petrone no dia da consciência negra. 123p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Programa de Pós- Graduação em Mídia e Cotidiano. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. 2020.

PAIVA, Ângela. Teorias do reconhecimento e sua validade heurística para a análise da cidadania e movimentos sociais no Brasil – o caso do movimento negro. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**. v. 17. n. 40. (2018) – Florianópolis, Brasil: UFSC, 2018.

PAIVA, Deize. **Lutas por reconhecimento, racismo e silenciamento**: um estudo de caso de 146 conversações em ambientes digitais. 177p. Dissertação (Mestrado). Programa de PósGraduação em Comunicação Social. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. 2021.

PERUZZO, Cicília. Cidadania comunicacional e tecnopolítica: Feições do midiativismo no âmbito dos movimentos sociais populares. In: Antônio Augusto Braighi, Cláudio Humberto Lessa, Marco Túlio Câmara. (Org.). **Interfaces do midiativismo**: do conceito à prática. 1ªed.Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018, v. , p. 1-960.

ROCHA, Tácia; BARBOSA, Flávia Cristina. Mídia alternativa: um trajeto sobre o conceito e seus deslocamentos. In: Antônio Augusto Braighi, Cláudio Humberto Lessa, Marco Túlio Câmara. (Org.). **Interfaces do midiativismo**: do conceito à prática. 1ªed.Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018, v. , p. 1-960.

ROCHA, Naiara Passos; FERNANDEZ, Andréa Ferraz. A utilização das mídias alternativas e suas contribuições na esfera pública. **Brazilian Journal of Development**, [s. l.], v. 5, n. 11, p. 23156–23166, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv5n11-038>

RODRIGUES, João Carlos. **O negro e o cinema brasileiro**. Rio de Janeiro: Globo: Fundação do Cinema Brasileiro-MINC, 1988.

ROGERS, Melvin Lee. Rereading Honneth: Exodus politics and the paradox of recognition. **European Journal of Political Theory**, v. 8, n. 2, p. 183-206, 2009.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Enap, 2021. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6542>

SILVA JUNIOR, P. M. da; ALMEIDA, R. P. de. "Cabelo é como pensamento": entrelaçando combates antirracistas pelos fios de cabelo. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e020073, 2020. DOI: 10.24065/2237-9460.2020v10n1ID811. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/811>.

SOUZA, Jessé (org.) **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998

_____. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. 2. ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1999.

SUZINA, Ana Cristina. Digital disruption in popular media practices in Brazil. **Commons**, [s. l.], n. 7, p. 172–192, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.25267/commons.2018.v7.i1.06>

TAYLOR, Charles. “The politics of recognition”. In: **Multiculturalism: examining the politics of recognition**. Princeton University Press, 1994.

WEST, Cornel. **The Cultural Politics of Indifference**. London: Cambridge University Press, 1994.

APÊNDICE 1 – LIVRO DE CÓDIGOS

Informações básicas

1 - Postagem

2 - Data

3 - Veículo

1 - Alma Preta

2- Voz das Comunidades

4- Engajamento (Total)

Explicação: engajamento foi medido pelo seguinte cálculo: números de likes + número de comentários + número de compartilhamentos. Considerando apenas conteúdo orgânico.

Sobre a postagem

5 - Origem da imagem

1 - Próprio veículo

2 - Repost

3 - Parceria

4 - Outro

5- Não foi possível identificar

Explicação: usamos as legendas dos posts, vídeos, marcações, créditos e marcas d'água nos vídeos para identificar.

6 - Se for repost/ ou outro

- 1 - Influencer/criador de conteúdo
- 2 - Imprensa tradicional
- 3 - Outro

Explicação: usamos marcações, sinalizações e créditos para identificar

7 - Tipo de Imagem

- 1- Imagem produzida
- 2 - Imagem amadora
- 3 - Não foi possível identificar

Explicação: usamos legendas, narração, créditos, tipo de filmagem e tipo de edição para identificar.

Imagem produzida – consideradas imagens que passaram por algum tipo de edição e/ou por técnicas de filmagens e jornalísticas estabelecidas, com uma finalidade profissional.

Imagem amadora – Imagem sem tratamento com finalidade profissional e que reproduza padrão tradicional de reprodução do estilo jornalístico.

8 - Legenda

Explicação: copiamos legenda do post

9 - Descrição das ênfases da cena e Elementos visuais

Explicação: descritivo em texto. Usamos movimento, posição de câmera, tempo gasto no elemento visual para identificar o tipo de comunicação pretendida, reforços de estereótipos, entre outros elementos visuais.

Exemplo: Plano médio com ênfase no Oruam e close-up conforme ele se aproxima do cinegrafista. A movimentação das crianças ao redor do cantor também é propositalmente registrada.

10 - Paisagem sonora

- 1 - Narração Jornalística

- 2 - Narração cinegrafista (amador)
- 3 - Música
- 4 - Discurso / fala qualificada
- 5 - Som ambiente
- 6 - Entrevista
- 7 - Outras
- 8 - Não há

Explicação: categorias não exclusivas.

11 - Caso haja entrevista ou fala qualificada, quem é a pessoa?

12 – Tipo de postagem:

- 1 -Evento
- 2 -Projetos comunitários
- 3 - Cotidiano
- 4 -Ação policial
- 5 -Data comemorativa
- 6 -Temática histórica
- 7 -Curiosidades
- 8- Personalidades
- 9 - Manifestação/Protesto/Denuncia
- 10 -Outros

Explicação: categoria não exclusiva

Exemplos:

Evento – Lançamento de livro no Complexo do Alemão

Projetos Comunitários – Pazcoa do Voz das Comunidades

Cotidiano – Registro de ruas em um dia chuvoso

Ação Policial – Operação policial em comunidade

Data Comemorativa – Aniversário da cidade do Rio de Janeiro

Temática histórica – Influência de Abu Al-Hassan Abu Ibn Nafi na realeza europeia

Curiosidades – Significado das máscaras africanas

Personalidades – Xuxa chega no Complexo do Alemão

Manifestação/Protesto/Denúncia – Manifestação na autoestrada lagoa/barra

Outros – Defesa Civil aciona sirenes neste momento

Relação com os aspectos conceituais luta por reconhecimento:

13 - A comunicação fala para dentro do grupo ou para fora?

1 -Para dentro

2 -Para fora

3 - Ambos

4 -Não foi possível identificar

Explicação: comunicação para dentro, “outro presumido” é alguém pertencente a identidade coletiva do grupo. Comunicação para fora, “outro presumido” é alguém que não pertence a identidade coletiva do grupo. Comunicação para “ambos,” a comunicação é aberta e não se limita a marcadores da identidade coletiva do grupo. Usamos elementos da linguagem, referências, comunicados e movimentos de câmera identificar.

14 – Há relação com demandas por reconhecimento?

1 -Sim

2 -Não

Explicação: demanda por estabelecimento e legitimidade institucional, cultural e uma imagem autodefinida do sujeito em ligação com uma identidade coletiva.

15 - Elas aparecem direta ou indiretamente?

1 - Direta

2 - Indireta

Explicação: forma direta - alegações explícitas, cobranças direcionadas ao Estado ou sociedade civil, afirmação de identidade, ou denúncias de degradação e desrespeito

Forma indireta – alegações não objetivas e identificadas pelo contexto

16 - As lutas aparecem centradas em:

- 1 - Tematizar injustiças
- 2 - Reivindicações e Ações Coletivas
- 3 - Valorização/Celebração de identidades, conquistas e conhecimento

Explicação: assunto principal da postagem.

Tematização de injustiça – degradação, dano, desigualdades acusadas na postagem

Reivindicação e Ação Coletiva – chamamento para ação coletiva ou manifestação em espaço público

Valorização/Celebração de identidade – Afirmação ou reverência de identidade individual que possa servir de referência para o grupo, ou afirmação ou reverência de identidade coletiva

Representações

- 17 - Quais eixos de poder/subordinação são evidenciados na composição do vídeo? (roleta)

Explicação: descritiva em texto

Exemplo: raça, território e gênero

- 18 - Quais as representações são evidenciadas no vídeo?** (avaliar se há recorrência / padrão) Categoria aberta. Nem sempre os eixos movimentados são os mesmos que constroem as representações

Explicação: descritiva aberta. Avaliação se há recorrências

Exemplo: violência/força policial. Imagens - pessoas feridas; armas; palavras – operação; confronto; polícia; BOPE.

- 19 - Quais as palavras e imagens que te levaram a essa classificação**

Explicação: palavras e imagens encontradas na postagem orientam e ajudam a compor as representações, conforme exemplo na categoria anterior.

21 - Há relação com as representações conforme a classificação das imagens de controle?

- 1 - Sim
- 2 - Não
- 3 - Não é possível identificar

Explicação: conjunto de símbolos ou representações estereotipadas que atuam no imaginário popular, estabelecidas de tal forma que controlam comportamentos individuais, de instituições ou de grupos

22 - Se sim, quais

Explicação: listar/identificar sobre qual imagem de controle há a relação